

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O DISCURSO DO BRASIL NA OEA (2000 - 2016)

Uma abordagem foucaultiana

LAIRA ROCHA TENCA

ORIENTADOR PROF. DR. SAMIR PERRONE DE MIRANDA

JOÃO PESSOA

2019

Laira Rocha Tenca

O DISCURSO DO BRASIL NA OEA (2000 - 2016)

Uma abordagem foucaultiana

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Samir Perrone de Miranda

JOÃO PESSOA

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

T289d Tenca, Laira Rocha.

O DISCURSO DO BRASIL NA OEA (2000 - 2016): Uma abordagem foucaultiana / Laira Rocha Tenca. - João Pessoa, 2019.

163 f.

Orientação: Samir Perrone de Miranda.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/PPGCPRI - CCHLA.

1. discurso; política externa brasileira; OEA. I. de Miranda, Samir Perrone. II. Título.

UFPB/BC

Este exemplar foi revisado e alterado com relação a versão original, de acordo com as observações levantadas pela banca no dia da defesa, sobre responsabilidade única do autor e com a anuência de seu orientador

João Pessoa, 22 de novembro de 2019



LAIRA ROCHA TENCA

AUTORA



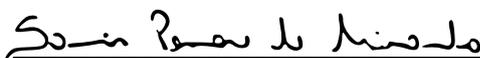
SAMIR PERRONE DE MIRANDA

ORIENTADOR

O Discurso do Brasil na OEA (2000 - 2016): uma abordagem foucaultiana

Dissertação de mestrado apresentada por Laira Rocha Tenca ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais.

Comissão Examinadora



Prof. Dr. Samir Perrone de Miranda

Orientador

PPGCPRI – UFPB



Prof. Dr. Henrique Zeferino Menezes

Examinador interno

PPGCPRI – UFPB



Prof^a. Dr^a. Maria Regina Baracuhy Leite

Examinadora externa

PROLING – UFPB

João Pessoa, 13 de junho de 2019

Às minhas avós:
A pernambucana Maria Dilza Alves Rocha (*in memoriam*)
e Alda Geni Tenca.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível graças aos questionamentos provocados pelo Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade da Paraíba. Em especial, Prof. Dr. Samir Perrone de Miranda que gentilmente me acolheu como orientanda e deu direção ao que a princípio eram só perturbações de uma jovem pesquisadora. Também, na figura da Prof^a. Dr^a. Luciana Aliaga Aparecida Azara de Oliveira, com as reflexões proporcionadas em seu grupo de pesquisa Materialismo e Modernidade.

Agradeço também aos companheiros e companheiras, em especial Douglas, do grupo de pesquisa Círculo de Discussões de Análise do Discurso - CIDADI, coordenado pela querida Prof^a. Dr^a. Maria Regina Baracuhy que em cada encontro recebeu com carinho e paciência uma *outsider* na arena da linguística.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. A qual agradeço pela concessão da bolsa de estudos, auxílio financeiro que possibilitou dedicação integral ao programa de pós-graduação.

No campo dos afetos, o esforço empreendido nas divagações que originam esta dissertação frutificaram graças da materialidade da presença e colaboração de diversas pessoas. Sem elas o trabalho seria produzido, contudo as condições de produção teriam sido outras. Estas pessoas foram capazes de estabelecer linhas de conexão, diálogo e reciprocidade a despeito da distância entre João Pessoa e a Paulicéia. Pessoas que o fizeram aceitando o desafio de romper com o modo curioso de funcionamento deste país que parece ser guiado pelo intento de aprofundar a o hiato entre o Sul e o Norte.

Algumas outras faziam questão de aparecer pelo intermédio de cartas, cartões postais e presentes que chegaram intermediadas pelo ofício do carteiro. Papéis preenchidos dos únicos discursos políticos-artísticos-poéticos-imagéticos que eu não ousei analisar criticamente no transcorrer destes dois anos: Dener Moreira & Flora Naomi Ono Sakata, dois artistas contemporâneos; Geanny de Paula Thiessen que sempre acreditou nesta pesquisa; e o mais que querido, especial, bem quisto e amado, *mon*

cher ami do Viaduto do Chá, Rafael Antônio Pinheiro, sempre acompanhado de Virginia Woolf.

Outras, encontravam tempo na agenda, em minhas visitas corridas ao sul do país, para trocar relatos das experiências de ciclista, momentos que só foram proporcionados graças a união entre o sentimento da distância com a rica particularidade nordestina: Ana Carolina Gomes Bezerra, nos mesmos cafés de sempre em São Paulo; e Giovanna Simokado, ocasionalmente em algum lugar novo em Curitiba.

Pelas vias tradicionais dos tempos modernos, tiveram ainda aquelas que entre ligações e e-mails trocaram relatos inspiradores de suas vidas ao redor do mundo: Josefina Chudnovsky e Jhonata Martins.

Não posso deixar de agradecer, aquelas que pegaram aviões, triciclos e barcos para chegar até mim: Gabriela Gardin, Aline Oliveira Nascimento e Mariana Zancanaro. Além daquela visita mais querida, frequente, especial e companheira que se fez presente através de todos os meios anteriores, além de outros meios desconhecidos, me acompanhando antes mesmo do início deste mestrado, quando a Paraíba ainda era um mero sonho, Giovanna Cardinas Ferreira e toda sua família, Tute, Jorge e Juliana.

Em solo paraibano contei com a presença inestimável de Ayane, Brena, Bruna, Maristela e Rhayani que agiram como irmãs e me conectaram comigo mesma, fizeram do meu sábado sempre o dia mais aguardado da semana. Além de *la merveilleuse* Rebeca Lages Leite. Não posso deixar de mencionar, ainda nesse *locus* geográfico, os funcionários da Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista e do Cine Banguê, pessoas que chegaram até mim por conta da simplória rotina, mas que sempre fizeram questão de romper a impessoalidade do cotidiano para plantar sorrisos em meio as horas de estudo que gestaram essa dissertação.

Agradeço, de forma *mui* especial, aquelas pessoas que eu não escolhi para minha vida, mas a vida como presente as destinou à mim. Aquelas que sonharam comigo e participaram de forma tão amável, intensa e presente da conformação de tudo que sou. As pessoas que atendem pelo nome de família, Maria José Rocha Tenca e Rubens Tenca Filho, pais indescritíveis que não mediram esforços em segurar a saudade e proporcionar todo o suporte emocional, financeiro e espiritual, necessários para que uma filha possa concluir uma dissertação. Isabele, uma irmã cuja a saudade foi quase

impossível. Esta última, tem destaque por ter sido aquela responsável por me consolar em longas ligações com o compromisso de suprimir com risos todas as dúvidas sobre a existência que me acometeram, já que as dúvidas sobre Foucault eu não teria como evitar. Por fim, as duas tias queridas e amadas, Alessandra Tenca e Maria de Lourdes Rocha, torcedoras da conclusão deste trabalho e desejosas de que meus dias fossem repletos de paz.

Agradeço ao Deus de meus pais.

Por fim, agradeço a todas as mulheres que de alguma forma, sutil, silenciosa, discreta, bela recatada ou transgressora, em vida ou em descanso eterno, recordam-me que vim à este mundo para ocupar a rua, a academia e a política.

“Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?”

Michel Foucault, *A Ordem do Discurso*

“E assim, aos poucos, acendeu-se no meio da espinha, a base da alma, não aquela luz elétrica rígida que denominamos inteligência, que entra e sai dos lábios, mas o brilho mais profundo, sutil e subterrâneo que é a forte chama da comunicação”

Virginia Woolf, *Um Teto Todo Seu*

RESUMO: Este trabalho propõe uma análise do discurso brasileiro na Organização dos Estados Americanos no período correspondente a 2000 e 2016. Destaca-se como *corpus* os discursos proferidos pela delegação brasileira nas Reuniões Gerais Ordinárias, disponíveis em atas oficiais. Busca-se compreender os enunciados brasileiros e responder quais são as regularidades e rupturas. Para tal considera-se a conjuntura internacional, doméstica e institucional, bem como leva-se em conta a conformação discursiva da OEA e as relações de poder-saber que compõem este tecido discursivo. Enquanto objetivo específico, pretende-se uma análise da dinâmica das relações do Brasil na OEA, o que direciona a pesquisa a um olhar ao desempenho da política externa dos Estados Unidos que responda em que medida há um tensionamento. Utiliza-se a abordagem da Análise do Discurso pautada nas reflexões de Michel Foucault, com o intento de observar a ação discursiva do Brasil no órgão multilateral em uma perspectiva apoiada na materialidade linguística, fazendo uso das chaves-teóricas: enunciado, formação discursiva (FD), sujeito, discurso, acontecimento. Analisa-se a Questão das Ilhas Malvinas, as correlações entre as pautas democracia, segurança e integração regional, por fim a discursivização acerca do “Impeachment de Dilma Rousseff” ou “Golpe de 2016”. Ao fim aponta-se a existência de uma regularidade a despeito da mudança de gestão; uma diversificação em relação aos conteúdos tradicionais da PEB; a regência do MRE na condução da política externa; e desigualdade de gênero na composição do quadro da delegação.

Palavras-chave: OEA; Análise de Discurso; Política externa brasileira

ABSTRACT: This paper proposes an analysis of the Brazilian discourse in the Organization of American States in the period corresponding to 2000 and 2016. As corpus the speeches given by the Brazil at the Ordinary General Meetings, available in official minutes. It seeks to understand the Brazilian statements and answer what can be define as regularities and ruptures. For this the international, domestic and institutional conjuncture is taken into account, as well as the discursive conformation of the OAS and the power-knowledge relations that make up this discursive. As a specific objective, an analysis of the dynamics of Brazil's relations in the OAS is sought, which directs research to a look at the performance of US foreign policy that responds what is the tension. We use the Discourse Analysis approach based on Michel Foucault's reflections, with the aim of observing the discursive action of Brazil in the multilateral body in a perspective based on linguistic materiality, making use of the theoretical keys: statement, discursive formation (FD), subject, speech, event. The issue of the Malvinas Islands is analyzed, the correlation between the patterns of democracy, security and regional integration, finally the discursivization about the "Impeachment of Dilma Rousseff" or "Coup of 2016". In the end it is pointed out that there is a regularity despite the change of management; diversification from the traditional content of PEB; the regency of the MRE in the conduct of foreign policy; and gender inequality in the composition of the delegation.

Keywords: OAS; Discourse Analysis; Brazilian foreign policy

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC - Análise de Conteúdo

AD – Análise do Discurso

AL – América Latina

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

APE - Análise de Política Externa

CA - Comunidade Andina

CASA - Comunidade Sul-Americana de Nações

CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

CNA – Campanha Nacional Contra a ALCA

EUA – Estados Unidos da América

FD - Formação Discursiva

IRB - Instituto Rio Branco

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MRE - Ministério de Relações Exteriores

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PEB – Política Externa Brasileira

UE – União Europeia

UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - História da OEA	30
1. 1 A Política Externa Dos Estados Unidos e a OEA	30
1. 2. A Estrutura da Organização	59
CAPÍTULO 2 - Análise do discurso	63
2.2. Análise do Discurso	63
2.2. Formação Discursiva	69
CAPÍTULO 3 - O discurso do Brasil na OEA: quem fala	79
3. 1. A Interdição da Posição de Delegado e Delegada	80
3. 1. 1. Vínculo Institucional	81
3. 1. 2. Gênero	88
3. 2. A construção histórica da PEB	95
CAPÍTULO 4 - O discurso do Brasil na OEA: o que é dito	101
4. 1. Paz Regional, Integração e Democracia	101
4. 2. Impeachment e Democracia: raridades e deslizamentos discursivos	115
4. 3. Continuidades discursivas: Ilhas Malvinas	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
FONTES DOCUMENTAIS	147
REFERÊNCIAS	151
ANEXOS	161
Anexo 1. Presidentes de esquerda e centro-esquerda no período analisado	161
Anexo 2. Organograma da OEA	162
Anexo 3. Resolução 1080	163

INTRODUÇÃO

Este trabalho dedica-se à análise do discurso do Brasil na Organização dos Estados Americanos (OEA) no período entre 2000 e 2016. Com o intento de evidenciar as principais temáticas desempenhadas no organismo pela agenda da política externa brasileira, busca-se assinalar os eventos discursivos que indicariam maiores continuidades e rupturas. Almeja-se fornecer um panorama da ação discursiva do Brasil neste fórum multilateral, considerando a possibilidade de tensionamento com a agenda de política externa norte-americana. Para tal propósito, enquanto *corpus* destaca-se todos os pronunciamentos da delegação brasileira nas ocasiões de Reunião Ordinária Geral, nos respectivos anos, cuja a transcrição está disponível na íntegra nas Atas oficiais publicadas no *site* da organização¹.

A percepção dos elementos centrais deste trabalho - o estudo da OEA, política externa brasileira (PEB) e possíveis tensões com os EUA - são destacadas sob uso das compreensões do filósofo francês Michel Foucault. Busca-se para além da identificação da agenda da PEB no organismo, destacar a influência da correlação de forças da ordem global de supremacia estadunidense no funcionamento do discurso brasileiro, deseja-se responder em que medida há ou não há um tensionamento. A hipótese é de que, dada a presença dos Estados Unidos no órgão, o Brasil desempenha uma estratégia discursiva distinta da operada em outras esferas, ao que espera-se encontrar pontos de embate entre os dois atores. Tal hipótese é ancorada no desempenho da Política Externa no período como um todo. Considera-se os posicionamentos do Brasil contra a ALCA, a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao Executivo e em 2003 e a forma que o mesmo conduziu as decisões com um certo distanciamento pragmático dos norte-americanos².

Dada a preocupação de Foucault em elaborar uma teoria do sujeito, a qual buscou “definir os diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos

¹ Atas disponíveis em: <<http://www.oas.org/es/council/AG/Minutes/>>. Acesso em: 01 de janeiro de 2019

² LIMA, Maria Regina Soares de. **A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul**. Revista Brasileira de Política Internacional. 2005, vol.48, n.1, pp.24-59

se tornaram sujeitos”³, há em sua obra o caminho de uma análise minuciosa do poder, do saber e do discurso. Partilharemos de sua compreensão de prática discursiva enquanto: “um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”⁴, de alto potencial explicativo.

O recorte temporal, 2000 a 2016, pauta-se nos trabalhos que indicam o período enquanto um momento de novas formulações de política externa, ou seja, novos enunciados e referenciais⁵. A constatação da combinação de fatores de ordem econômica, institucional e histórica âncora o interesse em observar os acontecimentos discursivos, as rupturas operadas por esta nova agenda apontada e as continuidades e resistências da materialidade linguística neste período. Seguindo a linha teórica adotada aqui, acredita-se que uma compreensão das relações de poder passa pela observação das formas de resistência e novas possibilidades de ação que atuam nos discursos. Este recorte considera os dois últimos anos da gestão de Fernando Henrique Cardoso apesar de ele não estar incluído no movimento político de ascensão de partidos progressistas. Nota-se que suas decisões acerca da PEB possuem semelhanças com a política que seria adotada posteriormente, já sendo identificada na ordem do discurso uma aproximação das novas políticas que seriam propostas pela gestão posterior para a inserção do país no cenário internacional⁶.

Considera-se ainda que os processos políticos internos dos países da América do Sul analisados em conjunto podem indicar o período como uma quadra pertinente. No Brasil o Partido dos Trabalhadores alçou o cargo mais alto do executivo apenas

³ RABINOW, P. DREYFUS, H. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995. p. 231

⁴ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 43

⁵ VILLA, Rafael Duarte. **Política Externa Brasileira: Capital social e discurso democrático na América do Sul**. Revista Brasileira de Ciência Sociais. Vol. 21 nº. 61 junho/2006. HIRST, Monica; LIMA, Maria Regina Soares de; PINHEIRO, Leticia. **A Política Externa Brasileira em tempos de novos horizontes e desafios**. Análise de Conjuntura. OPSA. Nº 12, dez. 2010.

⁶ SILVA, André Luiz Reis da Silva. **O Brasil diante da globalização: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Revista Carta Internacional. Vol. 7, n. 1, jan.-jun. 2012. p. 20-34.

em 2003, mesmo período de Nestor Kirchner na Argentina, com o Partido Justicialista. Entretanto, outras duas eleições anteriores ao período analisado são relevantes para o recorte: em 1999, temos Hugo Chávez com o PSUV; seguido de Ricardo Lagos, em 2000, no PSCH⁷. A mudança das orientações políticas nestes países são compreendidas como diretamente ligadas à uma nova agenda de política externa⁸. Nossa análise finda no ano de 2016, ano em que o processo de Impeachment de Dilma Rousseff - evento analisado em nosso trabalho - aparece como o fator relevante da desconfiguração deste cenário. Além deste evento, podemos considerar em um quadro geral de transformações na América Latina com a desestabilização do governo de Nicolás Maduro na Venezuela ao longo dos últimos anos e a eleição do governo de Mauricio Macri na Argentina em 2015 como fatores regionais que mudam a configuração política.

Ao considerar os trabalhos que desempenham análises de instituições e processos políticos pela ótica do discurso, leva-se em conta livro organizado por Catarina Carta e Jean-Frédéric Morin, “EU Foreign Policy Through the Lens of Discourse Analysis: Making Sense of Diversity”, publicado em 2013. Nele os autores expõem a multiplicidade de perspectivas analíticas da AD que vêm sendo adotadas para a compreensão do fenômeno de integração europeu e suas raízes epistemológicas⁹. Estes confluem na percepção que parte significativa do esforço de integração e partilha de ideais comuns entre os Estados se daria no campo da ordem do discurso, especialmen-

⁷ Ver tabela em anexo, nela consta a cronologia dos presidentes de esquerda na região, no período analisado.

⁸ ONUKI, Janina and OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. **Eleições, política externa e integração regional**. Revista de Sociologia Política. 2006, n.27, pp.145-155

⁹ “Depending on one’s theoretical lenses, discourses can be conceived as exercising framing, generative, performative and coordinative functions. First, discourses frame and structure what can be conceived and uttered (Hajer 1993). The process whereby we attribute a signified to a signifier entails the articulation of this signifier into a broader semantic system of meanings (Derrida 1976). Second, discourses generate and construct the meaning of what exists in such a way that nothing exists if it cannot be thought through and transposed into language (Wittgenstein 1971). Third, discourses have a performative power (Austin 1962). Rhetorical strategies inherent in discourses contribute to the way we perceive social facts (Foucault 1969), by establishing semantic connections among phenomena. Therefore, discourses shape our own perception of reality (Wæver 1995). Fourth, the process of creating discourse is inherently interactive and intersubjective (Habermas 1984). In this regard, discourses are semantic fields in which social interactions are produced.” (CARTA, Catherine. FRÉDÉRIC-MORIN, Jean. **EU Foreign Policy through the Lens of Discourse analysis: Making Sense of Diversity** Farnham: Ashgate, 2013. p.24)

te no sentido de produzir uma aceitação da população a tal movimento, haja visto a dificuldade de lidar com as questões sociais ligadas aos nacionalismos do continente.

No campo da política internacional, a ordem do discurso foi convocada por meio de Derrida¹⁰, Wittgenstein¹¹, Waever¹² e, como fará este trabalho, Foucault. As principais contribuições de Derrida foram no sentido de promover a desconstrução do discurso científico no campo das Relações Internacionais. Até aquele momento, as formulações teóricas e as análises acerca do cenário internacional eram tidas como verdades absolutas dado seu caráter de ciência. Com o autor foi possível notar que as formulações acerca dos conflitos e das problemáticas internacionais estariam sempre atreladas a um determinado ponto de vista.

A constatação de Wittgenstein a respeito da multiplicidade de possibilidades e resultados nos eventos sociais foi o fator de maior influência para as pesquisas no campo das RI. Pesquisas que abordavam a resolução de conflitos e ajuda humanitária necessitavam de um aparato teórico cada vez menos taxativo, pois os eventos internacionais apresentavam desdobramentos múltiplos. Tal fato, sob uma perspectiva da linguagem, foi compreendido como resultado direto da forma de atuação da língua e dos sentidos. Estes são produzidos pelos atores que os utilizam durante os processos e não previamente por atores externos a eles. Ainda o trabalho de Waever acerca da segurança e de identidade, inseridos na Escola de Copenhague, foi inovador por admitir que a paz era produto de um contexto amplo de relações sociais, não apenas da ação do Estado; sendo necessário observar o que há de discursivo nessas relações e os efeitos da palavra “paz”.

O trabalho de Henrik Larsen¹³, publicado em 1997, serviu-se destas perspectivas para realizar uma análise da política externa por intermédio do discurso de Fran-

¹⁰ DERRIDA, J. **Of Grammatology**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1976

¹¹ WITTEGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas, Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

¹² WÆVER, Ole. **Security. The Speech Act. Analysing the Politics of a Word**. Working Paper COPRI, nº 19. 1989. WÆVER, Ole. The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations. *International Organization*, vol. 52, nº 4. 1998.

¹³ LARSEN, Henrik. **Foreign Policy and discourse analysis: France, Britain and Europe**. London and New York: Routledge, 1997.

ça e Inglaterra, em relação a Comunidade Européia. Seus estudos foram capazes de retirar a centralidade do olhar psicológico dado ao agente específico no comando do Estado. Tornou a compreensão de PE enquanto um produto do Estado e suas complexidades históricas e discursivas, onde novas chaves teóricas foram possibilitadas pelo método de análise do discurso político. Outro ponto interessante da perspectiva de seu trabalho é o contraste identificado entre a posição francesa e inglesa na ordem do discurso.

Aproximando a abordagem do discurso da realidade brasileira, encontra-se estudos que dedicam-se a compreensão do fenômeno de regionalização. No caso da integração regional sul-americana, foram menos no sentido de analisar as resistências locais e mais de observar os significados em comum produzidos pelos Estados, onde podemos destacar o trabalho de Ronaldo Vieira¹⁴, "Foucault em casa: aspectos discursivos da construção da Comunidade Sul-Americana de Nações (2004 – 2006)". Vieira seguiu os questionamentos foucaultianos e os lançou sobre seu objeto de análise, a CASA, perguntando-se "O que tornou possível as Declarações de Cusco e de Ayacucho? Que ideias e crenças articularam a materialização de documentos que reúnem vários países em compromisso de convergência para o regionalismo?"¹⁵. Ao tentar responder essas perguntas, constatou a necessidade de compreender o funcionamento peculiar do discurso político; marcando que "o que se deve buscar no discurso político não é a verdade essencial e sim o efeito construído de sentido dos momentos particulares"¹⁶. Este trabalho é o que mais se assemelha ao esforço de análise que será proposto, não apenas pelo uso em comum das obras do filósofo francês, como pelos resultados atingidos e as noções de que a integração sulista aponta para uma quebra da correlação de forças no cenário internacional.

¹⁴ VIEIRA, Ronaldo. **Foucault em casa**: aspectos discursivos da construção da Comunidade Sul-Americana de Nações (2004 – 2006). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

¹⁵ VIEIRA, Ronaldo. **Foucault em casa**: aspectos discursivos da construção da Comunidade Sul-Americana de Nações (2004 – 2006). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. p. 45

¹⁶ VIEIRA, Ronaldo. **Foucault em casa**: aspectos discursivos da construção da Comunidade Sul-Americana de Nações (2004 – 2006). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. p. 112

Outro trabalho de pertinente consideração, "A integração da América do Sul no discurso da política externa brasileira (1992-2010)"¹⁷ de Samir Perrone de Miranda, buscou responder como a política de integração regional se constituiu e tornou-se discursivamente possível, além de evidenciar o desenvolvimento desta política sob variados períodos e diferentes gestões em perspectiva comparada. Com outras abordagens, "A tradução como política linguística: o caso da Unasul"¹⁸ de Guilherme Queiroz, Marcos Bagno e Júlio César Neves Monteiro destacaram a importância da tradução a das relações linguísticas entre os povos, buscando dimensionar o impacto dessa ação na organização sul-americana. Menciona-se também o trabalho "La agenda Glotopolítica contemporánea: Hacia la integración sudamericana"¹⁹ de Elvira Narvaja de Arnoux, que a partir do termo Glotopolítica busca um mapeamento dos conceitos que fundam a noção de integração regional. Nota-se dentre os trabalhos destacados a inexistência de pesquisa que verse especificamente sobre a OEA e o desempenho discursivo da representação brasileira na mesma.

A confluência de processos integracionistas foi percebida pela literatura enquanto uma quadra de institucionalização e formulação de políticas públicas com viés de regionalização, como parte de um movimento mais amplo, por vezes compreendido em uma perspectiva histórica²⁰ de criação de blocos econômicos e organismos multilaterais regionais. Nestas condições, o regionalismo passa a ser entendido como central não apenas na política externa brasileira, mas na agenda dos mais variados

¹⁷ MIRANDA, Samir Perrone. **A integração da América do Sul no discurso da política externa brasileira (1992-2010)**. (Tese de doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. 2013.

¹⁸ QUEIROZ, Guilherme; BAGNO, Marcos; MONTEIRO, Júlio César Neves. **A tradução como política linguística: o caso da Unasul**. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, [S.l.], v. 57, n. 1, p. 127-154, mar. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8651609/17740>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

¹⁹ ARNOUX, E. N. **La agenda Glotopolítica contemporánea. Hacia la integración sudamericana**. In: ARNOUX, E. N.; BEIN, R. (org.), **La regulación política de las prácticas lingüísticas**. Buenos Aires: Eudeba, 2008. pp.1-15.

²⁰ FAWCETT, Louise. **Regionalism in historical perspective**. In FAWCETT, Louise. HURRELL, Andrew. **Regionalism in World Politics: Regional Organization and International Order**. Oxford/New York: Oxford University Press, 1995.

organismos, Estados e entidades de caráter internacional²¹. Por política externa compreenderemos o conjunto de ações e decisões de um determinado ator em relação a outros Estados ou atores externos, gestada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional²². Além disto, esta conjuntura mostrou-se pertinente como marco de um ambiente de maior convergência de interesses, por consequência de resultados dos processos políticos internos dos países sul-americanos²³.

A literatura produzida acerca da temática integracionista e as análises de política externa, visaram nas primeiras duas décadas deste século a compreensão destes fenômenos por intermédio do estudo das instituições recém-criadas, como a CELAC e UNASUL²⁴, ou fortalecidas no caso do Mercosul. Tais organizações foram eleitas enquanto o fórum privilegiado para a compreensão dos valores, intenções, ações, políticas públicas e discursos que orbitavam e constituíam o fenômeno integracionista. Tal escolha deu-se pela razão de ser destes aparatos institucionais que se dedicam diretamente ao evento; outra razão foi própria ausência norte-americana, motivados pelo intento de produzir uma análise histórica atenta aos movimentos de resistência e de novas tentativas não hegemônicas, a qual seria possível ao excluir perspectivas norte-americanas tradicionais. Sendo assim proliferaram análises destes organismos enquanto a OEA permaneceu como uma lacuna nos estudos de mesma temática, não favorecendo uma leitura ampla.

Neste contexto, salvo exceções, nota-se que a Organização dos Estados Americanos não foi eleita enquanto a instituição capaz de fornecer material explicativo para a compreensão do cenário. Desta forma, carecem análises mais detalhadas referentes tanto ao desempenho do Brasil no organismo, quanto do rastreamento da pauta integracionista no mesmo, o que configura uma lacuna na compreensão da agenda do

²¹ OLIVEIRA, Jéssica da Silva. **The place of the Region in IR**. Revista Contexto Internacional v. 39, n. 1, Jan/Abr 2016.

²² PINHEIRO, Leticia, **Política Externa Brasileira, 1889-2002**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar 2004.

²³ SANTOS, Fabiano. **Integração regional e as eleições presidenciais de 2006 no Brasil**. Análise de Conjuntura, Rio de Janeiro, n. 2, fev 2006. ONUKI, Janina. OLIVEIRA, Amâncio Jorge. **Eleições, política externa e integração regional**. Curitiba: Revista de Sociologia Política, n. 27, nov. 2006. p. 145-155.

²⁴ FERRAZ, Maria Isabel Meunier. **Construindo a América do Sul: identidades e interesses na formação discursiva da Unasul**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - UFPE, Recife, 2012.

país. Para além da carência da temática, a seleção do *corpus* específico deste trabalho dentro da OEA justifica-se através do entendimento de que a OEA se constitui enquanto um fórum privilegiado, justamente devido à presença dos Estados Unidos. Considerando as leituras já existentes e os significados atribuídos a este ator, além dos campos de memória que são atrelados às ações do governo norte-americano, torna-se interessante perceber a ação discursiva brasileira e as formulações discursivas de integração regional por ele suscitadas na presença do mesmo, tanto pela sua marca na história da Política Externa Brasileira, quanto pela natureza das relações políticas econômicas que colocam as relações sul-sul como seu antagonista na maioria das pesquisas anteriores incorporadas a este trabalho. Nesse sentido, busca-se responder: em que medida há, ou não, um tensionamento do discurso brasileiro devido à presença norte-americana?

Utilizando as reflexões foucaultianas sobre discurso, mapeia-se as funções enunciativas. Ao selecionar os discursos proferidos entre 2000 e 2016 pelo Brasil na Organização dos Estados Americanos, faz-se necessário compreender as condições históricas de produção deste discurso, não para fazê-las pano de fundo do discurso, mas partir da compreensão de que a história é produtora de sentidos²⁵. Para tanto o próximo capítulo versa sobre o desenvolvimento da Organização e seu desempenho no cenário internacional no período anterior aos pronunciamentos aqui estudados desde episódios preliminares à criação da OEA em 1890. Destarte, considera-se análises anteriores da atuação dos organismos e da política externa dos países envolvidos, além dos próprios eventos constituintes de sua trajetória, o que nos levou a notar a predominância das circunstâncias específicas de um de seus membros, os Estados Unidos, na compreensão dos fatos que consolidaram nossa análise.

Portanto, em capítulo seguinte, intitulado “História da OEA”, em gesto de descrição/interpretação demonstraremos em uma perspectiva histórica a atuação dos Estados Unidos na OEA. Destaca-se na trajetória da OEA a ação norte-americana, bem como identifica-se a passagem de enunciados de uma esfera para a outra. Observando também os afastamentos, disputas, as formas de resistência regional, além do

²⁵ ORLANDI, Eni P. (Org.). **Gestos de Leitura** - da História no Discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994

discurso brasileiro dentro da estrutura discursiva do organismo, haja visto que apesar das digressões necessárias para compreensão aprofundada, nosso trabalho permanece dedicado ao estudo do discurso brasileiro no órgão. Ainda neste capítulo, contaremos com uma breve seção que descreve a estruturação geral da Organização dos Estados Americanos para que possamos identificar a relevância dessas reuniões e desses discursos dentro do mesmo, visando dispor das dimensões do funcionamento institucional, haja visto que a mesma é parte constituinte e constituidora dos enunciados.

Conforme o primeiro capítulo demonstrará, a história da política externa estadunidense é indissociável da história da Organização dos Estados Americanos, desde seu início que tem marco em solo americano, até as justificativas de suas ações e de sua maior ou menor efetividade, segundo a literatura de análise de política externa. Em diversos momentos, fez-se necessário uma leitura da política doméstica norte-americana para explicitação de decisões e conjunturas determinantes dentro do órgão multilateral. O elemento que mais destacou-se na consolidação desta perspectiva é a maneira que a OEA, assim como os Estados Unidos, atrelou-se à defesa de um determinado regime político: a democracia. Ela é de fato reconhecida como o único fórum regional que possui em seu estatuto a regência de regime democrático como condicionante para participação durante o século XX²⁶ - posteriormente o Protocolo de Ushuaia, assinado em 1998, garantiu a mesma condicionante aos membros do Mercosul; a UNASUL, em 2010, seguiu o mesmo caminho na figura do Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo assinado na Cúpula de Georgetown. Marca-se aqui esta relação e maneira que a democracia foi solidificada na conformação da estrutura da Organização dos Estados Americanos, tornando-se o ponto central regente da maioria dos debates.

No segundo capítulo, “Análise do discurso”, contaremos com uma seção teórica a respeito do conceito “formação discursiva” alçado por Michel Foucault na intenção de firmar as bases teórico-metodológicas do movimento de análise. Utilizaremos Jean-Jacques Courtine para amparar a compreensão do termo - considerando que a aplicação deste conceito do autor se deu, assim como este trabalho, no campo do dis-

²⁶ CÂMARA, Irene Pessoa de Lima. **Em Nome da Democracia: a OEA e a crise haitiana – 1991 – 1994**. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos, 1998.

curso político. Em livro “Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos” encontra-se aproximação e interpretação para a utilização de Foucault em nosso trabalho. Buscaremos evidenciar as bases que norteiam nossa pesquisa: determinar as condições de existência dos enunciados e as formas específicas de acúmulo; partir do pressuposto de que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento a sua volta”; não buscar a suposta verdade oculta por trás dos enunciados, nem concebê-las na dicotomia ciência e ideologia; evidenciar as relações de saber poder; apontar as continuidades e rupturas.

O terceiro capítulo, “O discurso do Brasil na OEA” será destinado à análise direta dos enunciados proferidos pela delegação brasileira, percebidos sob a luz da historicidade apontada no primeiro capítulo. Seguindo o que foi exposto por Foucault, na tentativa de identificar e analisar a formação discursiva apresentada no capítulo anterior estaremos em busca de continuidades e descontinuidades dos enunciados. Observando em mesmo passo na materialidade discursiva a novidade e a repetição dos mesmos, por formação discursiva adotaremos a seguinte definição:

No caso em que se puder descrever, em um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciado, os conceitos, as escolhas temática, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos por convenção que se trata de uma formação discursiva.²⁷

Também estaremos atentos a destacar os elementos estruturantes do discurso. Para isto, busca-se responder: “Quem fala?” e “De onde fala?”. Mapeia-se a constituição dos sujeitos responsáveis por emitir o discurso brasileiro, ocupando o posto de delegado ou delegada nas Reuniões Ordinárias da OEA. Busca-se evidenciar quem está autorizado a falar em nome do Brasil, não no intento de elucidar seus indivíduos e suas intenções, mas em busca de identificá-los no nível de sujeitos em suas posições sociais. Consideramos também como fator de influência no discurso a própria construção da PEB estruturada ao longo dos anos. Essa construção acaba por firmar um local institucional e enunciativo que opera exigindo que o discurso brasileiro apresente uma continuidade, em coerência com a historicidade da atuação da sua política. Afinal, a percepção e expectativas acerca das ações enunciativas e políticas do Brasil

²⁷ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 47

foram construídas na comunidade internacional e doméstica com base na observação do conjunto de ações do desempenho de sua política internacional ao longo da história.

Para explorar esse fator de influência traremos brevemente à discussão momentos em que a política externa brasileira foi questionada por não corresponder a diretriz anterior. Alegações deste tipo foram detectadas nas declarações recentes de José Serra, mas também em declarações anteriores do Embaixador Rubens Ricupero, Celso Lafer e Luis Felipe Lampreia que datam do período analisado. Cabe problematizar o sentido dessas alegações e como elas tentam se estabilizar na ordem do discurso.

No tocante ao intento de “determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito”²⁸ do discurso, destacam-se duas categorias analíticas. A primeira, seguirá a linha de estudos influenciados pelas perspectivas feministas que consolidaram nas últimas décadas, ao termo gênero, o posto de “categoria útil de análise histórica”²⁹, buscando responder: em que medida mulheres estão autorizadas a figurar enquanto sujeitos do discurso? Nessa perspectiva contribuem os estudos da filósofa britânica Carole Pateman que afirmam a existência de um contrato sexual estruturante das relações econômicas e sociais, responsável por relegar a mulher ao espaço privado em detrimento do espaço público³⁰.

A escolha de tal categoria para análise dos sujeitos dar-se-á pelo caráter dos dados que temos à disposição nas atas dos períodos analisados, a partir delas o vínculo institucional e o gênero dos delegados são as únicas informações passíveis de apreensão. Outro fator relevante é relativo ao movimento teórico ao qual este trabalho está inserido, em uma onda de estudos do campo das Relações Internacionais, que emerge a partir da década de 1980, responsável por galgar espaço para discussões de gênero

²⁸ FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009 p. 108

²⁹ SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica**. Educação & Realidade, v.1S, n.2, julho-dezembro, 1990

³⁰ PATEMAN, Carole. **The Sexual Contract**. Stanford, California: Stanford University Press. 1988.

no âmbito da política internacional. Teóricas como Ann Tickner³¹, Carol Cohen³², Jean Bethke Elshtain³³ desenvolveram estudos na corrente pós-estruturalista e construtivista que permitiram problematizações e respostas outrora negadas ou desconsideradas pelas abordagens anteriores.

O movimento destas autoras além de inovador em uma perspectiva científica, garantiu uma maior democratização e pluralização da política externa, considerando que, a partir dos questionamentos feministas a respeito do local da mulher no cenário internacional e da natureza masculina atribuída ao Estado e a Guerra, outras ponderações acerca de questões raciais e formas menos belicosas de resolução de conflitos e de ajuda humanitária passaram a ser elaboradas. Consta-se uma aproximação entre a forma de aplicação da teoria feminista nas RI e das formulações de Michel Foucault, ambos utilizados. A aplicação da primeira carrega também questionamentos das contradições de valores entre suposta verdade/ciência e ideologia, público e privado, universal e particular. Ambas adentraram o campo, outrora calcado no realismo, por caminhos similares e enfrentaram as mesmas resistências dos postulados teóricos³⁴.

A segunda categoria analítica consiste no vínculo institucional, através do qual busca-se observar quais são as instituições internas da burocracia estatal brasileira que geram e controlam este discurso, considerando que estas instituições também possuem formações discursivas próprias. Recorrendo aos trabalhos de Maria Regina Soares de Lima³⁵ e Zairo Borges Cheibub³⁶ para a compreensão dos impactos da conformação do Itamaraty na ordem do discurso. É interessante observar que a produção dos

³¹ TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. New York: Columbia University Press. 1992.

³² COHN, Carol. “**Wars, Wimps, and Women: Talking Gender and Thinking War.**” In **Gendering War Talk**, edited by M. Cooke and A. Woollacott, pp. 227–246. Princeton, NJ: Princeton University Press. 1993.

³³ ELSHTAIN, Jean B. **Women and War**. New York: Basic Books. 1987

³⁴ TICKNER, Ann. **You Just Don’t Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists** *International Studies Quarterly*, nº 41, 611–632. 1997. p. 621

³⁵ LIMA, Maria Regina Soares de. Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña. *América Latina/Internacional*, v. 1, n. 2, p. 27-46, 1994.

³⁶ CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica**. *Dados*, v. 28, n. 1, p. 113-131, 1985.

enunciados do Brasil no organismo não será apenas atravessados pela agenda da própria OEA, moldada segundo os interesses norte-americanos, mas também será perpassada pela forma específica de ação, interesses e agendas das instituições daqueles que compõem a delegação.

Nosso método de análise será guiado pela observação das continuidades e rupturas discursivas, acredita-se que por este caminho poderemos mapear as relações de poder através dos enunciados, observando o que há de acontecimento e o que há de estabilização. Os temas destacados nas três seções que compõem a reta final deste trabalho foram escolhidos com base na materialidade linguística do *corpus*, curiosamente nenhum dos temas analisados, com exceção da democracia, eram esperados na configuração prévia deste trabalho, imaginava-se a predominância de temáticas de desenvolvimento, por exemplo. Notou-se que o desempenho brasileiro na OEA é divergente do quadro geral da política externa, fato que novamente justifica a necessidade de evidenciar as realidades de distintos níveis que cercam nosso *corpus*. De antemão, atestou-se que, dentre todos os temas, a maior continuidade discursiva operada pelo Brasil versa sobre a permanência da pauta das Ilhas Malvinas, haja visto a presença eloquente da mesma na agenda brasileira nas plenárias da OEA, aparecendo em todos os anos entre 2000 e 2016, em enunciados praticamente idênticos. A princípio, não esperava-se que o conflito da Argentina fosse marcante para a trajetória do discurso brasileiro no organismo, considerando que tal elemento pouco aparece em uma perspectiva geral da PEB no período. Entretanto, a materialidade linguística do discurso brasileiro no órgão atesta a permanência da pauta de forma sistemática.

Visando isto, o evento constitui uma de nossas seções, em que buscaremos analisar os significados atribuídos a tal acontecimento discursivo em uma perspectiva histórica que considerará a trajetória da Guerra das Malvinas, travada entre Reino Unido e Argentina (entre abril de 1982 e 14 de junho de 1982). Para tal, dispomos do olhar do historiador argentino Federico Lorenz³⁷, elencado devido a similaridade de sua abordagem dos eventos históricos argentinos com a perspectiva adotada neste tra-

³⁷ LORENZ, Federico. **Las guerras por Malvinas**. Buenos Aires: EDHASA, 2006. LORENZ, Federico. **Fantasmas de Malvinas**. Un libro de viajes. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2008. LORENZ, Federico. **Malvinas. Una guerra argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009. LORENZ, Federico. El malestar de Krimov. Malvinas, los estudios sobre la guerra y la historia reciente argentina. Revista Estudios N° 25, janeiro-junho 2011.

balho. O referido historiador buscou compreender os eventos da Guerra das Malvinas traçando os variados sentidos históricos da mesma, evitando produzir uma história única e harmonizando as diversas conjunturas, anseios, perspectivas e contextos que produziram o fato histórico. Tal escolha pode ser observada nos resultados atingidos e em seus caminhos metodológicos, considerando que utilizou não apenas a linguagem formal de documentação, mas também cadernos de viagem e maneiras inovadoras de entrevistas com soldados combatentes. Essa busca de Lorenz, pela identificação dos campos de memória suscitados e os significados atribuídos ao evento, aponta para os pontos de fusão de linguagem e história, tidos como historicidade:

historicidade é modo como a história se inscreve no discurso, sendo a historicidade entendida como a relação constitutiva entre a linguagem e história. Para o analista do discurso, não interessa o rastreamento de dados históricos em um texto, mas a compreensão de como os sentidos são produzidos. A esse trabalho dos sentidos no texto e à inscrição da história na linguagem é que se dá o nome de historicidade³⁸

Na seção destinada à compreensão da permanência da pauta das Ilhas Malvinas no discurso brasileiro, iremos estudar e analisar os discursos produzidos por outros atores para perceber os significados atribuídos à pauta dentro do órgão. Busca-se elucidar o que significa uma continuidade tão latente do discurso brasileiro e considera-se que retomar os discursos destes outros membros nos permite um mapeamento da exterioridade e do funcionamento do órgão. Mapeando outros enunciados seremos capazes de melhor localizar as enunciações brasileiras, bem como tentar responder o questionamento da latente e inesperada continuidade desta pauta. Privilegia-se também um olhar, baseado na discussão já proposta, que este período corresponde à confluência de processos integracionistas entre os países do sul do hemisfério; portanto, mobiliza-se o discurso dos demais atores para verificar se há um alinhamento.

Enquanto uma presença dupla de continuidades e descontinuidades/rupturas, outro tópico abordado no terceiro capítulo versará sobre a construção discursiva da paz e da segurança internacional no discurso brasileiro. Neste tópico busca-se apontar como o Brasil atrela a questão da integração regional sul-americana à paz, afastando a necessidade e possibilidade de intervenção norte-americana no subcontinente. Tenta-

³⁸ FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Instituto de Letras - UFRGS, 2001. p. 17

remos demonstrar que o Brasil constantemente relacionou: paz, democracia, princípio da não intervenção, direito de autodeterminação dos povos e história pacífica regional. Com isto, supõem que foi possível efetivar a consolidação de uma noção de segurança para a região e afastar do horizonte a possibilidade de ação dos EUA.

A relação OEA e democracia será percebida aqui como uma extensão da formulação de política externa norte-americana, sem que se atenha muito nos desdobramentos de tal conjuntura, visto que nosso objetivo é a compreensão do discurso brasileiro. Considero que a defesa da bandeira democrática pelos EUA é apontada como uma ferramenta de inserção, controle e intervenção na política doméstica de diversos países ao redor do mundo com destaque especial para Cuba e Venezuela, na América Latina, bem como Iraque.

Utilizando-se do mecanismo de comentário, que será elucidado na seção destinada a abordagem do conceito de "formação discursiva", o Brasil respeita todas as regras da ordem do discurso da instituição, porém dando outras interpretações possíveis a "paz" e a "segurança". Destarte, utilizaremos artigo de Mónica Salomón³⁹ acerca da teoria da paz democrática, bem como de Michael Doyle⁴⁰, o precursor da mesma, observando as relações de saber-poder que consolidaram a aliança entre democracia e paz, favorecendo a agenda estadunidense. Soma-se ainda as contribuições de Lupovici⁴¹ nos estudos de paz e segurança para corroborar a ação brasileira de ampliação da agenda das problemáticas de segurança que passam a abranger questões sociais e econômicas.

Por fim, a última seção de nosso trabalho analisará um evento de raridade discursiva em que a construção de democracia do discurso brasileiro é desestabilizada, devido à alegação da Delegação da Nicarágua que país vive um "*un inescrupuloso golpe de Estado técnico-parlamentario*". Tal denuncia emerge por ocasião da Reunião Ordinária da OEA realizada em Santo Domingo na República Dominicana entre 13 e

³⁹ SALOMÓN, Mónica. **El Debate Sobre La Paz Democrática**: una Aproximación crítica Revista de Estudios Políticos Nueva Época. N 113. Julho-setembro. 2001.

⁴⁰ DOYLE, Michael. **Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs**. Philosophy and Public Affairs. 1983.

⁴¹ LUPOVICI, Amir. **Pacification**: Toward a Theory of the Social Construction of Peace. International Studies Review, 15(2), 2013.

15 de junho de 2016. Para tanto, observa-se a memória discursiva resgatada pela palavra “golpe” na OEA e no contexto doméstico brasileiro. Também fornecemos uma breve descrição-interpretação do evento suscitado pela Nicarágua, o Processo de Impeachment perpetrado contra a então presidente, democraticamente eleita, Dilma Rousseff. Para completar nossa análise, buscaremos trabalhos já desenvolvidos acerca do tema, como de Mariana Rezende Passos e Érica Anita Baptista⁴², “Impeachment versus golpe: a disputa de narrativas no contexto político brasileiro de 2016” e também de Renato Duarte Caetano e Marina Martins Chebly⁴³, “Democracia em Disputa: atravessamentos discursivos na sessão de julgamento do Impeachment de Dilma Rousseff”, o que orienta nosso olhar de forma mais atenta ao cenário doméstico, considerando que o enunciado “golpe” não se limita aos discursos da OEA.

Por último o trabalho apresentará considerações finais, onde serão retomadas as discussões desempenhadas e os resultados e achados da análise empreendida. Enquanto anexos, seguem-se alguns documentos que complementam nossa análise.

⁴² PASSOS, Mariana Rezende. BAPTISTA, Érica Anita. **Impeachment versus golpe**: a disputa de narrativas no contexto político brasileiro de 2016. Revista Eptic, Vol. 20, no 2, maio-agosto, 2018.

⁴³ CAETANO, Renato Duarte. CHEBLY, Marina Martins. **Democracia em Disputa**: atravessamentos discursivos na sessão de julgamento do Impeachment de Dilma Rousseff. Trabalho preparado para sua apresentação no 9o Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideu, 26 ao 28 de julho de 2016.

CAPÍTULO 1 - HISTÓRIA DA OEA

1. 1 A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS E A OEA

Podemos considerar que a OEA, como conhecemos hoje, tem seu marco histórico de criação na Primeira Conferência Internacional Americana realizada em Washington , iniciada em outubro de 1889 e findando em abril de 1890,

com o objetivo de discutir e recomendar para adoção dos respectivos governos um plano de arbitragem para a solução de controvérsias e disputas que possam surgir entre eles, para considerar questões relativas ao melhoramento do intercâmbio comercial e dos meios de comunicação direta entre esses países, e incentivar relações comerciais recíprocas que sejam benéficas para todos e assegurem mercados mais amplos para os produtos de cada um desses países⁴⁴

O anseio de realizar o evento foi adiado durante oito anos devido ao processo interno da política estadunidense. Em 1891, James Gillespie Blaine, senador republicano, foi nomeado pelo então presidente James Garfield, secretário de Estado. Conhecido pela sua forte atuação no campo diplomático, encorajou relações com a América visando a expansão comercial e o aumento do poder naval. Dentre as maiores ações do senador, estão a tentativa de negociar a paz entre Peru, Bolívia e Chile na Guerra do Pacífico, entre 1879 e 1883, e a arbitragem da disputa entre México e Guatemala no mesmo período⁴⁵. Desde sua assunção na gestão de Garfield, as ações encaminharam-se no sentido de um novo desenho para a política externa norte-americana, sendo que uma de suas primeiras atitudes foi propor ao então presidente que convidasse os países da América, que naquele momento era constituído por dezessete repúblicas, para a dita conferência, com o objetivo de firmar algum tipo de aliança. Porém, Garfield faleceu quatro meses após iniciar o exercício da presidência, desta forma seu sucessor Frederick Frelinghusen além de nomear novo Secretário de Estado cancelou o convite da reunião proposta e aceita pelos países americanos.

Com isto, o projeto protagonizado por Blaine, confluindo com uma agenda comercial e política de grupos internos nos Estados Unidos, buscando galgar espaço

⁴⁴ Disponível em: <http://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp> Acesso em 01 de novembro de 2018.

⁴⁵ Disponível em: <https://history.state.gov/departments/history/people/blaine-james-gillespie>. Acesso em 01 de novembro de 2018.

na disputa da dinâmica da política nacional, capitaneada por todos aqueles que viam no mercado internacional uma possibilidade de ganho econômico e de poder político, foi frustrado. Mas seu esforço continuou neste sentido, de forma que em 24 de maio de 1888 o Congresso Americano aprova a realização da Conferência na gestão de Grover Cleveland. Foi Blaine o principal responsável pela organização do evento, que iniciou no dia 02 de outubro com uma reunião e logo em seguida teve em sua programação uma viagem de seis semanas, acompanhado de todas as delegações dos países participantes com exceção da Argentina, para visitar os centros comerciais e industriais que estavam localizados ao Leste do Mississippi⁴⁶.

Durante este período de cinco meses, o governo brasileiro era o único que vivia sob a regência do período imperial. Porém, neste ínterim ocorreu a proclamação da República e o chefe de governo provisório, Marechal Deodoro da Fonseca designou Quintino Bocaiúva para ministro das Relações Exteriores, que escolhe um republicano, Salvador de Mendonça para chefiar a delegação brasileira na missão internacional. As instruções de Bocaiúva eram de “acompanhar o espírito americano; a política externa do Estado Independente havia apenas começado, mas já havia o intento de seguir e se inspirar no “Irmão do Norte”.

É fundamental frisar que a Organização dos Estados Americanos como conhecemos hoje é resultado de um complexo processo histórico. Haviam diversos motivos, objetivos e interesses entre os membros do hemisfério em cultivar uma relação mais próxima entre os Estados americanos, entretanto aquele que canalizou seus interesses e os colocou em forma de ação no projeto da OEA, de forma mais bem sucedida, foi o Estados Unidos. Apesar de encontrar-se no auge do desempenho de uma política isolacionista percebeu o mercado latino como uma via possível aos seus interesses mais nacionalistas; em contrapartida as jovens repúblicas no mesmo período buscavam entrar na dinâmica das relações entre Estados para consolidar sua independência⁴⁷.

⁴⁶BETHELL, Leslie. **Verbetes da Primeira República**. São Paulo: CPDOC Faculdade Getúlio Vargas, 2007.

⁴⁷ CÂMARA, Irene Pessoa de Lima. **Em Nome da Democracia: a OEA e a crise haitiana – 1991 – 1994**. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos, 1998. s/p

Pouco se firmou na Primeira Conferência, que se resumiu a uma recomendação de apoio a tratados que garantisse a reciprocidade comercial, sendo que o primeiro assinado foi o do Brasil com os Estados Unidos. Mas, de alguma maneira a organização tomou seu primeiro passo, visto que foi firmada uma União Internacional das Repúblicas Americanas, na qual o diretor-geral seria um estadunidense.

O protagonismo norte-americano na temática pode ser traçado desde 1823, quando é detectado com maior proeminência uma agenda para a região com a adoção de uma política externa pautada em “a América para os americanos”. Quando em pronunciamento ao Senado, James Monroe coloca o país na posição de defensor da independência no continente: “que os continentes americanos, daqui em diante, não devem ser considerados como sujeitos para futura colonização por quaisquer potências européias”⁴⁸. Reapropriado por Theodore Roosevelt em 1904, o que ficou conhecido como Corolário Roosevelt originou-se de um pronunciamento do presidente na Mensagem Anual ao Congresso⁴⁹, além de afirmar a possibilidade de intervir em países que não cumprissem com suas obrigações, especialmente no que tange ao pagamento de dívidas externas, colocou os EUA como “pólicia do mundo”, abrindo caminhos para uma política não só solidária mas interventora, ambas fizeram parte da política externa do *Big Stick*⁵⁰. Como Pecequilo aventou, havia o entendimento que os Estados Unidos possuía lugar especial no mundo, sendo o único capaz de ajudar seus irmãos continentais a implementar a ordem, sendo este seu suposto caminho natural⁵¹.

⁴⁸“that the American continents., are henceforth not to be considered as subjects for future colonization by any European powers” Disponível em: <<https://memory.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=llac&file-Name=041/llac041.db&recNum=4>> Acesso em 04 de novembro de 2018. Tradução nossa.

⁴⁹ROOSEVELT, Theodore. **Mensagem Anual ao Congresso**. 1904. s/p Disponível em <<https://www.infoplease.com/homework-help/us-documents/state-union-address-theodore-roosevelt-december-6-1904>> Acesso em 04 de novembro de 2018

⁵⁰ Em 02 de setembro de 1902, Theodore Roosevelt, em discurso no Minnesota, afirmou “Speak softly, and carry a big stick”. Conhecida também como “grande porrete”, a frase tornou-se o lema da Política Externa desenvolvida nos anos seguintes, constituindo uma política baseada em projetar os Estados Unidos enquanto capaz de operar a intervenção nos outros países da região caso necessário, consolidando seu status de potência mundial. A respeito ver: COHEN, Eliot. **The Big Stick: The Limits of Soft Power and the Necessity of Military Force**. Editora Hachette UK, 2016.

⁵¹ PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003. p. 88.

A política do *Big Stick* ou Grande Porrete levou a desgastes nas relações entre os países da região latino-americana. Durante o período questões como a Construção do Canal do Panamá, a Emenda Platt e as ocupações militares no México, Cuba, Panamá, República Dominicana, Honduras, Haiti, Nicarágua e Porto Rico que levaram os países a serem conhecidos como “Repúblicas das Bananas”, além do crescimento do poder econômico e militar dos Estados Unidos cultivaram nas repúblicas latinas o desconforto e a percepção do ator como ameaça. Assim começa-se a calcular custos da parceria antes tida como irrevogável com o “Irmão do Norte” e com isto soma-se a possibilidade de estreitar laços com a União Soviética para os países latinos, algo não desejado pela potência estadunidense em contexto de Guerra Fria. O protecionismo e a intervenção, especialmente econômica, continuaram no sucessor William Howard Taft, desempenhando a “Diplomacia do Dólar”⁵².

O enfraquecimento das relações no hemisfério atentaram para a dificuldade de concretização dos objetivos econômicos estadunidenses apenas por uma via comercial e Woodrow Wilson seria o primeiro presidente norte-americano a indicar o caminho da institucionalização como uma diretriz da política externa:

A suposição de Wilson era que os estados democraticamente constituídos eram inerentemente mais estáveis e amantes da paz e, portanto, eram os blocos de construção mais apropriados do sistema global. Em segundo lugar, dado que a ordem deveria basear-se no pluralismo político e que a agressão era uma característica recorrente da história mundial, Wilson declarou a necessidade de criar instituições internacionais capazes de definir e regular as interações do Estado. Terceiro, em um mundo que passa por mudanças tão básicas, a política externa americana precisava, pela primeira vez, ser um projeto conscientemente construído, com os Estados Unidos desempenhando um papel de liderança nos assuntos internacionais⁵³

⁵² Entre 1909 e 1913, William Taft utilizou a política de concessão de empréstimos e financiamentos a diversos país latino americanos, afirmando promover a independência dos mesmos. Entretanto, tal política econômica permitia que os Estados Unidos definissem as diretrizes do mercado dos países devedores. Esta ferramenta foi outra forma de interferência na política regional, além de congelar os países latinos em uma dívida externa que se arrastou durante décadas.

⁵³ *Wilson's assumption was that democratically constituted states were inherently more stable and peace-loving and hence were the most appropriate building blocks of the global system. Second, given that order was to be based on political pluralism and that aggression was a recurrent feature of world history, Wilson declared the need to create international institutions capable of defining and regulating state interactions. Third, in a world undergoing such basic changes, American Foreign policy needed for the first time to be a consciously constructed design with the United States playing a leading role in international affairs.* SMITH, Tony. **National Security Liberalism**. In: COX, M.; IKENBERRY, G. J.; INOBUCHI, T. (Ed.). **American Democracy Promotion: Impulses, Strategies and Impacts**. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 93. Tradução nossa.

Os Estados Unidos operam uma mudança de tática, no período entre 1933 e 1945, sob o governo de Franklin Delano Roosevelt; uma nova agenda foi criada substituindo a política do *Big Stick* e dando seguimento ao que já havia sido indicado pelos “14 pontos de Wilson” para adotar a Política da Boa Vizinhança (PBV), marcada pela influência cultural e ideológica⁵⁴. O presidente estadunidense retirou tropas, pautado em dois princípios fundamentais da PBV: reconhecimento da soberania nacional dos países latinos e não-intervenção⁵⁵. Nesta ocasião, o então presidente brasileiro Getúlio Vargas operou a política externa de barganha, em que aproveitou o cenário de relativo desgaste da influência norte-americana para melhorar os ganhos brasileiros nas trocas comerciais e na relação política.

Na primeira metade do século XX, a atuação dos países da América ainda não havia assumido a forma organizativa do que viria a ser conhecido como OEA, entretanto, a realização de conferências serviram para consolidar diretrizes e efetivar diálogos que possibilitaram a criação do órgão. Ao todo, nove conferências foram realizadas até 1948⁵⁶. Nelas, o principal alinhamento ocorrido foi no sentido da adoção de uma mesma compreensão jurídica do sistema internacional para todos os membros. O foco em arbitragem de conflitos levou a aprovação do Código Bustamante em 1928 na sexta conferência de Havana. Reunidos em Lima, na sétima conferência em 1938, o contexto europeu de Guerra leva os países americanos a firmarem acordos de ajuda mútua em caso de invasão e ataque na forma da Declaração dos Princípios de Solidariedade das Américas, valores que em 1947 assumiram robustez na figura do TIAR⁵⁷.

⁵⁴ MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil**: a penetração cultural americana. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁵⁵ PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003. p. 115

⁵⁶ Além da supracitada Primeira Conferência de Washington, conta-se ainda: México (1901), Rio de Janeiro (1906), Buenos Aires (1910), Santiago (1923), Havana (1928), Montevidéu (1933), Buenos Aires (1936) e Lima (1938)

⁵⁷ Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, assinado em 1947, no Rio de Janeiro, por países americanos. O acordo é baseado no princípio que um ataque contra um dos membros será considerado como um ataque contra todos, ancorado na “doutrina da defesa hemisférica”. Durante a Guerra das Malvinas, o acordo poderia ser utilizado, entretanto os Estados Unidos se exime de responder ao TIAR, para responder a OTAN, favorecendo o Reino Unido, com esse evento o TIAR foi enfraquecido, haja visto que a existência do acordo não garantiu a assistência recíproca prevista.

No que tange à pauta democrática, na oitava conferência houve resoluções a respeito da inclusão da democracia no currículo escolar - uma resolução que apenas sinaliza uma preocupação já existente na forma de conduta dos temas, pois havia pautas como inclusão das mulheres, resolução de conflitos indígenas, prioridade à solução de conflitos de forma pacífica, que já contribuíram e solidificaram uma diretriz democrática nas instituições internacionais e nacionais⁵⁸. Mas, é apenas em 1948, na nona conferência de Bogotá, que é firmada uma resolução sobre Preservação e Defesa da Democracia.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e acirramento da tensão da Guerra Fria, a política externa americana seria guiada pela Doutrina Truman⁵⁹, que segundo Rosati⁶⁰ foi um momento de coesão da formulação da política externa entre republicanos e democratas. Neste período, em 1948, a OEA foi oficialmente fundada com estatutos jurídicos previstos na Carta da Organização. Cristina Soreanu Pecequilo⁶¹ aponta que a criação da organização, bem como a firmação do TIAR, estão inseridos neste momento no ideal pan-americano dos valores de igualdade, liberdade e democracia, postulados pela política externa norte-americana.

O anticomunismo ideológico tornou-se a cola que ligava o consenso entre liberais, moderados e conservadores, especialmente dentro do público de elite. Nas palavras de David Halberstam em *The Best and the Brightest*, “foi um movimento ideológico e bipartidário; gozou do apoio da imprensa, das igrejas, de Hollywood. Houve um espantoso debate ou sofisticação dos níveis de anticomunismo. Era totalmente centrista e politicamente seguro; qualquer outra coisa era politicamente perigosa. Essas crenças ideológicas e de política externa forneceram a base para o surgimento do ethos da se-

⁵⁸ ARRIGHI, Jean Michel. OEA, Organização dos Estados Americanos. Barueri: Manole, 2004. s/p

⁵⁹ A Doutrina Truman foi o nome dado a política externa adotada pelo presidente Truman, cujo o maior objetivo era a contenção do comunismo, propósito que ele anunciou em discurso em 12 de março de 1947. Composta por uma série de medidas que congregam medidas econômicas e militares, teve como maiores expoentes o Plano Marshall e o macartismo. Este último responsável por perseguir militantes comunistas em solo norte-americano.

⁶⁰ ROSATI, Jerel A. SCOTT, James M. **The Politics of United States Foreign Policy**. United States: Thomson Wadsworth, 2007. s/p

⁶¹ PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003. p. 218.

gurança nacional e do mercado livre que prevaleceu nas mentes dos formuladores de políticas durante o ano da Guerra Fria.⁶²

O período seguinte, as décadas de 1960 e 1970, seria marcado pela intervenção secreta dos Estados Unidos no continente, no apoio aos regimes militares, o que significou um afastamento dos enunciados democráticos com a percepção que regimes autoritários trariam maior certeza e estabilidade para região no tocante aos interesses norte-americanos⁶³. Neste período, o Chile viveu uma das ditaduras mais sangrentas da região, entre 1973 e 1990. Sob o regime de Augusto Pinochet após a queda do governo democraticamente eleito de Allende. Em terras chilenas os Estados Unidos não apenas conseguiu defender seus interesses de contenção do comunismo, como promoveu uma reforma econômica institucional. O Chile tornou-se laboratório para a aplicação das primeiras medidas sócio-econômicas do que seria rotulado de neoliberalismo, servindo a interesses ainda maiores e a longo prazo.⁶⁴

Se anteriormente, em 1950, havia uma tendência a não privilegiar a relação com a AL, nestas décadas houve uma intensificação da política externa direcionada para a região, devido aos processos políticos que os países do sul passavam. Neles havia um crescimento dos sindicatos e dos movimentos de esquerda⁶⁵. Logo, o discurso de contenção do comunismo na América Latina auxiliou como parte da construção discursiva das políticas que abrissem o mercado regional para produtos americanos,

⁶² *"Ideological anticommunism became the glue that bound the consensus among liberals, moderates, and conservatives, especially within the elite public. In the words of David Halberstam in The Best and the Brightest, "It was an ideological and bipartisan movement; it enjoyed the support of the press, of the churches, of Hollywood. There was stunningly little debate or sophistication of the levels of anti-communism. It was totally centrist and politically safe; anything else was politically dangerous. These ideological and foreign policy beliefs provided the foundation for the rise of the national security and free market ethos that prevailed in the minds of policy-makers during the Cold War years"* ROSATI, Jerel A. SCOTT, James M. **The Politics of United States Foreign Policy**. United States: Thomson Wadsworth, 2007. s/p Tradução Nossa.

⁶³ Confirmando a leitura de Alexis de Tocqueville que "Não se pode dizer que a democracia na América conduza os negócios externos do Estado". TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

⁶⁴ POGGI, Tatiana. **A política é a arma do negócio**: o papel dos EUA e das Corporations na construção da ditadura chilena. Estudos Ibero-Americanos, v. 42, n. 2, p. 633-660, 2016.

⁶⁵ PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003. p. 218.

mas também o território para implementação de bases militares⁶⁶. Russel Weigley afirma que houve nesse período uma mudança histórica na formulação e utilização da Segurança Nacional e da estratégia militar nos Estados Unidos: antes de 1950, a preocupação principal dos estrategistas era a respeito da estrutura das forças armadas e pouco pondera-se acerca das estratégias de seu uso⁶⁷. Esse cenário se altera e ocorre relevância e rege um período de utilização estratégica da força, as 72 bases militares americanas na América Latina são um exemplo disso⁶⁸, bem como a operação *Brother Sam*⁶⁹.

Nesta quadra, os anos compreendidos entre 1970 e 1980, os interesses econômicos e políticos dos regimes e das diretrizes dos países latinos que viviam em contextos não democráticos, houve uma grande confluência de favorecimento dos Estados Unidos nas mais variadas políticas públicas e econômicas. Os regimes apesar de nacionalistas em alguns casos, como o do Brasil, promoviam um alinhamento automático com os interesses norte-americanos pela familiaridade da rejeição ao comunismo, além dos benefícios imediatos oferecidos pela grande potência.

Entretanto, em 1985, o Protocolo de Cartagena, uma emenda à carta da OEA, sinalizaria a guinada, afirmando que “a democracia representativa é a condição indispensável para a estabilidade, a paz e o desenvolvimento da região” e operava o *link* direto entre democracia e direitos humanos quando enuncia como princípio “consolidar no quadro das instituições democráticas um regime de liberdade individual e de

⁶⁶ SCHMITTER, Philippe C. **Military Rule in Latin America: Functions, Consequences, and Perspectives**. London: Sage Publications, 1973.

⁶⁷WEIGLEY, Russell Frank. **The American way of war: a history of United States military strategy and policy**. Indiana University Press, 1977

⁶⁸ OASD. **The Base Structure Report (BSR)**. Washington: 2016. Office of the Assistant Secretary of Defense. Disponível em: <https://www.acq.osd.mil/eie/Downloads/BSI/Base%20Structure%20Report%20FY17.pdf> Acesso em 08 de novembro de 2018.

⁶⁹"A operação secreta norte-americana, batizada de *Brother Sam*, era um plano de contingência concebido em 1964 para responder ao agravamento da crise política no Brasil. A operação incluía uma força-tarefa naval e abastecimento de petróleo, gasolina, e derivados, além de armas e munição para os conspiradores". (GREEN, James N.; JONES, Abigail. **Reinventando a história**: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 29, n. 57, p. 67-89, June 2009.) Ver também: FICO, Carlos. **O Grande Irmão**: Da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo; O Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

justiça social, fundado no respeito dos direitos essenciais do homem”⁷⁰. Com o ingresso do Canadá em 1990, forma-se um movimento chamado Unidade para a Promoção da Democracia (UPD), “seu objetivo era prover assistência técnica e consultoria para os Estados-membros sobre atividades relacionadas ao fortalecimento de políticas e procedimentos democráticos, quando por eles solicitado”⁷¹.

O enfraquecimento do período ditatorial com influência norte-americana na região cooperaram, como afirmam Jean-Philippe Thérin e Guy Gosselin abaixo, para um fortalecimento e revitalização da Organização dos Estados Americanos:

Em meados da década de [19]80, com a queda das ditaduras da região, um novo clima de cooperação começou a se instaurar nas relações interamericanas. Na virada da década, o colapso do comunismo e a conversão do Leste Europeu a democracia de mercado aceleraram, de forma acentuada, o processo mediante o qual regimes militares e autoritários foram substituídos por governos democráticos no hemisfério ocidental, à exceção de Cuba. Essa transformação permitiu que a OEA adotasse inúmeras novas iniciativas com a respeito à democracia e aos direitos humanos⁷²

A partir de 1991 com o fim da Guerra Fria, da ameaça soviética aos interesses norte-americanos e dos regimes militares no Sul do hemisfério, a democracia ganha centralidade e um novo período se instaura, com impactos diretos na OEA. Em 05 de Junho de 1991, em ocasião da Assembleia Geral, foi aprovada a mais relevante Resolução da Organização, a Resolução 1080⁷³, intitulada como “Democracia Representativa” ficou também conhecida como “Compromisso de Santiago com a Democracia e a Renovação do Sistema Interamericano”. Durante o mesmo período, o presidente Bush delimita no documento anual de Estratégia de Segurança Nacional (NSS) a missão americana de promover a democracia para além de suas fronteiras, com tom intervencionista afirma um compromisso com os valores democráticos em escala mundial:

⁷⁰ OEA, 1989. apud. THÉRIEN, Jean-Philippe e GOSELIN, Guy. **A democracia e os direitos humanos no hemisfério ocidental**: um novo papel para a OEA. Contexto Internacional. v.19, n. 2, 1997.

⁷¹HOFFMAN, Andrea Ribeiro. **As Organizações Regionais E A Promoção E Proteção Da Democracia**: reflexões a partir das práticas de intervenção democrática na América do Sul. Caderno C R H, Salvador, v. 29, n. SPE 03, p. 47-57, 2016.

⁷²THÉRIEN, Jean-Philippe; GOSELIN, Guy. **A democracia e os direitos humanos no hemisfério ocidental**: um novo papel para a OEA. Contexto Internacional. v.19, n. 2, 1997. p. 201

⁷³AG/RES. 1080 (XXI-O/91), de 5 de junho de 1991. Disponível em: <https://www.oas.org/xxxiiiga/portugues/documentos/democracia_repres.pdf> Acesso em 06 de novembro de 2018.

É essa fé permanente na democracia que nos estimula a lidar com um mundo que, para toda a nossa esperança, continua sendo um lugar perigoso - um mundo de antagonismos étnicos, rivalidades nacionais, tensões religiosas, armamento disseminado, ambições pessoais e autoritarismo persistente. Para a América, não pode haver recuo dos problemas do mundo. Dentro da comunidade mais ampla de nações, vemos claramente nosso papel. Não devemos apenas proteger nossos cidadãos e nossos interesses, mas ajudar a criar um novo mundo no qual nossos valores fundamentais não apenas sobrevivam, mas floresçam. Devemos trabalhar com os outros, mas também devemos ser um líder.⁷⁴

A Resolução 1080 foi responsável por estabelecer “um mecanismo de ação coletiva”⁷⁵ que opera nos casos “em que ocorre uma interrupção abrupta ou irregular do processo político institucional democrático ou do legítimo exercício do poder por um governo democraticamente eleito”⁷⁶, ela e a Carta Democrática foram convocadas nas seguintes ocasiões⁷⁷:

Resolução 1080	Carta Democrática
Haiti (1991)	Venezuela (2002)
Peru (1992)	Bolívia (2003)
Venezuela (1992)	Peru (2004)
Guatemala (1993)	Nicarágua (2004)
Paraguai (1996)	Nicarágua (2005)
Paraguai (1999)	Bolívia (2005)
Paraguai (2012)	Equador (2005)
	Bolívia (2008)

⁷⁴ *It is this abiding faith in democracy that steels us to deal with a world that, for all our hope, remains a dangerous place — a world of ethnic antagonisms, national rivalries, religious tensions, spreading weaponry, personal ambitions and lingering authoritarianism. For America, there can be no retreat from the world's problems. Within the broader community of nations, we see our own role clearly. We must not only protect our citizens and our interests, but help create a new world in which our fundamental values not only survive but flourish. We must work with others, but we must also be a leader.* NSS, 1991. Disponível em: <<http://nssarchive.us/NSSR/1991.pdf>> Acesso em 06 de novembro de 2018. Tradução nossa.

⁷⁵OEA, **Carta Democrática**.

⁷⁶OEA, **Carta Democrática**.

⁷⁷ Fonte: FELDMANN, 2015, p. 2 apud HOFFMAN, Andrea Ribeiro. **As Organizações Regionais E A Promoção E Proteção Da Democracia**: reflexões a partir das práticas de intervenção democrática na América do Sul. Caderno C R H, Salvador, v. 29, n. SPE 03, p. 47-57, 2016.

	Honduras (2009)
	Equador (2010)

Em 1992, o Protocolo de Washington marcou um novo conflito entre os “ativistas” (Argentina, Canadá, Chile, Estados Unidos e Venezuela) e os “não-intervencionistas” (Brasil, Colômbia e México), pois através da alteração que o documento operou na Carta da Organização, em especial em seu Artigo 9, houve a possibilidade de suspender um membro da Organização, caso sua democracia seja interrompida⁷⁸. Thérin e Gosselin ressaltam que o governo mexicano “insistiu que o México se opõem ao caráter punitivo atribuído a OEA e que é inaceitável dar a organizações regionais e supranacionais poderes e instrumentos para intervir nos assuntos internos dos nossos Estados”⁷⁹.

O fortalecimento da pauta democrática e de sua capacidade de ação e intervenção continuou crescendo com a Declaração de Manágua para a Promoção da Democracia e do Desenvolvimento em 1993, estabelecendo vínculo entre desenvolvimento, democracia e erradicação da pobreza extrema⁸⁰. No mesmo ano, a gestão de Bill Clinton iniciaria na Casa Branca e com ela um *continuum* da valorização da democracia como agenda de política externa que já era detectada em seu antecessor. Com uma perspectiva mais pragmática e uma tentativa de se desvencilhar da política de Wilson, “a promoção da democracia nesse governo era encarada como um instrumento político para aumentar o poder norte-americano ao invés de um dever moral”⁸¹, a necessidade de convencer o *establishment* de tal política é considerado como o mai-

⁷⁸“Um membro da Organização, cujo governo democraticamente constituído seja deposto pela força, poderá ser suspenso do exercício do direito de participação nas sessões da Assembleia Geral, da Reunião de Consulta, dos Conselhos da Organização e das Conferências Especializadas, bem como das comissões, grupos de trabalho e demais órgãos que tenham sido criados.” Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/a-56.htm>> Acesso 10 de janeiro de 2019.

⁷⁹ THÉRIEN, Jean-Philippe; GOSSELIN, Guy. **A democracia e os direitos humanos no hemisfério ocidental: um novo papel para a OEA**. Revista Contexto Internacional. v.19, n. 2, 1997. p. 203

⁸⁰ THÉRIEN, Jean-Philippe; GOSSELIN, Guy. **A democracia e os direitos humanos no hemisfério ocidental: um novo papel para a OEA**. Revista Contexto Internacional. v.19, n. 2, 1997. p. 203

⁸¹ VIGGIANO, Juliana Lyra. **Análise do Contexto Intersubjetivo: A política Diplomática de Promoção da Democracia dos Estados Unidos para a América Latina no Pós-Guerra Fria** (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo, 2010.

or motivador para a busca do afastamento da política de wilsoniana, tida como idealista.

A concepção da gestão de Clinton foi fortemente influenciada pelas teorias da paz-democrática⁸², desenvolvida na década anterior, “a administração Clinton de fato acreditava existir evidências convincentes do comportamento pacífico das democracias em suas relações umas com as outras”⁸³, já que em dezembro de 1991, o presidente afirmou, durante um discurso, que os Estados Unidos deveriam se importar com “a forma de governo dos demais países no mundo”⁸⁴, considerando que “democracias não entram em guerra entre si”⁸⁵. O resgate da concepção democrática de Wilson era ao mesmo tempo frequente e cuidadosa⁸⁶, buscou-se o afastamento do idealismo wilsoniano, consolidando-o com uma pauta atrelada a desenvolvimento do mercado e do sistema econômico americano como um todo.

A promoção da democracia, ele assim sugeriu, não era um dever moral que anularia todos os outros objetivos, mas um objetivo entre uma série de outros que ajudaria a garantir o lugar da América em um sistema internacional complexo. Lake foi igualmente claro nesse ponto e, em uma pequena parte notável de um discurso muito citado, insistiu que a estratégia de ampliação estava fadada a ser coberta pelo que ele definiu como “host de ad-

⁸² A presença da democracia no discurso político e na agenda de política externa norte-americana ancorava-se na produção acadêmica da década de 1980 denominada “teoria da paz democrática”, que afirmava que democracias liberais nunca, ou quase nunca, entram em guerra umas com as outras. Seu precursor Michael Doyle (1983), em “Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs”, na revista *Philosophy and Public Affairs*, definiria Estados democráticos como: “Estados com alguma forma de democracia representativa, uma economia de mercado baseado em direitos de propriedade privada, e proteção constitucional de direitos civis e políticos”, apoiado no trabalho de Emanuel Kant acerca da “Paz Perpétua”. O capítulo seguinte contará com uma seção destinada a analisar a presença da democracia no discurso brasileiro, parte de nossa análise a atribui a consolidação da temática na OEA. Para realizar a associação buscaremos demonstrar como a teoria da paz democrática foi uma das responsáveis por consolidar políticas públicas, instituições e discursos acerca da defesa da democracia, por parte do governo estadunidense, especialmente na gestão de Clinton, segundo Mónica Salomón, configurando uma clara relação do que Michel Foucault intitularia saber-poder.

⁸³ VIGGIANO, Juliana Lyra. **Análise do Contexto Intersubjetivo: A política Diplomática de Promoção da Democracia dos Estados Unidos para a América Latina no Pós-Guerra Fria** (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo, 2010. p.66

⁸⁴ CLINTON, apud COX, M. **Wilsonianism Resurgent?** The Clinton Administration and the Promotion of Democracy. In: COX, M.; IKENBERRY, G. J.; INOBUCHI, T. (Ed.). *American Democracy Promotion : Impulses, Strategies and Impacts*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 227

⁸⁵ CLINTON, apud COX, M. **Wilsonianism Resurgent?** The Clinton Administration and the Promotion of Democracy. In: COX, M.; IKENBERRY, G. J.; INOBUCHI, T. (Ed.). *American Democracy Promotion : Impulses, Strategies and Impacts*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 227

⁸⁶ COX, M. **Wilsonianism Resurgent?** The Clinton Administration and the Promotion of Democracy. In: COX, M.; IKENBERRY, G. J.; INOBUCHI, T. (Ed.). *American Democracy Promotion : Impulses, Strategies and Impacts*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 227

vertências". Temos que ser "pacientes", ele avisou; "Nossa estratégia deve ser pragmática", continuou ele. "Nossos interesses em democracia e mercados não estão sozinhos ... outros interesses americanos, às vezes, exigirão que façamos amizade e até mesmo defendamos Estados não-democráticos por razões mutuamente benéficas."⁸⁷

Em 1995, o secretário-geral da OEA e ex-presidente colombiano César Gaviria fez um pronunciamento intitulado "Uma nova visão da OEA", "a carta de navegação para a busca de uma verdadeira democracia representativa"⁸⁸, apontada como o documento que solidifica a união entre direitos humanos e sistema democrático dentro da normativa da OEA⁸⁹. Ela foi retomada na Resolução 1501 em 1997, intitulada "Solidariedade em Assuntos Hemisféricos"⁹⁰ para reafirmar a cooperação no sentido de "fortalecimento e desenvolvimento das instituições democráticas"⁹¹, as declarações estabeleciam compromissos com valores democráticos no sentido de fortalecer a Organização:

Que, na Declaração de Montrouis: uma Nova Visão da OEA, os Ministros das Relações Exteriores e Chefes de Delegação ao Vigesimo Quinto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral declararam seu compromisso com a preservação da paz e da segurança e com a promoção da democracia, dos direitos humanos, da justiça social e do desenvolvimento, reiterando sua vontade de fortalecer a Organização dos Estados Americanos, principal foro político do Hemisfério, para que possa prestar aos Estados membros a cooperação necessária que lhes permita alcançar esses fins⁹²

⁸⁷"Democracy promotion, he thus suggested, was not a moral duty that would override all other goals, but one objective amongst a host of others that would help guarantee America's place in a complex international system. # Lake was equally clear on this point, and in a little noted part of a much-cited speech, was insistent that the strategy of enlargement was bound to be hedged in by what he defined as a 'host of caveats'. We have to be 'patient', he warned; 'our strategy must be pragmatic', he went on. 'Our interests in democracy and markets do not stand alone... other American interests at times will require us to befriend and even defend non-democratic states for mutually beneficial reasons.'"COX, M. **Wilsonianism Resurgent?** The Clinton Administration and the Promotion of Democracy. In: COX, M.; IKENBERRY, G. J.; INOBUCHI, T. (Ed.). American Democracy Promotion : Impulses, Strategies and Impacts. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 22. Tradução nossa.

⁸⁸ OEA, AG/DEC. 8 (XXV-O/95). Declaração De Montrouis: Uma Nova Visão Da OEA. 7 de junho de 1995. Disponível em: <www.oas.org/consejo/pr/AG/Documentos/ag00979p11.doc> Acesso em 8 de novembro de 2018.

⁸⁹THÉRIEN, Jean-Philippe; GOSSELIN, Guy. **A democracia e os direitos humanos no hemisfério ocidental: um novo papel para a OEA.** Contexto Internacional. v.19, n. 2, 1997

⁹⁰ OEA, AG/RES. 1501 (XXVII-O/97) Solidariedade Global Em Assuntos Hemisféricos.

⁹¹ OEA, AG/RES. 1501 (XXVII-O/97) Solidariedade Global Em Assuntos Hemisféricos.

⁹² OEA, AG/RES. 1501 (XXVII-O/97) Solidariedade Global Em Assuntos Hemisféricos.

A Carta Democrática Interamericana⁹³ em 2001 foi um salto normativo, considerando que “os documentos da OEA até a aprovação da Carta Democrática tratavam a democracia representativa de forma abstrata, aludindo a sua condição fundamental para a estabilidade, paz e desenvolvimento da região”⁹⁴, o avanço se dá na medida “que os países da organização reconhecem explicitamente a complexidade inerente aos sistemas democráticos e conferem maior especificidade ao termo democracia representativa ao acordarem acerca do conjunto de elementos que a constrói”⁹⁵. Com seções diretas aborda distintas perspectivas da democracia no âmbito hemisférico: A democracia e o sistema interamericano, desenvolvimento integral e combate à pobreza, fortalecimento e preservação da institucionalidade democrática, a democracia e os direitos humanos, missões de observação eleitoral e promoção da cultura democrática. Este é o primeiro sinal jurídico de fissura na estabilidade do sentido atribuído pelos Estados Unidos: “alguma forma de democracia representativa, uma economia de mercado baseado em direitos de propriedade privada e proteção constitucional de direitos civis e políticos”⁹⁶.

Concomitantemente, a gestão de George W. Bush inicia seu mandato com um forte ímpeto democrático para a região. As relações com a América Latina eram consideradas estáveis neste período, nenhum país ousaria questionar a hegemonia norte-americana no hemisfério, por vezes considerado seu “*backyard*”⁹⁷. Segundo Peter Smith pouco se questionava acerca do grau de influência norte-americano, a única questão era de qual maneira o país escolheria exercer sua influência, considerando que a maior necessidade no momento era competir com os novos mercados asiáticos

⁹³ Disponível em: <http://www.oas.org/OASpage/port/Documents/Democratic_Charter.htm> Acesso em 10 de novembro de 2018.

⁹⁴VIGGIANO, Juliana Lyra. **Análise do Contexto Intersubjetivo**: A política Diplomática de Promoção da Democracia dos Estados Unidos para a América Latina no Pós-Guerra Fria (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo, 2010. p.47.

⁹⁵ OEA, **Carta Democrática Interamericana**. 2001. s/p Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/r.Cart.Democr%C3%A1tica.htm> Acesso em: 13 de janeiro de 2019.

⁹⁶ DOYLE, Michael. **Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs**. Philosophy and Public Affairs. 1983.

⁹⁷ VANDERBUSH, Walt. **The Bush Administration Record in Latin America**: Sins of Omission and Commission. New Political Science, 31. 2009. s/p

que adentravam o hemisfério⁹⁸. A retórica de Clinton, instituições democráticas e livre mercado ecoava sob um novo enunciado “*freedom and free market*”⁹⁹. As trocas comerciais e os acordos políticos pareciam solidificados. O principal projeto para a região, ainda mais ousado e ambicioso que o protagonismo e influência operados através da OEA, a ALCA soava promissor, dado o sucesso do projeto neoliberal chileno. Entretanto, o cenário se desenrolou de forma completamente distinta, com um afastamento da influência americana na região, como aponta William LeoGrande:

O modelo econômico dos mercados abertos e do livre comércio desapontou os latino-americanos ao falhar em "mudar a vida de pessoas reais para melhor", como Clinton prometeu. Em vez disso, o histórico da economia neoliberal era sombrio. Na época em que o presidente George W. Bush viajou para a Argentina para a quarta Cúpula das Américas em 2005, a ALCA estava quase morta. As pessoas em toda a América Latina estavam votando em governos de esquerda - uma "nova esquerda", parte populista e parte socialista, caracterizada por uma suspeita do neoliberalismo, uma disposição de usar o poder do Estado para corrigir as falhas do mercado e uma compromisso com a melhoria dos padrões de vida da maioria pobre do hemisfério.¹⁰⁰

A ineficiência da política econômica de Clinton para os problemas sociais enfrentados por estes países gerou um profundo desconforto social e anseio de mudança sobre o mercado. O Latinobarómetro de 2005 aponta a insatisfação de 75% dos entre-

⁹⁸ SMITH, Peter H. **Talons of the eagle** - dynamics of U.S. - Latin American Relations. New York: OUP, 1996. s/p

⁹⁹The President's News Conference With President Vicente Fox in San Cristobal, Mexico, 16 Fevereiro de 2001, Weekly Compilation of Presidential Documents, pp. 299–304. Disponível em: <<https://heinsonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.fedreg/wcpd03702&div=1&src=home>> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

¹⁰⁰"The economic model of open markets and free trade disappointed Latin Americans by failing to 'change the lives of real people for the better,' as Clinton promised. Instead, the track record of neoliberal economics was dismal. By the time President George W. Bush traveled to Argentina for the fourth Summit of the Americas in 2005, the FTAA was all but dead. People across Latin America were voting for governments of the left – a 'new left,' part populist and part socialist, characterized by a suspicion of neoliberalism, a willingness to use the power of the state to correct the failures of the market, and a commitment to improving the living standards of the hemisphere's poor majority." LEOGRANDE, William M. **A Poverty Imagination: George W. Bush's Policy in Latin America** Journal, Latin America Studies 39, Cambridge University Press, pp 355–385. 2007. Tradução nossa.

vistados¹⁰¹. A conjuntura internacional modificou a prioridade dos Estados Unidos com o 11 de setembro de 2001, coincidentemente o mesmo dia de aprovação da Carta Democrática na OEA. Como consequência, a pauta democrática no discurso norte-americano deixou de assumir seu fórum cativo na OEA para ocupar lugar na guerra ao terror, como afirma Vanderbush em artigo crítico à política externa estadunidense para a região:

O ataque ao World Trade Center em 11 de setembro de 2001 foi o evento que desencadeou claramente a nova atenção dos EUA à segurança em todo o mundo, e muitos analistas vêem isso como o início de um período de negligência da região pelo governo Bush.¹⁰²

O discurso de Bush no tocante a democracia se distanciou da tentativa de pragmatismo desempenhada por Clinton para assumir um caráter cada vez mais moralista e intervencionista. O objetivo era levar democracia para o Oriente Médio e a forma seria através da intervenção militar no que ficou conhecido como “*crusade for freedom*”¹⁰³. Para implementar essa política suas ações pautaram-se em um distanciamento de organismos multilaterais, haja visto a dificuldade de encontrar apoio a respeito de ações baseadas em uso da força bélica¹⁰⁴.

Em paralelo, como uma própria resposta popular a falência da proposta de Clinton de trazer maior bem estar econômico e social à população, a conjuntura regi-

¹⁰¹ O Latinobarómetro aplica anualmente um questionário em diversos países latinos buscando um mapeamento da satisfação e da qualidade de vida da população. Foram feitas perguntas como: “Serviços públicos como água, eletricidade, foram privatizados. Considerando preço e qualidade, você está muito mais satisfeito, mais satisfeito, menos satisfeito ou muito menos satisfeito do que antes com esses serviços privatizados?”; “Em geral, você diria que está muito satisfeito, razoavelmente satisfeito, pouco satisfeito? ou nada satisfeito com a maneira como a economia de mercado funciona em [país]?”; “Em geral, você diria que está satisfeito com sua vida? Você diria que está muito satisfeito, razoavelmente satisfeito, pouco satisfeito ou não? satisfeito em tudo?” LATINOBARÓMETRO, **Relatório de Imprensa**: Latinobarómetro, Santiago, Chile: Latinobarómetro Corporation, 2005. p. 3–4. Tradução nossa.

¹⁰²“*the attack on the World Trade Center on September 11, 2001 was the event that clearly triggered the new US attention to security around the globe, and many analysts see this as the beginning of a period of neglect of the region by the Bush administration.*” VANDERBUSH, Walt. **The Bush Administration Record in Latin America**: Sins of Omission and Commission. New Political Science, 31. 2009. p.339. Tradução nossa.

¹⁰³ “Portanto, é política dos Estados Unidos buscar e apoiar o crescimento de movimentos e instituições democráticos em todas as nações e culturas com o objetivo final de acabar com a tirania em nosso mundo”. BUSH, **Inauguration Speech**, The Guardian, 20 de janeiro de 2005. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2005/jan/20/uselections2004.usa>> Acesso em 15 de janeiro de 2019. Tradução nossa.

¹⁰⁴ PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003. p. 116. p. 402.

onal presenciou uma mudança nas elites políticas, com uma guinada da nova esquerda¹⁰⁵, hostil às políticas neo-liberais indissociáveis da política norte-americana¹⁰⁶. A afirmação de Bush no início de seu mandato “temos que ter boas relações no hemisfério”¹⁰⁷ perde materialidade, encontrando-se cada vez mais distante e com menos aliados locais comprometidos com os projetos americanos¹⁰⁸.

A frustração do Acordo de Livre Comércio das Américas em 2005 proporciona um quadro amplo da dificuldade americana de atingir seus interesses nas relações com os países do continente no novo período, se considerarmos sua tentativa de institucionalizar sua capacidade interventora sobre a região, com o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA), foi brecada pelos países sul-americanos em consonância com sociedade civil¹⁰⁹, na qual atuaram um determinado setor composto por grupos sindicais, grupos da Igreja Católica, outros de extrema-esquerda além autônomos organizados anti-globalização (Campanha Nacional Contra a ALCA - CNA)¹¹⁰. Podemos considerar este um dos exemplos mais emblemáticos e recentes que contrariam a divisão da análise do poder político em três níveis distintos e desarticulados: socie-

¹⁰⁵“*Latin Americans have elected or re-elected governments of the left in eight countries : Luiz Inácio Lula da Silva in Brazil in 2002 and in 2006; Nestor Kirchner in Argentina in 2003; Tabaré Vazquez in Uruguay in 2004; Evo Morales in Bolivia in 2005; Michelle Bachelet in Chile in 2006; Rafael Correa in Ecuador in 2006; Daniel Ortega in Nicaragua in 2006; and Hugo Chavez, re-elected in Venezuela in 2006. Leftist candidates were narrowly defeated in Peru and Mexico.*” (LEOGRANDE, William M. **A Poverty Imagination: George W. Bush’s Policy in Latin America** Journal, Latin America Studies 39, Cambridge University Press, pp 355–385. 2007 p. 367)

¹⁰⁶ Ver em anexo, tabela que reúne os presidentes e partidos protagonistas deste contexto.

¹⁰⁷ “*We’ve got to have a good relations in the hemisphere*” BUSH, George W. Exchange With Reporters Aboard Air Force One em 13 de fevereiro 2001, Weekly Compilation of Presidential Documents, p. 79–81. Disponível em: <<https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.fedreg/wcpd03702&div=1&src=home>> Acesso em 10 de janeiro de 2019. Tradução nossa.

¹⁰⁸LEOGRANDE, William M. **A Poverty Imagination: George W. Bush’s Policy in Latin America** Journal, Latin America Studies 39, Cambridge University Press, pp 355–385. 2007 p. 358

¹⁰⁹ BATISTA JR. Paulo Nogueira. (2003). “A Alca e o Brasil”. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 17, nº 48, PP. 267-293.

¹¹⁰ “A Campanha Nacional Contra a ALCA (CNA) foi lançada no início de 2002, na fase de finalização das negociações, por um grupo de organizações brasileiras, constituindo-se em uma rede de movimentos sociais, em consonância com o Movimento por uma Nova Globalização. A principal estratégia de mobilização da sociedade empreendida por essa rede foi a realização de um plebiscito sobre a ALCA. Esta seria também a tentativa inicial de participação no processo decisório da política externa por meio da pressão popular.” (SILVA, Suylan de Almeida Midlej. **Democracia participativa e processo decisório de políticas públicas: a influência da campanha contra a Alca**. Revista Sociedade e Estado. Brasília: vol.28, n.1, jan-abr 2013)

dade civil, Estado e organismos internacionais multilaterais. Bem como evidencia a capilaridade da noção de resistência a práticas norte-americanas e associação às mesmas. Entretanto, também devemos considerar leituras opostas a essa, que parte dos estudos de elites políticas, apostando na formulação de política externa centralizada em uma determinada comunidade política composta pelo poder executivo, membros do congresso nacional, líderes empresariais e sindicais, acadêmicos, jornalistas, conselheiros e consultores¹¹¹. Esta última abordagem será detectada na análise dos membros da delegação do Brasil na OEA no período proposto neste trabalho.

No mesmo ano, na 35ª Reunião Geral da Organização em Fort Lauderdale, a proposta dos Estados Unidos para consolidar mecanismos mais interventores no tocante a defesa da democracia dentro da OEA, a Declaração da Flórida foi duramente rejeitada:

O primeiro ponto de preocupação era o tom do texto proposto pelos EUA, que parecia posicionar a OEA como juiz e júri sobre que tipo de sistemas e práticas políticas poderiam ser classificados como democráticos. Para muitos, isso foi interpretado como uma tentativa não particularmente sutil dos EUA de usar a OEA como um instrumento para desestabilizar o regime de Chávez na Venezuela.¹¹²

Com proposições assertivas, o Brasil afirmou que “a democracia não pode ser imposta”¹¹³. A Jamaica declarou que não existia apenas um modelo de democracia, sendo necessário reconhecer as conformações político-sociais dos países em suas especificidades, correndo o risco de ocasionar instabilidades ao forçá-las a um modelo democrático externo¹¹⁴. Uma defesa similar a que já havia feito a Venezuela em 2003 na 33ª Reunião Geral, quando defendeu uma reformulação no conceito de governabilidade democrática: “Não existe um modelo único de governança democrática nas

¹¹¹ SOUZA, Amaury. **O Brasil na Região e no Mundo: Percepções da Comunidade Brasileira de Política Externa**. Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), 2008. p. 123 Disponível em: <http://www.cebri.org.br/pdf/101_PDF.pdf> Acesso em 13 de março de 2019.

¹¹² *The first point of concern was the tone of the proposed US text, which appeared to position the OAS as judge and jury over what sort of political systems and practices might be classified as democratic. For many this was interpreted as a not particularly subtle attempt by the US to use the OAS as a device to destabilize the Chávez regime in Venezuela.* BURGESS, S. W. **The OAS as democratic policeman?**. Focal Point [Online], 4, 2005. p. 2 Disponível em: <http://www.focal.ca/pdf/focalpoint_june2005.pdf> Acesso em 21 de janeiro e 2019. Tradução nossa.

¹¹³ BRASIL. Ata da 35ª Reunião Geral Ordinária da OEA. Fort Lauderdale: 2005. p. 30

¹¹⁴ BURGESS, S. W. **The OAS as democratic policeman?**. Focal Point [Online], 4, 2005. p. 2 Disponível em: <http://www.focal.ca/pdf/focalpoint_june2005.pdf> Acesso em 21 de janeiro e 2019

Américas. A teoria da governança democrática deve superar definições antigas e impróprias sobre a funcionalidade das instituições do Estado”¹¹⁵.

A percepção do cenário hostil levou Bush a retomar a política de Reagan para a região e o nome indicado para Embaixador da OEA foi Roger Noriega, o que significou uma preferência por uma política ainda calcada nos moldes da guerra-fria, como Leogrande afirma: “sob Bush, a política dos EUA permaneceria surda aos ventos da mudança que varrem o hemisfério, preferindo a certeza do velho ódio ideológico e o conforto de combater velhos inimigos”¹¹⁶. A contra-gosto do endurecimento da diplomacia norte-americana, as decisões da OEA pela primeira vez tendem a não convergir com a política externa formulada por ela e a influência outrora inquestionável da mesma no órgão transforma-se em influência relativa.

A questão do golpe de 2002 na Venezuela foi um indicador dessa dificuldade inédita de instrumentalização do organismo pelos Estados Unidos. A Carta Democrática da OEA foi convocada por dezenove presidentes sul-americanos na ocasião do golpe da Venezuela¹¹⁷ no sentido de condenar e denunciar a transferência de poder ocorrida a força em 11 de abril de 2002. Entretanto, os Estados Unidos não aderiu ao consenso de que não havia legitimidade no episódio, contrariando a posição pautada na bandeira norte-americana de democracia e estabelecido na OEA, fornecendo suporte ao novo regime¹¹⁸:

Em Washington, a resposta foi completamente diferente. O secretário de imprensa da Casa Branca, Ari Fleischer, descreveu a remoção forçada de Chávez como “uma mudança de governo”, quando as forças armadas responderam à mensagem do povo venezuelano. “As ações do próprio governo provocaram a crise”, disse ele. Nem Fleischer, nem ninguém na admi-

¹¹⁵ “*No hay un modelo único de gobernabilidad democrática en las Américas. La teoría de la gobernabilidad democrática debe superar definiciones vetustas e impropias sobre la funcionalidad de las instituciones del Estado*”, VENEZUELA, Ata da Reunião Geral Ordinária da OEA, 2003. s/p

¹¹⁶ LEOGRANDE, William M. **A Poverty Imagination**: George W. Bush’s Policy in Latin America Journal, Latin America Studies 39, Cambridge University Press, 2007. p. 359

¹¹⁷ Ocasão em que ocorreu a destituição de Hugo Chávez e instituição Pedro Carmona como presidente. LEOGRANDE, William M. **A Poverty Imagination**: George W. Bush’s Policy in Latin America Journal, Latin America Studies 39, Cambridge University Press, 2007. p. 372

¹¹⁸ “*under Bush, US policy would remain deaf to the winds of change sweeping the hemisphere, preferring the certainty of old ideological hatreds and the comfort of fighting old enemies*”. MARQUIS, Christopher. **US Bankrolling Is Under Scrutiny for Ties to Chavez Ouster**, New York Times, 25 de abril de 2002. s/p Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2002/04/25/international/americas/us-bankrolling-is-under-scrutiny-for-ties-to-chvez.html>> Acesso em 13 de janeiro de 2019.

nistração, chamaria o golpe de golpe. No Instituto Republicano Internacional, o presidente George A. Folsom elogiou as forças armadas por seu "patriotismo" e chamou a expulsão de Chávez de uma restauração da "genuína democracia".^{119 120}

O golpe revelou-se mal sucedido quando forças populares convocaram uma série de manifestações, findando em 13 de abril de 2003, o que acabou por constrianger a diplomacia norte-americana e evidenciar a incoerência da postura descolada da OEA¹²¹. Não obstante, pela primeira vez na história da organização, o candidato favorito pelo governo norte-americano ao posto de Secretário-Geral da organização, Francisco Flores¹²², foi derrotado. Na ocasião, foram necessárias cinco rodadas de votação que levaram Francisco Flores a desistir da candidatura.

O segundo candidato de Washington seria o Ministro de Relações Exteriores do México, Luiz Derbez, entretanto havia tanta resistência a seu nome que os Estados Unidos foram obrigados a negociar a desistência de sua candidatura, dando lugar ao Ministro do Interior do Chile, José Miguel Insulza, amplamente apoiado pelos países do Mercosul, a quem o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva pessoalmente buscou votos dentre os membros da organização. O candidato do Chile era visto como uma melhor opção aos interesses dos países do sul do hemisfério e tal posição se sustentou ao ponto de os estadunidenses serem obrigados a ceder para não serem consi-

¹¹⁹OIG - Office of Inspector Geral, Relatório 02-OIG-003, A Review of U.S. Policy toward Venezuela. Novembro , 2001- Abril , 2002. Disponível em: <<https://www.stateoig.gov/system/files/13682.pdf>> Acesso em 13 de janeiro de 2019.

¹²⁰ "In Washington, the response was altogether different. White House Press Secretary Ari Fleischer described Chavez's forced removal as ' a change of government ' brought about when the armed forces responded to ' the message of the Venezuelan people. ' The government's own actions had 'provoked the crisis, ' he said. Neither Fleischer, nor anyone else in the administration, would call the coup a coup. At the International Republican Institute, President George A. Folsom praised the armed forces for their ' patriotism, ' and called Chavez's ouster a restoration of 'genuine democracy'" LEOGRANDE, William M. **A Poverty Imagination: George W. Bush's Policy in Latin America** Journal, Latin America Studies 39, Cambridge University Press, 2007. p. 372. Tradução nossa.

¹²¹ DEYOUNG. **US Seen as Weak Patron of Latin Democracy**. The Washington Post, 16 de abril de 2002. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2002/04/16/us-seen-as-weak-patron-of-latin-democracy/bcc3d22b-281a-4a49-b4f0-6207d11ff056/?noredirect=on&utm_term=.2401da41f570> Acesso em 13 de janeiro de 2019. HAKIM, Peter. **The World Democracy, and U.S. Credibility**, New York Times, 21 de abril de 2002. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2002/04/21/weekinreview/the-world-democracy-and-us-credibility.html>> Acesso em 13 de janeiro de 2019. VALENZUELA, Artura. **Bush's Betrayal of Democracy**, Washington Post, 16 de abril de 2002 Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/2002/04/16/bushs-betrayal-of-democracy/980ff423-b8c9-433e-84a8-7678108ed64e/?utm_term=.e3b58ee21c3e> Acesso em 13 de janeiro de 2019.

¹²² Presidente de El Salvador entre 1999 e 2004.

derados como os protagonistas de um dissenso que conduziria a polarização¹²³. A perda de credibilidade norte-americana, após a questão diplomática do golpe da Venezuela foi um fator que contribuiu para que suas mãos ficassem atadas.

A gestão de Bush teve como consequência o enfraquecimento da OEA, como resultado direto dos sucessivos fracassos em promover na região um alinhamento dos vizinhos com seus interesses, encontrando-se por vez em posição oposta como no caso da Venezuela e da candidatura da Organização, citados acima. Outro fator relevante para a mudança de conjuntura foi a diversificação das parcerias comerciais com o fortalecimento dos países asiáticos nas exportações, em especial a China, que tomou o posto dos EUA passando a ser o maior comprador de *commodities* sul-americanas, bem como os países latinos passaram a adquirir bens manufaturados oriundos da produção chinesa. Com isto, a relação com o “Irmão do Norte” torna-se menos dependente e crucial para seus mercados, possibilitando uma maior margem para impor demandas e escolher os próprios caminhos.

A expansão chinesa afirmou-se como pólo autônomo de demanda sobre os países da América do Sul produtores de alimentos, minérios e energia. A sua afirmação como centro manufatureiro mundial deslocou exportações competitivas dos principais mercados mundiais incluindo as da região¹²⁴

O 44º presidente norte-americano, Barack Obama, era tido como uma promessa de novos ares para o Continente Americano bem como sua aprovação unânime entre os presidentes da nova-esquerda do sul do hemisfério. Luís Inácio Lula da Silva manifestou seu apoio afirmando que “assim como o Brasil elegeu um metalúrgico, a Bolívia um índio, a Venezuela o Chávez, seria extraordinário ter um negro à frente da maior economia do mundo”¹²⁵. Se para a gestão de Bush a conjuntura política regio-

¹²³ BACOCINA, Denize. **Chileno é eleito secretário-geral da OEA após impasse**. BBC Brasil, 02 de maio de 2005. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2005/05/050502_-denizeoecag.shtml> Acesso em 13 de janeiro de 2019.

¹²⁴ MEDEIROS, Carlos Aguiar De; CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. **Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 28-42, Março de 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572015000100028&lng=en&nrm=iso> Acesso em 15 de janeiro de 2019.

¹²⁵ PEIXOTO, Fabrícia. **“Lula elogia Obama e anuncia visita de Raúl Castro”**, BBC Brasil, 31 de outubro de 2008. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/10/081031_lulacubaobamacastro_fa.shtml> Acesso em 13 janeiro de 2019

nal vista sob as lentes da Guerra Fria significava entraves diplomáticos, o sentido foi oposto para a gestão de Obama cuja campanha foi pautada em uma agenda de defesa das minorias e reforma do sistema de saúde, o que trazia uma forte identificação com os partidos e elites no poder na região.

Em ocasião de visita a Santiago del Chile, durante uma série de viagens pela América Latina, Obama fez um forte discurso afirmando que a América Latina possuiria posto de centralidade na política externa norte-americana¹²⁶. Neste mesmo discurso, valorizando-a com enunciados que destacavam o avanço, a paz e contribuição da região para o mundo: “*Latin America is at peace.*”, “*Latin America is democratic*”, “*Latin America is growing*”, “*Latin America is contributing to global prosperity and security*”¹²⁷. Mencionando a Aliança para o Progresso de Kennedy, associou-se a políticas mais brandas e ligadas a “dignidade” e “liberdade”, porém não chancelou a política adotada de investimento direto de dólares, apontando que a região vive um novo contexto. Buscou estabelecer um senso de unidade, ao ressaltar os valores e trajetórias em comum, destacando o passado colonial e diversidade populacional que são comuns aos povos do continente:

Mas, mais do que interesses, estamos vinculados a valores compartilhados. Na jornada um do outro, vemos reflexões próprias. Colonos que se libertaram dos impérios. Pioneiros que abriram novas fronteiras. Cidadãos que lutaram para expandir a promessa de nossa nação a todas as pessoas - homens e mulheres, brancos, pretos e marrons. Somos pessoas de fé que devem lembrar que todos nós - especialmente os mais afortunados entre nós - devemos fazer a nossa parte, especialmente para o menor entre nós. Somos cidadãos que sabem que garantir que as democracias sejam cumpridas para nosso pessoal deve ser o trabalho de todos. Esta é nossa história comum. Esta é nossa herança comum. Somos todos americanos. Todos somos Americanos.¹²⁸

¹²⁶“*And I believe Latin America is only going to become more important to the United States, especially to our economy. Trade between the United States and Latin America has surged. We buy more of your products, more of your goods than any other country, and we invest more in this region than any other country*” OBAMA, Barack. Santiago de Chile, Office of the Press Secretary, 21 de março de 2011

¹²⁷ OBAMA, Barack. Santiago del Chile, Office of the Press Secretary, 21 de março de 2011. s/p

¹²⁸ *But even more than interests, we're bound by shared values. In each other's journey we see reflections of our own. Colonists who broke free from empires. Pioneers who opened new frontiers. Citizens who have struggled to expand our nation's promise to all people -- men and women, white, black and brown. We're people of faith who must remember that all of us -- especially the most fortunate among us -- must do our part, especially for the least among us. We're citizens who know that ensuring that democracies deliver for our people must be the work of all. This is our common history. This is our common heritage. We are all Americans. Todos somos Americanos.* OBAMA, Barack. Santiago del Chile, Office of the Press Secretary, 21 de março de 2011. s/p Tradução nossa.

A esperança tão mencionada em campanha e o entusiasmo latino-americano com a possibilidade de uma nova política externa para a região, foi lida a princípio como um rompimento com o modo Reagan continuado por Bush, assim como um sinal de possível maior efetividade da OEA. Entretanto, esta leitura foi rapidamente frustrada. Obama apresentou maiores continuidades do que rupturas com a política anterior¹²⁹.

Em 28 de junho de 2009, a sucessão de um golpe militar em Honduras que derrubou o Presidente Manuel Zelaya revelou que o governo de Obama continuaria na linha do pragmatismo estadunidense. A administração de Obama agiu de forma a garantir que o golpe fosse bem sucedido e as declarações de Washington em nenhum momento condenaram ou classificaram o movimento como ilegítimo; a declaração de Obama foi no sentido de convidar “todas os atores políticos e sociais de Honduras a respeitar a democracia”¹³⁰. Quando o Presidente Zelaya tentou retornar a Honduras e restabelecer seu mandato, Hillary Clinton, na época Secretária de Estado, pediu que “nenhum partido tomasse ação provocativa que pudesse levar a violência”. A Comissão de Direitos Humanos da OEA alertou para o desrespeito aos direitos humanos sob o novo regime, a imprensa latina deu ampla cobertura negativa ao caso, sustentando sua posição e apoiando o golpe, seja por se recusar a declará-lo como golpe ou através de financiamento de programas como o Millenium Challenge Corporation, os Estados Unidos impede que a OEA adota resolução contra Honduras¹³¹. A Declaração Especial sobre a Situação em Honduras¹³² não foi assinada pelos Estados Unidos, apesar de

¹²⁹ WEISBROT, Mark. **Commentary: Obama's Latin America Policy:** Continuity Without Change. *Latin American Perspectives*, Vol. 38, No. 4, Obama and Latin America. 2011. pp. 63-72

¹³⁰OBAMA, *apud* WEISBROT, Mark. **Commentary: Obama's Latin America Policy:** Continuity Without Change. *Latin American Perspectives*, Vol. 38, No. 4, Obama and Latin America. 2011. p. 64

¹³¹ PADGETT, Tim. **"Is U.S. opposition to the Honduran coup lessening?"** *Time*, 16 de outubro de 2009. Disponível em: <<http://www.time.com/time/world/article/0,8599,1930835-1,00.html>> Acesso em 13 de janeiro de 2019.

¹³²GRUPO DO RIO, **"Declaración especial sobre la situación en Honduras."** XXVIII Reunión de Ministros de Relaciones Exteriores del Mecanismo Permanente de Consulta y Concertación Política, Grupo de Río, November 5. 2009

conter a assinatura outros 23 países¹³³. O documento pronunciou-se claramente a respeito da impossibilidade de democracia sem a restituição do Presidente Zelaya: “*sin restitución no hay reconocimiento de elecciones*”. Washington ainda enviou solicitações para Honduras adentrar a OEA sob a gestão do governo sucessor, de Porfirio Lobo, mas todas foram barradas¹³⁴.

Paralelamente ao desenrolar das questões relativas ao golpe de Honduras, em 2010 o México sediou a reunião que constituía a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), composta por 33 países da América, com a exceção apenas de Estados Unidos, Canadá e Honduras, o último pelo mesmo motivo que o manteve barrado da OEA: a ausência de um governo democrático. A criação da organização representou um distanciamento dos Estados Unidos dos fóruns multilaterais regionais¹³⁵, além da necessidade de uma nova instituição, apontou para a ineficiência e limites da OEA. Diversas eram as razões que levavam os países a se engajar no novo órgão, porém, entre muitos havia uma percepção similar a de Evo Morales. A intenção, também compartilhado pela criação da Unasul em 2008, era que “a unidade dos presidentes e governos permitirá uma libertação definitiva do imperialismo norte-americano”¹³⁶. Quando questionado pela rede televisiva TeleSur, a respeito de qual seria a necessidade de um novo organismo, visto que até então existiam diversos como a OEA, Unasul, Mercosul e Comunidade Andina, respondeu:

O que deve saber os presidentes que apesar de tudo são do modelo neoliberal ou pro capitalista, pro imperialismo pois devem saber que onde está os Estados Unidos não há nenhum desenvolvimento para esses países, onde esta os Estados Unidos não á liberação de nossos povos e Amé-

¹³³Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Ecuador El Salvador, Guatemala, Guiana, Haítí, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela

¹³⁴BURNS, Lesley. **Commentary: Sanctions take their toll in Honduras**. Canadian Foundation for the Americas, 2010. Disponível em: <<https://www.focal.ca/es/publications/commentary/361-commentary-sanctions-take-their-toll-in-honduras>> Acesso em 13 de Janeiro de 2019.

¹³⁵ZIBECHI, Raúl. **El bloque latinoamericano y caribeño** La Jornada, 26 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<https://www.jornada.com.mx/2010/02/26/opinion/020a1pol>> Acesso em 13 de janeiro de 2019.

¹³⁶“*la unidad de los presidentes y gobiernos permitirá una definitiva liberación del imperialismo norteamericano*”MORALES, Evo. Entrevista Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20100612045538/http://telesurtv.net/noticias/entrev-reportajes/index.php?ckl=471>> Acesso em 10 de janeiro de 2019

*rica Latina e Caribe não pode seguir sendo o quintal dos fundos dos Estados Unidos.*¹³⁷

A criação de novas organizações multilaterais com a exclusão dos Estados Unidos ressaltou duas características da OEA: a sua ineficiência e a sua indissociação do país norte-americano. A política externa norte-americana é tão intrínseca aos rumos da OEA, devido a tamanha influência do país no mesmo, que em circunstâncias de desalinhamento da região com as diretrizes estadunidenses o órgão percebe-se esvaziado e incapaz de auferir ganhos a muitos de seus membros. Haja visto que os únicos pleitos que prosperam são aqueles que convergem com a opinião americana. Em 2014, novamente isso ficaria evidente, quando apenas Canadá e Honduras apoiaram os Estados Unidos em sua sugestão de convocar a oposição do governo de Nicolás Maduro para ser ouvido em Assembleia Geral.

No tocante a postura do governo de Obama em relação a Venezuela anota-se que iniciou-se com a perspectiva do diálogo¹³⁸, ao revés do que foi feito na gestão anterior não havia a tendência de proferir discursos duros à condição político-econômica do país, apesar do reconhecimento de seus imbróglios e dificuldades. Tal fato foi resultado da percepção de que não haveria ganhos para Obama ao publicizar a crítica a Chávez¹³⁹, sendo mais produtivo incentivar Brasil e Chile, além de outros países da região, a adotar uma postura mais assertiva. Entretanto, as expectativas norte-americanas não foram atendidas, as críticas dos governos sul-americanos foram ausentes ou

¹³⁷ *“Lo que deben saber los presidentes que todavía son del modelo neoliberal o pro capitalistas, pro imperialismo pues deben saber (que) donde está Estados Unidos no hay ningún desarrollo para esos países, donde está Estados Unidos no hay liberación de nuestros pueblos y Latinoamérica y el Caribe no pueden seguir siendo el patio trasero de Estados Unidos”* MORALES, Evo. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20100612045538/http://telesurtv.net/noticias/entrev-reportajes/index.php?ckl=471>> Acesso em 13 de janeiro de 2019. Tradução nossa.

¹³⁸ *“A few months after taking office, in April 2009, Obama seemed to raise Latin America's expectations at the Summit of the Americas in Trinidad. Acting like the former community organizer he was, Obama walked over to shake hands with Chavez—an image that sped instantly around the world and infuriated the right. He made some unprecedented statements for a U.S. president, admitting that at times we sought to dictate our terms (OBAMA, 2009)”* WEISBROT, Mark. Commentary: Obama's Latin America Policy: Continuity Without Change. *Latin American Perspectives*, Vol. 38, No. 4, Obama and Latin America. 2011. p.63)

¹³⁹ *“Officials in the Obama administration argued that it was counterproductive to publicly criticize Chávez, since doing so failed to change his behavior and merely allowed him to pose as a popular campaigner against American imperialism”* REID, Michael. **Obama and Latin America**. Foreign Affairs, 2015. s/p Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/americas/obama-and-latin-america> Acesso em 13 de janeiro de 2019.

brandas, pouco foi o interesse em utilizar mecanismos multilaterais interventores e invocar a carta da OEA como os Estados Unidos gostariam e fizeram em períodos anteriores contra o governo de Chávez-Maduro. Pela primeira vez, a cartada democrática da OEA, suscitada pelos norte-americanos sempre que conveniente, ficou paralisada por não mobilizar corações e mentes em prol de uma ação coletiva¹⁴⁰.

O acordo entre Colômbia e EUA, em 2009, que concedia acesso dos americanos a pelo menos três bases colombianas¹⁴¹, completamente inesperado na gestão de Obama, gerou grande tensão na região. O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou: “Eu não estou feliz com a ideia de uma outra base militar dos Estados Unidos na Colômbia”¹⁴². Ao decidir uma forma de abordar a questão, os países sul-americanos negaram completamente a possibilidade de discutir o tema na OEA, fórum que poderia ser considerado o mais apropriado para discutir o assunto visto que nele há a presença dos Estados, optando por fazer o debate nos próprios órgãos recém-estabelecidos que não abrangiam os Estados Unidos, Lula chegou a convidar Obama para comparecer a reunião extraordinária da UNASUL em que o tema seria levado em consideração.

No documento de Declaração Conjunta da referida reunião, realizada em 28 de agosto de 2009, os países-membros reafirmam “que a presença de forças militares estrangeiras não pode, com seus meios e recursos vinculados a seus próprios objetivos, ameaçar a soberania e a integridade de qualquer nação sul-americana e, conseqüentemente, a paz e a segurança na região.”¹⁴³. Todo o documento é construído com enunciados que resgatam a noção de paz e segurança na região e rechaça a ideia da inter-

¹⁴⁰SALAS, Miguel Tinker. **OAS hypocrisy has aggravated conflict in Venezuela**. Green Left Weekly, No. 1139, 06 de Junho de 2016. Disponível em: <<https://search.informit.com.au/documentSummary;dn=884077031047751;res=IELHSS>> Acesso em 14 de janeiro de 2019.

¹⁴¹ ROMERO, Simon. **Increased U.S. Military Presence in Colombia Could Pose Problems With Neighbors**. New York Times, 22 de julho de 2009. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2009/07/23/world/americas/23colombia.html>> Acesso em 14 de janeiro de 2019.

¹⁴² LULA DA SILVA, Luis Inacio. In WEISBROT, Mark. **Commentary Obama's Latin America Policy: Continuity Without Change**. Latin American Perspectives, Vol. 38, No. 4, Obama and Latin America. 2011. p. 65

¹⁴³ “*que la presencia de fuerzas militares extranjeras no puede, con sus medios y recursos vinculados a objetivos propios, amenazar la soberanía e integridad de cualquier nación suramericana y en consecuencia la paz y seguridad en la región*” UNASUL, **Declaração Conjunta**. San Carlos de Bariloche, 28 de agosto de 2009. s/p. Tradução nossa.

venção de um país estrangeiro: “comprometendo-nos a estabelecer um mecanismo de confiança mútua na defesa e segurança, mantendo nossa decisão de não recorrer à ameaça ou ao uso da força contra a integridade territorial de outro Estado da Unasul.”¹⁴⁴. Além de invocar o respeito à soberania e não ingerência entre os povos, instituindo tais preceitos como basilares para a concretização da integração regional: “O respeito irrestrito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados, a não ingerência nos assuntos internos e a autodeterminação dos povos são essenciais para consolidar a integração regional”¹⁴⁵.

Mark Weisbrot aponta que a Declaração Conjunta afirma-se contra todos os motivos pelos quais os Estados Unidos haviam planejado constituir a base militar na Colômbia, visto que em documento do Departamento de força-aérea norte-americano, divulgado pelo jornal colombiano *Semana*, a ação era tida como estratégica para a possível necessidade de intervir na região, apontando tal necessidade dada a existência de governos “anti-americanos”¹⁴⁶ que, dentre outras caracterizações, este ponto foi o mais mal recebido pelos países do Sul¹⁴⁷.

Um temor que passou a assumir maior factibilidade, na gestão atual, de Donald Trump, que diz considerar uma intervenção militar na Venezuela, afirmando: “nós temos muitas opções para a Venezuela, é nossa vizinhança, isto é... nós estamos ao redor do mundo, nós temos tropas em todo o mundo, em lugares que são muito muito distantes. A Venezuela não é muito distante e o povo está sofrendo, pessoas es-

¹⁴⁴ “*comprometiéndonos a establecer un mecanismo de confianza mutua en materia de defensa y seguridad, sosteniendo nuestra decisión de abstenernos de recurrir a la amenaza o al uso de la fuerza contra la integridad territorial de otro Estado de la Unasul*” UNASUL, **Declaração Conjunta**. San Carlos de Bariloche, 28 de agosto de 2009. s/p. Tradução nossa.

¹⁴⁵ “*el irrestricto respeto a la soberanía, integridad e inviolabilidad territorial de los Estados, la no injerencia en asuntos internos y la autodeterminación de los pueblos son esenciales para consolidar la integración regional*” UNASUL, **Declaração Conjunta**. San Carlos de Bariloche, 28 de agosto de 2009. s/p. Tradução nossa.

¹⁴⁶ “*Development of this CSL (Cooperative Security Location) provides a unique opportunity for full spectrum operations in a critical sub-region of our hemisphere where security and stability is under constant threat from narcotics funded terrorist insurgencies, anti-U.S. governments, endemic poverty and recurring natural disasters*” (USA SECURITY DEPARTMENT. **Military Construction Program: Fiscal Year (FY): 2010 budget estimates**. 2009)

¹⁴⁷ HERRERA, Bernardo Alvarez Herrera. BARCO, Carolina. **Latin America's New Cold War?**. Foreign Policy, 8 de dezembro de 2009. Disponível em <https://foreignpolicy.com/2009/12/08/latin-america-new-cold-war/>. Acesso em 02 de janeiro de 2019.

tão morrendo. Nós temos muitas opções para a Venezuela, incluindo, uma possível, opção militar”¹⁴⁸, em setembro de 2018, o New York Times noticiou que a administração de Trump estava em diálogo com oficiais de oposição ao governo Maduro¹⁴⁹. As afirmações e posturas do presidente americano a respeito da questão da Venezuela têm contribuído para um enfraquecimento das atuações multilaterais operadas pelos organismos internacionais que atuam na região, incluindo a OEA e o Grupo de Lima. Somado a isto, a imprevisibilidade gerada pelas declarações efusivas e enérgicas do presidente norte-americano, tem rompido com a sensação de segurança hemisférica previamente estabelecida, haja visto que previsibilidade do comportamento político é considerada uma das premissas para a construção de uma comunidade de segurança regional¹⁵⁰.

Na atual vigência da política “*America First*”, a OEA encara a possibilidade de tornar-se um organismo ainda mais obsoleto, haja visto que a política externa de Trump é marcada pelo descrédito em organismos multilaterais e soluções coletivas de conflitos, priorizando relações bilaterais. Wolf Grabendorff, em artigo que explora os eventos recentes da gestão Trump, afirma que “É provável que esta dura rejeição do multilateralismo por Trump deixe uma marca duradoura na posição de alguns governos latino-americanos e enfraqueça ainda mais os esforços regionais já estagnados de integração e cooperação.”¹⁵¹. Esta leitura no caso específico brasileiro pode ser contestada, considerando que as últimas eleições elevaram ao posto de presidente um

¹⁴⁸ NEW YORK TIMES. **Trump Alarms Venezuela With Talk of a ‘Military Option’**. 12 de agosto de 2016. Disponível: <https://www.nytimes.com/2017/08/12/world/americas/trump-venezuela-military.html?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newsletter_axiosworld&stream=world#_ga=2.75221906.1849899094.1548082465-1727487345.1548082465> Acesso em 21 de janeiro de 2019.

¹⁴⁹ LONDOÑO, Ernesto. CASEY, Nicholas. **Trump Administration Discussed Coup Plans With Rebel Venezuelan Officers**. New York Times, 8 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/09/08/world/americas/donald-trump-venezuela-military-coup.html>> Acesso em 21 de janeiro de 2019.

¹⁵⁰ DEUTSCH, KARL. **Política Community and the North Atlantic Área**. Princeton University Press, Princeton, 1957. DEUTSCH, KARL: **The Analysis of International Relations**, Prentice Hall, Nueva Jersey, 1988,

¹⁵¹ “*Es probable que este áspero rechazo del multilateralismo por parte de Trump deje una marca duradera en la posición de algunos gobiernos latinoamericanos y debilite así aún más los ya estancados esfuerzos regionales de integración y cooperación*” GRABENDORFF, Wolf. **América Latina en la era Trump**. ¿Una región en disputa entre Estados Unidos y China? Revista Nueva Sociedad 275, maio-junho 2018. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/2.TC_Grabendorff_275.pdf> Acesso em 21 de janeiro de 2018.

candidato que adota uma perspectiva econômica neoliberal e defende um alinhamento automático com os Estados Unidos¹⁵². Entretanto, ainda no sentido de resistência há também a desaprovação do governo estadunidense, 32% dos habitantes latino-americanos consideram que com a eleição de Trump as relações com seu país pioraram¹⁵³. Em outra pesquisa, realizada pelo Gallup Word Poll, a taxa de aprovação do presidente foi de apenas 16%, considerando a diferença de aprovação entre Obama e Trump, apenas para os brasileiros, a aprovação de Obama era 38% maior, totalizando 61%¹⁵⁴.

Apesar dos atritos recentes, ainda é possível verificar uma profunda estabilidade e continuidade nas diretrizes gerais de defesa da democracia, livre-mercado e segurança. Constata-se que apesar das mudanças de objetivos e distanciamentos nas relações com países latinos, os elementos centrais da política externa norte-americana continuam pautados nas mesmas prerrogativas. É possível apontar tais elementos como o núcleo duro da política externa norte-americana, responsáveis por estruturar o discurso desempenhado pelo ator. Estes pilares serão retomados em discussão neste trabalho, na seção dedicada a teoria da paz democrática. Nossa análise converge com os estudos de Pecequilo, ela aponta em livro dedicado à compreensão da política externa dos Estados Unidos que a política do país para a região segue até hoje a Doutrina Monroe, sendo a única mudança a escolha entre uma postura mais ou menos interventora¹⁵⁵.

¹⁵² Em visita recente a Casa Branca, o presidente Jair Bolsonaro recuou em uma série de reivindicações históricas da diplomacia brasileira como a defesa de barreiras fito-sanitárias para a importação de carne suína americana, além de estabelecer acordo de compra de trigo estadunidense em um momento que o mercado interno de trigo encontra-se em debilidade, neste sentido o Brasil também desistiu da prerrogativa de tratamento diferenciado na OMC, garantido devido ao seu *status* de país em desenvolvimento, esta última uma exigência de Trump condicionante para o apoio a entrada do Brasil na OCDE. Outra medida, refere-se ao fim da exigência de visto, algo que contraria a política anterior adotada de reciprocidade, considerando que os brasileiros passam ainda por uma série de exigências para conseguir adentrar o solo americano. Ver: SHALDERS, André. e MOTA, Camilla Veras. **Bolsonaro nos EUA: o que muda com o apoio de Trump à entrada do Brasil na OCDE?** BBC News. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47621392>> Acesso em 20 de março de 2019.

¹⁵³ FONTE: Spring 2016, Global Attitudes Survey. Pew Research Center.

¹⁵⁴ KEATING, Elizabeth. **Outlook Grim in Latin America for Relations Under Trump**. 24 de janeiro de 2018.

¹⁵⁵ PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003. p. 116.

Considerando esta trajetória e os eventos destacados e analisados, acerca da história da política externa norte-americana e da Organização dos Estados Americanos, foi possível compreender a maneira que a Organização convergiu com a tutela estadunidense. Além de seu sucesso relativo em instituir a democracia nos ditames da instituição. Os enunciados acerca de democracia, oriundos da agenda própria, foram reproduzidos na esfera internacional o que consolidou a prática discursiva que orienta políticas públicas hemisféricas neste sentido.

Foi possível também notar que nossa análise versa sobre o período da organização de maiores conflitos e também maior enfraquecimento institucional, no mesmo momento em que a convergência entre os interesses norte-americanos das ações da OEA torna-se mais escassa e os enunciados instituídos pelos mesmos a respeito de democracia e segurança começam a derivar de sentido. O que de forma alguma prejudica a importância dos discursos ali proferidos e adiante analisados, mas nos leva a questionar quais são as rupturas discursivas que serão efetivas neste momento. À luz da materialidade dos eventos históricos traçados neste capítulo, daremos prosseguimento a nossa análise.

1. 2. A ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO

A Organização dos Estados Americanos é baseada em órgãos distintos¹⁵⁶, sendo eles compostos por Assembleia Geral – fonte de nosso *corpus* -, Reunião da Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, Conselho Permanente, Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral, Comissão Jurídica Interamericana, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Secretaria Geral, Conferências Especializadas e Organismos Especializados¹⁵⁷.

A Assembleia geral é o órgão supremo da Organização, suas reuniões ocorrem anualmente no mês de Junho, o local é rotativo, cada ano uma nova cidade do hemisfério recebe as delegações de todos os Estados membros. Nestas reuniões, cada delegação tem direito a uma fala de apresentação e a um voto, todas as decisões relativas a

¹⁵⁶ Ver em anexo organograma da organização retirada de *site* oficial da OEA.

¹⁵⁷ Disponível em: <http://www.oas.org/pt/sobre/nossa_estrutura.asp> Acesso em 13 de março de 2019

mecanismos, políticas, ações e mandatos têm origem na Assembleia. Suas atribuições são definidas no capítulo IX da Carta da OEA, no artigo 54:

Tem por principais atribuições, além das outras que lhe confere a Carta, as seguintes: a) Decidir a ação e a política gerais da Organização, determinar a estrutura e funções de seus órgãos e considerar qualquer assunto relativo à convivência dos Estados americanos; b) Estabelecer normas para a coordenação das atividades dos órgãos, organismos e entidades da Organização entre si e de tais atividades com as das outras instituições do Sistema Interamericano; c) Fortalecer e harmonizar a cooperação com as Nações Unidas e seus organismos especializados; d) Promover a colaboração, especialmente nos setores econômico, social e cultural, com outras organizações internacionais cujos objetivos sejam análogos aos da Organização dos Estados Americanos; e) Aprovar o orçamento-programa da Organização e fixar as quotas dos Estados membros; f) Considerar os relatórios da Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores e as observações e recomendações que, a respeito dos relatórios que deverem ser apresentados pelos demais órgãos e entidades, lhe sejam submetidas pelo Conselho Permanente, conforme o disposto na alínea f, do artigo 91, bem como os relatórios de qualquer órgão que a própria Assembleia Geral requeira; g) Adotar as normas gerais que devem reger o funcionamento da Secretaria-Geral; e h) Aprovar seu regulamento e, pelo voto de dois terços, sua agenda.¹⁵⁸

Em casos especiais para questões emergenciais e específicas, com a aprovação de dois terços dos Estados membros, é possível através do Conselho Permanente convocar um período extraordinário para além das sessões da Assembleia Geral. Parte das atribuições do Conselho Permanente também envolvem a manutenção das relações entre os Estados membros, executar as decisões da Assembleia, facilitar a cooperação entre ONU e OEA, além de apresentar observações à Assembleia.

Além dos dois Conselhos, existem duas comissões. Sendo uma a Comissão Jurídica Interamericana, responsável por assessorar todas as questões jurídicas que envolvam as relações entre os Estados, operando como corpo consultivo. E a Comissão Interamericana de Direitos Humanos¹⁵⁹, criada em 1959 na ocasião da Quinta Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores em Santiago, Chile. Com sede em Washington, a Comissão visa fazer cumprir todas as diretrizes relativas ao respeito aos direitos humanos que já constam na Carta da organização. É integrada por sete membros independentes escolhidos por votação, a cada quatro anos, servindo

¹⁵⁸OEA. **Carta da Organização dos Estados Americanos**. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm#ch9> Acesso em 03 de janeiro de 2019

¹⁵⁹Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/>> Acesso em 03 de março de 2019

também como órgão consultivo, atuando através do Sistema de Petição Individual¹⁶⁰, monitorando os Estados membros ou fazendo atenção às linhas temáticas definidas como prioritárias.

A Secretaria Geral¹⁶¹ tem caráter organizativo, assessorando os órgãos deliberativos, preparando orçamento, custodiando documentos, servindo de depositária dos tratados e acordos interamericanos e apresentando anualmente um relatório de custos e atividades à Assembleia Geral; é fundamental dada sua conexão com todos os setores da Organização. Em seu interior, coexistem quatro secretarias subordinadas, destinadas a assuntos específicos, cabendo uma atenção especial à Secretaria para o Fortalecimento da Democracia, somada a Secretaria Executiva para o Desenvolvimento Integral, Secretaria da Seguridade Multidimensional e Secretaria de Acesso a Direitos e Equidade.

Dentre os organismos especializados há o Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH), Instituto Indigenista Americano (III), Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Organização Pan-americana da Saúde (OPS), Instituto Interamericano do Menino, da Menina e do Adolescente (IIN), Comissão Interamericana de Mulheres (CIM). Além de outras entidades, Comissão Interamericana para Controle e Abuso de Droga (CICAD), Comitê Interamericano Contra o Terrorismo (CICTE), Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL), Comitê de Coordenação de Programas de Cooperação do Sistema Interamericano, Centro de Estudos de Justiça da América, Tribunal Administrativo, Justa de Auditores Externos, Comitê Interamericano para Redução dos Desastres Naturais (CIRDN), Justa Interamericana de Defesa (JID) e Comissão de Aposentadorias e Pensões da OEA.

Dentre todos os órgãos mencionados, destacam-se aqueles com maior visibilidade e efetividade, além das Reuniões Gerais, que possuem maior caráter político: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Secretaria Geral, esta última res-

¹⁶⁰ Utilizado por Maria da Penha Maia Fernandes, em conjunto com o Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (CEJIL) e Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), que resultou na condenação do Estado brasileiro em tribunal internacional e na criação da lei de violência doméstica Maria da Penha. Disponível em: <<https://cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>> Acesso em 14 de janeiro 2019.

¹⁶¹ Disponível em: <http://www.oas.org/pt/sobre/secretaria_geral.asp> Acesso em 14 de janeiro de 2019.

ponsável por concentrar a ordenança de uma grande gama de atividade do organismo. Feita esta breve apresentação da estrutura da organização para que possamos entender o local de funcionamento do discurso, podemos seguir com a análise do *corpus*, efetivamente.

CAPÍTULO 2 - Análise do discurso

2.1. ANÁLISE DO DISCURSO

A percepção de tais elementos neste trabalho - o estudo da OEA, política externa brasileira e integração -, repousarão sobre a análise do discurso, destacando as compreensões do filósofo francês Michel Foucault para o esforço teórico-metodológico empreendido. Dada a preocupação de Foucault em elaborar uma teoria do sujeito, em “definir os diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos se tornaram sujeitos”¹⁶², há em sua obra o caminho de uma análise minuciosa do poder, do saber e do discurso. Compreenderemos prática discursiva enquanto: “um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”¹⁶³, de alto potencial explicativo.

No Brasil, os estudos de linguagem e sociedade ganharam fôlego a partir dos anos 1980. Com um *delay* significativo em relação as outras áreas a linguística passa a utilizar as obras de Foucault partir dos anos 2000, quando estudiosos da linguística passaram a confrontar postulados de análise calcados no materialismo e no marxismo, em sua maioria referendados no trabalho de Michel Pêcheux, com as novas perspectivas foucaultianas de estudo do sujeito na sociedade, visto que a abordagem reinante, utilizada massivamente no período anterior, tendia a limitação do discurso a “aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação”. Não tratava-se de anular as construções pêcheutianas, que visavam estudos e análises que focam as questões de classe, mas complexificar a análise utilizando a compreensão do poder em chave positiva para apreender a formação de identidade e subjetividade no corpo social¹⁶⁴. O desenvolvimento e a “proliferação foucaultiana” na Linguística deu-se de forma peculiar

¹⁶² RABINOW, P. DREYFUS, H. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995. p. 231

¹⁶³ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 43

¹⁶⁴ GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2006

em em solo brasileiro, através de grupos de pesquisa¹⁶⁵, nas figuras de Maria do Rosário Gregolin¹⁶⁶, Nilton Milanez, Alfredo Veiga-Neto¹⁶⁷, Sírio Possenti, Rosa Maria Bueno Fischer¹⁶⁸ e Vanice Maria Oliveira Sargentini¹⁶⁹.

Com as formulações foucaultianas, o discurso outrora percebido enquanto signo e representação¹⁷⁰, de ideologias e sistemas de dominação, pelas lentes da abordagem althusseriana¹⁷¹ tornou-se material constitutivo da história e das relações sociais, passível de estudo originário e não alegórico:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar¹⁷²

¹⁶⁵ Destaca-se o trabalho dos seguintes grupos: Grupo de Estudo de Análise do Discurso (GEADA) - UNESP, coordenado por Maria do Rosário Gregolin. Círculo de Discussão em Análise do Discurso (CIDADI) - UFPB, coordenado por Regina Baracuh. Labedisco - UEFS, coordenado por Milton Milanez. Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (Ledif) - UFU. Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb) - Unicamp, coordenado por Eni Orlandi. Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM, coordenado por Pedro Navarro, também coordenador do Grupo de Estudos Foucaultianos na mesma universidade, e Ismara Eliane. E Laboratório de Estudos de Estudos do Discurso (LABOR) - UFSCAR.

¹⁶⁶ GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **A mídia e a espetacularização da cultura**. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos, SP: Claraluz, 2003. pp. 09-17. GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades**. In: BARONAS, Roberto Leiser. **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007. pp. 155-168. GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2006.

¹⁶⁷ VEIGA-NETO, A. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

¹⁶⁸ FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a Análise do Discurso em Educação**. Cadernos de Pesquisa CEDES, on-line, [S.l.], vol. 114, p. 197-223, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742001000300009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 de dezembro de 2019

¹⁶⁹ CURCINO, Luzmara. PIOVEZANI, Carlos. SARGENTINI, Vanice. **Presenças de Foucault na Análise do Discurso**. São Carlos: EdUfscar, 2014

¹⁷⁰ SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. 25 ed. São Paulo: Cultrix, 1999, p. 107

¹⁷¹ ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

¹⁷² FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 10

Nossa análise será guiada pelo uso simultâneo de descrição/interpretação dos enunciados, buscando o acúmulo das ideias, processos políticos e materialidades discursivas no interior da instituição. Partiremos do “pressuposto de que há um real da língua e um real da história”, com isto, como atenta Maria do Rosário Gregolin, “o trabalho do analista de discurso é entender a relação entre essas duas ordens, já que o sentido é criado pela relação entre sujeitos históricos e, por isso, a interpretação nasce da relação do homem com a língua e com a história”¹⁷³, iremos:

[...] descrever um conjunto de enunciados, não como a totalidade fechada e pletórica de uma significação, mas como figura lacunar e retalhada; descrever um conjunto de enunciados, não em referência à interioridade de uma intenção, de um pensamento ou de um sujeito, mas segundo a dispersão de uma exterioridade; descrever um conjunto de enunciados para aí reencontrar não o momento ou a marca de origem, mas sim as formas específicas de um acúmulo¹⁷⁴

A trajetória filosófica de Foucault possibilitou um fértil solo para os estudos que buscam a compreensão e apreensão de mundo sob o olhar da linguagem e das práticas discursivas, possibilitando não apenas este, mas outros trabalhos. Definido posteriormente como precursor do movimento pós-estruturalista, influenciou os estudos da área da Linguística na França, perceptível nas obras de Jean-jacques Courtine¹⁷⁵, Paul Henry¹⁷⁶, Dominique Maingueneau¹⁷⁷, Denise Maldidier¹⁷⁸ e Michel Pêcheux¹⁷⁹, com maior intensidade nas décadas de 1960 e 1970.

¹⁷³ GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **A mídia e a espetacularização da cultura**. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos, SP: Claraluz, 2003. pp. 09-17.

¹⁷⁴ FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 153

¹⁷⁵ COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Edufscar, 2014.

¹⁷⁶ HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita - Língua, sujeito e discurso** Campinas: Editora Unicamp, 2013.

¹⁷⁷ MAINGUENEAU, Dominique. 2005. **Gênese dos Discursos**. Curitiba: Criar Edições. 189 p

¹⁷⁸ GUILHAUMOU, Jacques. MALDIDIÉ, Denise. ROBIN, Régine. **Discurso e arquivo - Experimentações em Análise do Discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

¹⁷⁹ É importante ressaltar que há grande diferença entre teórica entre os estudos de Pêcheux e Foucault, sendo o primeiro atrelado a corrente marxista, com forte interesse em análises baseadas no materialismo marxista, entretanto Pêcheux dialogou com a obra de Foucault em diversos momentos, chegando até mesmo a emprestar a expressão “formação discursiva” formada por ele, apesar de ressignificá-la. PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1995, p. 162.

Convocaremos esta abordagem, pois na arqueologia utilizada por Foucault dispomos de uma maneira singular de observação do discurso. Em toda sua obra, referente ao discurso, houve a preocupação de diferenciá-lo de uma outra maneira de observação, fenomenológica, das práticas discursivas, aquele que buscaria a verdade oculta por trás dos enunciados, se encarregaria de revelar a intenção dos indivíduos que o emitiram, compreenderia o discurso como um desdobramento do poder, além de considerar o pesquisador como o extrator inquestionável desta verdade oculta.

Compreendemos enunciados como "coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor, e das quais procuramos nos apropriar; que repetimos, reproduzimos e transformamos, para as quais preparamos circuitos preestabelecidos"¹⁸⁰. Na contração, partindo do discurso "tal qual ele é" observa-se sob uma determinada perspectiva, a forma específica de atuação discursiva de forma indissociável do sistema estratégico de poder, este engloba todo o sistema político e age no exercício das instituições¹⁸¹. Abaixo, Foucault discute o que seria este ponto de partida da materialidade do discurso e sua relação com o poder, aspecto que uma vez observado alça o campo discursivo a categoria de análise de caráter privilegiado. Observando o discurso é possível elucidar, compreender e apreender as relações de força que constituem os processos históricos:

Eu parto do discurso tal qual ele é! Em uma descrição fenomenológica, se busca deduzir do discurso alguma coisa que concerne ao sujeito falante; tenta-se encontrar, a partir do discurso, quais são as intencionalidades do sujeito falante – um pensamento em via de se fazer. O tipo de análise que pratico não trata do problema do sujeito falante, mas examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona. Portanto, o poder não é nem fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio

¹⁸⁰ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 147

¹⁸¹ Jacques Guilhaumou e Denise Maldidier marcaram a diferença do que é proposto em Foucault de seus antecessores da escola estruturalista. "Inicialmente presa ao gênero do discurso político, a análise do discurso clássica não tinha nenhuma necessidade de diversificação do arquivo. No entanto, a partir da busca por aquilo que instala o social no interior do político, não podemos mais ignorar a multiplicidade de dispositivos textuais disponíveis. Vemos que a Análise do Discurso ampliou seu campo de investigação: do interesse pelo discurso doutrinário, ela passou ao que poderíamos chamar a história social dos textos." (GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. **Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história**. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). **Gestos de leitura da história no discurso**. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2010 p.162)

discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder¹⁸²

Elevando-o ao status de acontecimento, o movimento arqueológico desta pesquisa buscará estabelecer e descrever relações do discurso com o mundo a sua volta na exterioridade do discurso:

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de alguma coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém à parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um “outro” discurso mais oculto. Recusa-se a ser “alegórica”¹⁸³

Seguindo esta breve introdução, contaremos com uma seção teórica a respeito da terminologia “formação discursiva” alçada por Michel Foucault na intenção de firmar as bases teórico-metodológicas do movimento de análise. Utilizaremos Jean-Jacques Courtine para amparar a compreensão do termo - considerando que a aplicação deste conceito do autor se deu, assim como este trabalho, no campo do discurso político - em “Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos”, o que possibilita uma maior aproximação e interpretação para a reutilização de Foucault em nosso trabalho.

Quanto ao nosso *corpus* - o discurso do Brasil nas atas das Reuniões Gerais da OEA - será tratado em sua “irrupção histórica”¹⁸⁴, buscar-se-á “determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui”¹⁸⁵. Observando, sob determinada perspectiva, as relações históricas que condicionam e determinam aquele discurso, estas condições como

¹⁸² FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder-Saber. Ditos e Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 253

¹⁸³ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 159

¹⁸⁴ FOUCAULT, Michel. **Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. Arqueologia das ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Ditos e Escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2008, p. 82-118.

¹⁸⁵ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 31

Foucault alerta abaixo, tratadas e concebidas enquanto acontecimentos discursivos constituem o campo político e possuem funções que podem ser identificadas na ordem do discurso:

no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas **a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento.** Isto é o que eu chamo de acontecimento. Para mim, trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de acontecimentos discursivos – mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições ¹⁸⁶

No que tange a ordem do discurso, trazendo à tona a frase foucaultiana: "o novo não está no que é dito mas no acontecimento de sua volta"¹⁸⁷, o terceiro capítulo abordará como os Estados Unidos foram capazes de consolidar uma retórica dentro da Organização, condicionando o organismo a repetibilidade de enunciados acerca da temática, regendo as leis de possibilidade do que é dito e o referencial das falas. Entretanto, também será demonstrado como o Brasil foi capaz de modificar o discurso mesmo com a ação do mecanismo que Foucault expõe abaixo. Estas leis e regras de repetição do enunciado possuem local aparentemente estabilizado no que é chamado de "referencial do enunciado", dotado de capacidade de delimitar o valor, a verdade e as possibilidades de aparecimento de frases, mas de forma relativa, haja visto que a língua e o discurso são campos em disputa como é possível verificar em passagem abaixo:

de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados das coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado: define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade ¹⁸⁸

¹⁸⁶ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 255 - 256. Grifo nosso.

¹⁸⁷ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Loyola, São Paulo, Brasil, 1996. p. 26

¹⁸⁸ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 110-111

No caso estudado neste presente trabalho, observa-se as regras de existência dos enunciados no discurso brasileiro, no *corpus* dos pronunciamentos da delegação nas Reuniões Gerais da OEA. Ao definir o sistema estratégico das relações envolvendo a organização multilateral, os Estados Unidos e o Brasil, encontra-se na materialidade discursiva as diferentes formas pelas quais a correlação de forças atua no interior das enunciações brasileiras.

2.2. FORMAÇÃO DISCURSIVA

O conceito de formação discursiva tem caráter basilar no livro *Arqueologia do Saber* (2009) de Michel Foucault, bem como na construção do que foi convenientemente intitulado de "escola francesa da análise do discurso". Como afirma Jacques Guilhaumou e Denise Maldidier ele "produziu mais efeitos sobre o devir da Análise do Discurso do que qualquer outra noção desse campo de pesquisa"¹⁸⁹. Podemos dizê-lo que seu caráter fundador se deu por ser um conceito que abarca ao mesmo tempo uma concepção de discurso, de sujeito e de história: discurso enquanto prática instituidora de saberes; sujeito constituído pelo discurso; história indissociável da materialidade linguística.

Assinalamos os discursos não em suas unidades e univocidades, mas enquanto uma complexa dispersão de práticas ligadas por nenhum princípio de unidade anterior a ele. Essa complexa dispersão assumida pelo analista ao observar o *corpus*, permite detectar regras enunciativas que são visíveis nos sistemas de relação entre os objetos, busca-se as estratégias que ao revés de limitar as produções discursivas e o (re)surgimento dos enunciados, como seriam as premissas, proliferam as mesmas sobre o solo fértil das condições de produção. Perceber e detectar tais regras constitutivas é o primeiro passo para apontar as estratégias coexistentes ao ato enunciativo, será

descoberta uma unidade discursiva se a buscássemos não na coerência dos conceitos, mas **em sua emergência simultânea ou sucessiva**, em seu afastamento, na distância que os separa e, eventualmente, em sua incompatibilidade. Não buscaríamos mais, então, uma arquitetura de conceitos suficientemente gerais e abstratos para explicar todos os outros e introduzi-los

¹⁸⁹ GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. **Efeitos do arquivo**: a análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). **Gestos de leitura da história no discurso**. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2010 p.162

no mesmo edifício dedutivo; **tentáramos analisar o jogo de seus aparecimentos e de sua dispersão**¹⁹⁰

Considerando a ausência de um princípio anterior enquanto constituidor do discurso, é preciso operar a passagem da dispersão para as regularidades: localizando as regras que permitem e condicionam a produção do mesmo, revelando os sistemas de relação que regem os enunciados, estes constituintes de uma estratégia que caracterize uma FD.

Foucault alude em passagem abaixo que não se deve pensá-la tal como uma ideologia em contraposição a verdade e a ciência, mas ela em si tratada enquanto um conjunto de condições que submetem o discurso, condições de existência e coexistência:

uma formação discursiva evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como "ciência", ou "ideologia", ou "teoria", ou "domínio de objetividade". Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva¹⁹¹

A Formação Discursiva proposta por Michel Foucault rejeita a definição da mesma na medida em que se identifica a abordagem do "mesmo objeto", mas na constatação de que há regras que possibilitam a existência de diferentes objetos. Bem como, rejeita a busca de modos enunciativos, procurando recorrência no encadeamento, formas e tipos dos enunciativos. A estratégia não encontra-se na forma repetitiva de aparição dos enunciados, afinal, o "novo não está no que é dito mas no acontecimento a sua volta".

O ressurgimento de temas também pouco explicaria dentro da categoria, segundo Foucault, pois os temas serão percebidos na dispersão de suas abordagens e significados no dado momento histórico, na pluralidade de *approaches* possíveis. Logo, o conceito é mobilizado não para enquadrar a análise na busca de leis gerais do discurso, limites dos temas, enunciados e conceitos, mas para desfazer a ilusão do

¹⁹⁰ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p.40. Grifo nosso.

¹⁹¹ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 43

discurso unívoco quando se inicia o desenrolar da rede discursiva. Se pensa em um sistema de formação não apenas no sentido de coexistência e interação entre elementos, mas considera-se a sua relação, de todas estas instituições, técnicas, grupos sociais e organizações pela prática discursiva¹⁹².

Os enunciados produzidos no campo da política e da sexualidade são tidos por Foucault como os mais limitados, coibidos, cerceados e controlados pela sua própria constituição de relação direta com o poder. Eles são submetidos a mecanismos de controle externos, através da “interdição” expressa na proibição da execução do ato discursivo operante na transformação do objeto em tabu, no ritual da circunstância na medida em que o ambiente social é desfavorável a expressão do discurso e na restrição do direito de fala a um tipo específico de sujeito; esta última interdição será amplamente explorada em nosso capítulo que buscará responder quem fala e de onde fala. Outro mecanismo de controle externo é a separação e rejeição por intermédio das noções opostas de razão/loucura, definindo-se um sujeito falante como louco, ou ausente de razão, seu discurso não reverbera e é retirado de qualquer legitimidade. Por fim, externamente opera-se ainda a vontade de verdade que sugere quais conhecimentos são úteis ou descartáveis em determinada sociedade. Seu caráter é singular pois “a interdição e a rejeição tendem a fragilizar-se, mas a vontade de verdade caminha no sentido inverso”¹⁹³, pois “é pela universalização do discurso que a vontade de verdade, enquanto mecanismo sutil de exclusão se torna cada vez mais incontornável”¹⁹⁴.

No que tange aos controles internos do discurso, possuidores do efeito de rarefação, aponta-se o comentário, a noção de autor e a disciplina. Assim como os controles externos, tais controles são constituidores das formações discursivas. Cabendo um olhar atento à noção de comentário, visto que sua ação é destacada na análise de nosso *corpus*, o qual opera como um paradoxo que tende a controlar e definir o discurso, mas demonstra-se como uma amarra frouxa visto que como já mencionado, “o novo

¹⁹² FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 80-81

¹⁹³ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Loyola, São Paulo, Brasil, 1996. p. 20

¹⁹⁴ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Loyola, São Paulo, Brasil, 1996. p. 20

não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”¹⁹⁵. As enunciações aparentemente idênticas, revelam outros sentidos sobre outras condições históricas de produção:

Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. A repetição indefinida dos comentários é trabalhada do interior pelo sonho de uma repetição disfarçada: em seu horizonte não há talvez nada além daquilo que já havia em seu ponto de partida, a simples recitação¹⁹⁶

O princípio de controle interno do comentário, como é apontado acima, permite que um discurso antigo, juntamente com seus saberes e poderes constituídos se reproduzam indefinidamente na história, o que acontece cotidianamente, visto que os discursos inéditos e novos são raridades segundo o filósofo, porém, se observarmos o acontecimento da volta desse discurso, o comentário resgata premissas anteriores mas sempre está aberto a significações e desdobramentos novos. O comentário é amplamente atuante nas discussões da OEA, nota-se que ao falar de democracia reforça-se a consolidação da agenda, entretanto em cada comentário ocorre o acontecimento de um elemento de novidade na conceituação do que se compreende por democracia e segurança, o que provoca novos sentidos mesmo que reafirmando os anteriores.

Ainda no que tange aos procedimentos de controles internos à noção de autor, destaca que “o autor, não [será] entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”¹⁹⁷. Assim, a delegação brasileira, constituída por um conjunto de delegados e delegadas, é compreendida como autora da produção discursiva do próprio Estado. Apenas compreendida desta maneira, suas palavras possuem sentido dentro do organismo e da realidade das estruturas na qual as relações entre nações está inserida, visto que “o autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerên-

¹⁹⁵ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Loyola, São Paulo, Brasil, 1996. p. 26

¹⁹⁶ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Loyola, São Paulo, Brasil, 1996. p. 25

¹⁹⁷ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Loyola, São Paulo, Brasil, 1996. p. 26

cia sua inserção no real”¹⁹⁸.

Por fim, a “uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um *corpus* de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos”¹⁹⁹. A condição que torna uma proposição enquanto supostamente verdadeira é sua inserção no conjunto de regras, inferida e pautada pelo método e objetos anteriormente instituídos. Sendo assim, não é possível desenvolver relações com outros Estados sem a utilização dos procedimentos já reconhecidos e instituídos, seguindo o jogo de regras estipulado. Estas regras, são abarcadas tanto em procedimentos legais, jurídicos, escritos, acordados, quanto regras sociais, formas de funcionamento próprias e cotidianas do discurso.

Sendo o discurso político, uma região onde incidem a coerção, permeado por jogos de disputa pelo poder como aponta Foucault abaixo, o nosso *corpus* é observado com atenção as suas descontinuidade, especificidades e exterioridades, sob a luz das relações de poder e destacando os limites da possibilidade de agenciamento. Isto nos permitirá compreender as relações de força e a influência dos significantes estabilizados na instituição.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar²⁰⁰.

Observar os enunciados proferidos pela delegação brasileira permitiram observar a organização de um discurso operado em rede e incidido pelas leis de coerção dos enunciados. A atuação do Brasil no período analisado caminhou no sentido de promover associações de temas distintos na mesma trama de discussões, fato que promoveu uma teia razoavelmente sólida de confluência entre elementos como segurança, paz, integração, democracia, justiça social. Em diversos momentos, quando

¹⁹⁸ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Loyola, São Paulo, Brasil, 1996. p. 28

¹⁹⁹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Loyola, São Paulo, Brasil, 1996. p. 30

²⁰⁰ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 43

colocado alguma agenda na mesa de debates o movimento discursivo operado foi de ampliação e ressignificação do mesmo, conectando sua solução e causalidade à temáticas outras que derivam do referente inicial, desta maneira o discurso brasileiro consegue articular a formação discursiva de sua PEB com a formação discursiva da OEA. Exemplos notáveis são quando a delegação enquadra a paz e segurança "como pressupostos à democracia e o desenvolvimento econômico com justiça social"²⁰¹, ou como elementos constitutivos de uma identidade: "América do Sul, continente no qual se insere geograficamente o Brasil, possui identidade estratégica própria"²⁰².

Os enunciados destacados marcam presença e pontos nodais na trajetória discursiva brasileira na organização. Tal movimento possibilita um discurso assertivo e auto interessado sem o rompimento com a ordem do discurso instaurado na OEA, dentro da mesma formação discursiva. Protagonizando uma formação discursiva dentro do possível, sem fugir do verdadeiro da época, mas sem negar sua própria perspectiva, visto que "sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa"²⁰³. Assim, o Brasil foi capaz de formular sua própria agenda e desempenhar identidade própria, sem ser completamente sujeitado pela ordem do discurso em que estava inserido. Desta forma, a formação discursiva da política externa opera com uma multiplicidade de objetos, variedade de temas, aplicando complexa gama de conceitos, sob distintos modos enunciativos. Tal constituição de FD é o cenário para a ação enunciativa do governo brasileiro na plataforma da OEA.

Tal olhar sobre o discurso brasileiro baseia-se na compreensão do exercício do poder e discurso em rede²⁰⁴, percebendo o discurso "enquanto práticas que obedecem

²⁰¹ BRASIL, Ata de Reunião Ordinária da OEA, 2010. s/p

²⁰² BRASIL, Ata de Reunião Ordinária da OEA, 2002. s/p

²⁰³ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Loyola, São Paulo, Brasil, 1996. p. 21

²⁰⁴"O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder, e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles" FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p. 18).

a regras”²⁰⁵ instituídas pelo poder. Já que não iremos “tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras”²⁰⁶. O discurso será analisado como algo que circula, o que permite entender como o Brasil consegue desempenhar certa autonomia discursiva no tocante a sua política externa. Novas agendas são inseridas e ele é capaz de imprimir suas características diplomáticas na instituição, a despeito da forte predominância de perspectivas norte-americanas.

Em sua obra "Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos", Jean-Jacques Courtine convoca o conceito de FD para sua análise, afirmando que "reler Foucault não é aplicá-lo a Análise do Discurso, é trabalhar sua perspectiva no interior da Análise do discurso"²⁰⁷. Ele destaca que há a relação de dois níveis distintos na formação do conceito - o "nível de um sistema de formação dos enunciados" e o "nível de uma sequência concreta". O primeiro baseia-se na afirmação de Foucault de que “por sistema de formação é preciso entender um feixe complexo de relações que funciona como regra”²⁰⁸. O segundo, designado por Foucault de “estado terminal do discurso”²⁰⁹ é o nível que define “toda sequência discursiva deve ser apreendida enquanto objeto tomado num processo discursivo de reprodução/trans-formação dos enunciados no interior de uma dada FD”, o que a coloca como “um nó em uma rede”²¹⁰. O primeiro, encontra-se “aquém da coerência visível e horizontal

²⁰⁵ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 169

²⁰⁶ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 183.

²⁰⁷ COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUfscar, 2014. p. 82

²⁰⁸ COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUfscar, 2014. p. 97

²⁰⁹ COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUfscar, 2014. p. 100

²¹⁰ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 34

dos elementos formados”²¹¹, o segundo está na manifestação desta coerência visível e horizontal.

A FD, como consta em *Arqueologia do Saber* e é ressaltada por Courtine, opera e atua em enunciados, sendo composto por quatro propriedades: ligado ao referencial, constituído de relação determinada com sujeito, inserido em um domínio associado, possuindo existência material distinta da enunciação. O referencial do enunciado, segundo Michel Foucault:

forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado. Ele define as possibilidades de aparecimento e de delimitação daquilo que dá sentido à frase e que dá à oração seu valor de verdade²¹²

Dizemos que há uma relação determinada com sujeito no enunciado de uma formação discursiva, pois na “perspectiva foucaultiana, não pode ser reduzida a uma entidade linguística nem a uma subjetividade psicológica qualquer”²¹³, há uma chamada “posição-sujeito”, pois “descrever uma formulação enquanto enunciado, não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse, mas em determinar qual a posição que todo indivíduo pode e deve ocupar para ser sujeito”²¹⁴. Para tal, reforça-se em Courtine, a noção de “sujeito em descontinuidade consigo mesmo”, pois em toda formulação ele encontrará e será transpassado pelo sujeito do saber, sob o que será chamado de pré-construído. Assim

Concebemos, portanto, uma posição de sujeito como uma relação determinada que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciador e um sujeito do saber de uma dada formação discursiva. Essa relação é uma relação de identificação cujas modalidades variam, produzindo diferentes efeitos-sujeito no discurso. A descrição das diferentes posições sujeito no interior de uma FD e dos efeitos que estão ligados a ela é o domínio de uma descrição de forma-sujeito²¹⁵

²¹¹ COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUfscar, 2014. p. 100

²¹² FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 121

²¹³ COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUfscar, 2014. p. 86

²¹⁴ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 126

²¹⁵ COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUfscar, 2014. p. 87

A aparição do domínio associado “consiste na rede de formulações nas quais o enunciado se insere”²¹⁶, ela permite dizer que

no plano da constituição do *corpus*, a inscrição de um enunciado em um conjunto de formulações - como um "nó em uma rede" - deverá ser caracterizada a partir de uma pluralidade de pontos, constituindo, ao redor de sequências discursivas tomadas como ponto de referência, uma rede de formulações extraídas de sequências discursivas, cujas condições de produção serão, ao mesmo tempo homogêneas e heterogêneas em relação à sequência discursiva de referência²¹⁷

A existência material do enunciado configura seu caráter de repetibilidade, de “materialidade repetível” que Foucault apresenta abaixo. É necessário local, tempo, espaço e posição-sujeito para que essa materialidade venha a luz, “enquanto uma enunciação pode ser recomeçada ou (re)convocada, enquanto uma forma - linguística ou lógica - pode ser reatualizada, o enunciado tem a particularidade de poder ser repetido: mas sempre em condições estritas”²¹⁸. A análise do *corpus* no sentido proposto por Foucault seguiria buscando a (des)estabilização destas materialidades, bem como suas (in)constâncias.

Essa materialidade repetível que caracteriza a função enunciativa faz aparecer o enunciado como um objeto específico e paradoxal, mas também como um objeto entre os que os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem, eventualmente destroem. Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva - e perdida no passado, como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei -, o enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade²¹⁹

Em capítulo seguinte, em gesto de descrição/interpretação demonstraremos o funcionamento de tal lógica no *corpus* com destaque especial para a temática da de-

²¹⁶ COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUfscar, 2014. p. 89

²¹⁷ COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUfscar, 2014. p. 90

²¹⁸ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 118

²¹⁹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p. 179-191.

mocracia na conformação da estrutura da Organização dos Estados Americanos, o ponto nodal da democracia no debate. Destacando na trajetória histórica da OEA a história norte-americana identifica-se a passagem de enunciados de uma esfera para a outra. Observando também os afastamentos, as formas de resistência regional além do discurso brasileiro dentro da estrutura de poder discursiva, haja visto que nosso trabalho dedica-se ao estudo do discurso brasileiro no órgão. Após percorrer este caminho analítico, observaremos os significados atribuídos a continuidade do pleito da Argentina, as Ilhas Malvinas, bem como as relações entre segurança/paz, democracia e integração regional.

CAPÍTULO 3 - O discurso do Brasil na OEA: quem fala

Quem fala? Quem no conjunto de todos os indivíduos-que-falam, está autorizado a ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o estatuto dos indivíduos que têm - e apenas eles - o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente indivíduos definidos ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso?²²⁰

Ao analisar as condições de produção de um discurso é necessário indagar quem está autorizado a enunciá-lo. Perguntar, como aventou Foucault em citação acima “quem fala?” constituiu a análise da exterioridade do discurso, para que possa evidenciar seus mecanismos finos de funcionamento. Em “O que é um autor”, Michel Foucault discorre acerca do caráter de um autor perante uma obra e um texto. Segundo o filósofo, um autor não é o mero elaborador de um texto. Mas é o responsável por escrever um emaranhado de discursos que podem ser compreendidos com o mesmo status. Sua condição é caracterizada pela autorização a falar “em nome de alguém” e não somente sobre determinado assunto. “O autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real”²²¹.

Esta concepção de “autor” é um dos princípios de rarefação do discurso. Cabe por compreendê-lo não como “o indivíduo falante que o pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”²²². Há de se considerar, as peculiaridades de penetração do discurso ao observar as regras de rarefação da mesma:

Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas [...], enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que falam²²³

²²⁰ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

²²¹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Loyola, São Paulo, Brasil, 1996. p. 28.

²²² FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Loyola, São Paulo, Brasil, 1996. p.26

²²³ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Loyola, São Paulo, Brasil, 1996. p. 37

A delegação brasileira na OEA é composta por uma série de membros do Itamaraty ou de outros órgãos da alta burocracia do Estado brasileiro. Ministros e ministras, embaixadores e embaixadoras, diplomatas, cônsules, secretários e secretárias, entre outros cargos e posições administrativas conferidas àqueles designados para falar em nome do Estado. Estas posições, não sendo vitalícias, podem ser ocupadas por diferentes indivíduos, nomeados e escolhidos por critérios distintos e subjetivos a cada ano²²⁴. Porém, a posição ocupada por eles tende a uma alta estabilidade por dois motivos: (1) a instituição os convida a ocupar a posição de “delegados” e “delegadas”, postos já engessados e estabilizados em determinadas condutas e códigos discursivos e (2) as rupturas são raras neste tipo de formação discursiva, considerando a história da diplomacia brasileira.

3. 1. A interdição da posição de delegado e delegada (1)

Em relação ao primeiro motivo de estabilidade, a própria forma de organização da instituição OEA e o posto de “delegação” de um dos países membros, orienta e determina a fala dos indivíduos participantes. O posto de “delegação” designa um local de fala pré-destinado. Quando qualquer um dos membros está em posse do direito de falar e de ser ouvido em Assembleia Geral, não lhe é permitido, esperado, cabido que fale ocupando outro local que não seja aquele que lhe foi conferido: a posição “Estado brasileiro”. Seus nomes pessoais, suas trajetórias, seus posicionamentos políticos individuais são sobrepostos pelo novo posto de “delegado” ou “delegada” no interior da instituição internacional.

Neste sentido Foucault afirma que “não importa quem fala, mas o que é dito não é dito de qualquer lugar”²²⁵. Assim, se acordo com o filósofo francês “seria absurdo negar a existência do indivíduo que escreve e inventa”²²⁶, pois o sujeito que enuncia é importante para análise do *corpus*. Como, por exemplo, nos primeiros anos

²²⁴A escolha dos membros da delegação não passa por critérios pré-definidos ou por intermédio de processo seletivo de conhecimento público. Está sujeita ao interesse do governo eleito e dos processos internos do próprio Ministério de Relações Exteriores.

²²⁵ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p.139

²²⁶ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Loyola, São Paulo, Brasil, 1996. p. 28

do governo de Luís Inácio Lula da Silva, o próprio Ministro das Relações Exteriores era designado como Chefe da delegação brasileira na OEA. A escolha do mais alto cargo do Itamaraty para a função atesta a importância e aponta indícios para o mapeamento da direção da política externa. Entretanto, tais leituras também são possíveis pela percepção do sujeito “Ministro das Relações Exteriores do Estado Brasileiro Celso Amorim”, observando que local ele ocupa, “trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles”²²⁷.

Haja visto o intento de determinar as condições do funcionamento do discurso, o olhar sobre os membros da organização cabe no sentido de observar a posição social anterior que os qualifica a falar em nome do “Estado Brasileiro”. Considerando essas problemáticas convém ponderar as seguintes questões: quem são os sujeitos sociais que recebem a autorização de ocupar o posto de delegado ou delegada na OEA? O que os qualifica para tal?

Para responder essas interrogações, duas variáveis foram destacadas como de pertinente observação para este trabalho: vínculo institucional e gênero.

3. 1. 1. Vínculo institucional

Primeiramente, o vínculo institucional dos membros da delegação, considerando que as instituições a que pertencem também são constituídas de formações discursivas e dão um indicativo do perfil burocrático destacado para o trato das temáticas afins. Com esta variável busca-se compreender quais instituições domésticas estão relacionadas à formulação da agenda brasileira na OEA, sendo as presentes, detectadas e consideradas as Embaixadas e Consulados, os membros de vínculo junto a OEA, os funcionários do Ministério de Relações Exteriores, à esfera Legislativa, além de assessores que estão relacionados a quadros mais conjunturais e menos institucionais. Atenta-se para o fato que os funcionários ligados a embaixadas e consulados também são membros do Ministério de Relações Exteriores; todavia, operamos com

²²⁷ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Loyola, São Paulo, Brasil, 1996, p. 36-37

estas nomenclaturas para diferenciar os funcionários de quadro mais estável, ligados a embaixadas e consulados, daqueles de quadros conjunturais.

Em “A ordem do Discurso”, Foucault destaca grupos chamados de “sociedades do discurso”²²⁸, “cuja função é conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em um espaço fechado, distribuí-los somente segundo regras estritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição”²²⁹. A forte presença de membros do Itamaraty, diplomatas e embaixadores na composição das delegações, ano a ano, atesta que há um grupo cuja a formação educacional e profissional tem como objetivo a criação de um corpo autorizado a conduzir a política externa brasileira, o que garante uma determinada previsibilidade e estabilidade da formação discursiva que está sob a tutela de um determinado corpo burocrático. Constatou-se que 89,7% da delegação corresponde a membros do Ministério de Relações Exteriores, seguido de 4,6% de assessores, 3,6% de parlamentares do âmbito das secretarias e 2,1% de membros do legislativo.

Os membros do MRE são originários de órgãos distintos, alguns lotados dentro do organismo da OEA de forma permanente, outros desempenhando funções em embaixadas e consulados e outros ainda compondo o Ministério em outros cargos não estáveis comissionados. Observa-se dentro de tal cenário que o maior vínculo institucional dos membros da delegação corresponde especificamente a delegados ligados a embaixadas ou consulados, em sua grande maioria pertencentes ao país que recebe a reunião da OEA naquele ano, sejam eles embaixadores, cônsules, diplomatas, oficiais de chancelaria, assistentes de chancelaria - sendo os três últimos membros do Serviço Exterior Brasileiro, selecionados através de concurso público para ocupar tais cargos. Estes representam 37,3% das delegações no período. Notou-se que estes delegados eram convocados devido a sua proximidade geográfica e familiaridade com os temas do país sede das Reuniões Gerais, em cada ano. Como exemplo, no ano de 2006, em

²²⁸ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Loyola, São Paulo, Brasil, 1996. p.39

²²⁹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Loyola, São Paulo, Brasil, 1996. p.39

reunião realizada em Santo Domingo, na República Dominicana, seis (6) delegados , de um total de vinte e oito (28) eram da embaixada brasileira no respectivo país²³⁰.

Logo em seguida, delegados ocupantes de cargos comissionados e escolhidos pelo governo da referida gestão representam 29,3%. Os funcionários brasileiros do MRE que atuam diretamente junto a OEA, ocupantes de cargos como Representante Interino, Permanente, Alterna ou Suplente, representaram 28,5%.

Neste trabalho, os membros do MRE são percebidos enquanto em um único grupo para privilegiar uma análise institucional que seja capaz de dialogar com a literatura já existente acerca do desempenho da diplomacia os quais apontam, assim como esta pesquisa, a condução da PEB centralizada no Itamaraty. Entretanto, salienta-se que não há, a despeito da tentativa de homogeneização, uma única formação discursiva na instituição. Trabalhos como de Miriam Gomes Saraiva²³¹ abordam as diferentes formas de inserção internacional escolhidas pelos diplomatas, entre duas vertentes: (1) pragmática, que defendem a liderança brasileira baseada em pressupostos de democracia, infraestrutura e desenvolvimento; (2) autonomista, que aposta em cooperação sul-sul e possui relação mais estreita com o governo do Partido dos Trabalhadores.

Ainda neste sentido proposto por Miriam, podemos identificar traços dessas vertentes em exemplos de quebra ou ruptura das diretrizes diplomáticas. Em ocasião recente um grupo de diplomatas divulgou carta em que repudiava as declarações do Presidente Jair Bolsonaro a respeito do Golpe Civil-Militar de 1964, o manifesto afirma que essas declarações ferem “os mais elementares compromissos que regem hoje a inserção internacional do Brasil e trazem danos graves à imagem do país”²³². Em outra conjuntura tal mecanismo de denúncia já havia sido utilizado para denunciar o uso excessivo da força para reprimir as manifestações contra o governo de Michel

²³⁰ Osvaldo Pizzá - Secretário; Debrair Izaías da Silva - Oficial de Chancelaria; Angelica Alvez de Azevedo - Assistente de Chancelaria; Ivanir Carrijo - Assistente de Chancelaria; Geraldo Goveia - Assistente de Chancelaria ; Nergiton Majela de Souza - Assistente de Chancelaria.

²³¹ SARAIVA, Miriam Gomes. **A diplomacia brasileira e a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas**. Revista Mural Internacional, ano 1, nº 1. 2010.

²³² Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-manifesto-diplomatas-dizem-que-defesa-do-golpe-de-64-prejudica-a-imagem-do-pais,70002775398>> Acesso em 12 de abril de 2019.

Temer, neste documento o grupo de 180 diplomatas signatários do documento conclamam pelo reestabelecimento do pacto democrático²³³.

Em gráfico abaixo, observa-se a oscilação anual dos membros da delegação, destacando-se os vínculos institucionais. Nota-se, que os anos de 2005, 2006, 2010 e 2013 foram os anos em que as delegações brasileiras tiveram mais participantes, sendo possível verificar também que nestes anos o número de membros do Ministério das Relações Exteriores tendeu a acompanhar o aumento total, o que indica uma certa permanência destas instituições na produção do discurso brasileiro na OEA. Outros vínculos, como os funcionários da OEA, membros do Legislativo e Secretarias, não acompanham as oscilações totais. Nota-se também o vácuo em alguns anos no tocante às Secretárias, Assessores e Legislativo.

Vínculo Institucional dos membros da delegação (2000 - 2016)



Constata-se que 2,1% dos representantes - um total de 6 delegados concentrados nos anos de 2003, 2004 e 2005 - são oriundos da esfera legislativa. Em 2003, na Reunião Ordinária realizada em Santiago - Chile, Estilac Xavier (PT-RS), Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul compôs a delegação. Já em 2004, realizada em Quito - Equador, o número subiu para dois participantes e contamos com Orlando Fantazzini (PT-SP), então Deputado Federal, e Maria José da Conceição Maninha (PT-MG) também

²³³ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40110901>>. Acesso em 12 de abril de 2019.

Deputada Federal²³⁴. Em ocasião da Reunião Ordinária de 2005, realizada em Fort Lauderdale, nos Estados Unidos, tivemos a participação de três parlamentares, Efraim Morais (PFL-PB) e César Borges (PFL-BA), ambos Senadores, e Laura Carneiro (DEM-RJ), Deputada Federal.

Destaca-se a singularidade da participação legislativa, visto que não contamos com a presença de membros escolhidos pelo processo eleitoral democrático brasileiro em nenhum ano posterior aos destacados. Não obstante, os números coincidem com um período de forte integração entre a agenda doméstica e internacional na política externa brasileira, em que a gestão de Luís Inácio Lula da Silva, presidente entre 2003 e 2011, passou a compreender política externa e política pública como sinônimos²³⁵. Seu Ministro de Relações Exteriores (2003 - 2011), Celso Amorim, que chefiou a delegação nos anos de 2005, 2006 e 2009, defendeu que “a política externa é uma política pública como as demais. Está sujeita à expressão das urnas e da opinião pública”²³⁶. Em contrapartida, em nenhuma das ocasiões das reuniões os membros das Secretarias ou da esfera legislativa desempenharam discursos em nome do Estado brasileiro. Com isto, pode-se argumentar que a participação, apesar de relevante é restrita, sem efetivo impacto na discursivização do organismo.

A inclusão de membros do Legislativo na ordem do discurso da política externa indicariam uma maior democratização da condução da mesma, visto que estes são escolhidos diretamente pelo povo, através das urnas, para configurar enquanto representantes. Além disso, é importante considerar a afirmação de Pasquarelli:

a participação do Legislativo na condução da política externa é relevante, pois são os seus mecanismos que complementam os acordos internacionais e, além disso, a participação institucionalizada através do Congresso nos processos de cooperação internacional aumenta a credibilidade dos compromettimentos internacionais do Estado ²³⁷

²³⁴ Ambos migraram para Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2005.

²³⁵ PASQUARELLI, Bruno Vicente Lippi. **Política Externa como Política Pública**: uma análise da atuação diplomática brasileira durante o Governo Lula. Revista Política Hoje, Vol. 19, n. 1, 2010. p. 195

²³⁶ AMORIM, Celso. **Entrevista concedida ao IPEA**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6458> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

²³⁷ PASQUARELLI, Bruno Vicente Lippi. **Política Externa como Política Pública**: uma análise da atuação diplomática brasileira durante o Governo Lula. Revista Política Hoje, Vol. 19, n. 1, 2010. p. 195

Há uma vasta literatura que compreende e defende o cenário internacional como um jogo de dois níveis, apontando para a relação mútua e relevante entre o que outrora foi defendido como “*hard politics e low politics*”, recusando-se a conceber o Estado como ator unitário. Os trabalhos de Lisa Martin²³⁸, Helen Milner,²³⁹ e Robert Putnam²⁴⁰ apontam neste sentido, bem como os trabalhos de Leticia Pinheiro acerca do caso brasileiro²⁴¹. A participação do legislativo também complexifica a construção da política externa, haja visto que novos interesses são agregados à disputa do convém dizer e convém calar, pois estes atores possuem um maior grau de *responsability*, perante o partido e perante seus eleitores de forma mais direta. Neste sentido, Evorah Lusci Cardoso destacou que a participação do Congresso na agenda internacional pode constituir até mesmo um novo *veto-player*²⁴².

Para além dos cargos de origem institucional Legislativa, também é notória a atuação de Secretarias que lidam diretamente com as questões relativas a Direitos Humanos e direitos de grupos que enfrentam contextos de vulnerabilidade social e econômica. Em 2004, contamos com Cristina Timponi Cambiaghi, Assessora da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Em 2006, Maria Inez da Silva Barbos, Subsecretária de Ação Afirmativas, pertencente à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, bem como Maria Luiza Ribeiro Viotti, Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais. Já em 2005, Matilde Ribeiro, então Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Nilcéa

²³⁸ MARTIN, Lisa. **Democratic Commitments: Legislatures and International Cooperation**. Princeton, Princeton University Press, 2000.

²³⁹ MILNER, Helen. **Interests, Institutions, and Information: Domestic Politics and International Relations**. Princeton, Princeton University Press. 1997.

²⁴⁰ PUTNAN, Robert. **Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games**”, *International Organization*, 1988. v. 42, no 3, p. 231-252. 1988.

²⁴¹ MILANI, Carlos R. S. PINHEIRO, Leticia. **Política externa brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública**. In. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 35, nº 1, janeiro/junho, p. 11-41, 2013. MILANI, Carlos R. S. PINHEIRO, Leticia (orgs). **Política externa brasileira: As práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp.33-70. 2012

²⁴² CARDOSO, Evorah Lusci. **Demandas do Legislativo pela condução da política externa brasileira: constituição de um novo veto player?**. Artigo elaborado para a disciplina Análise de Política Externa, ministrada no Departamento de Ciência Política da Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (USP). 2006.

Freire, Ministra da mesma Secretaria, e Douglas Martins de Souza, Secretário-Adjunto de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. Em 2013, participou Maria do Rosário Nunes, Ministra-Chefe, Maria Beatriz Bonna Nogueira e Marcelo Murteira de Salles, ambos da assessoria internacional, todos da Secretaria de Direitos Humanos. Por fim, em 2015, Ideli Salvatti, ex-Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos.

No tocante ao vínculo institucional, cabe observar que as Secretarias possuem vínculo direto com a Presidência da República, segundo *site* do próprio Governo Federal, as Secretarias citadas acima são ligadas à Secretaria-Geral, cuja a principal função é assessorar o Governo Federal e aquele, ou aquela, que ocupe o cargo de presidente:

A atuação das secretarias no âmbito do governo federal está relacionada a um princípio consagrado pela Constituição de 1988: o da participação social como forma de afirmação da democracia. Ao construírem espaços capazes de incorporar as pautas e os interesses dos mais diversos setores da sociedade na elaboração das políticas públicas, as secretarias estimulam o compartilhamento das responsabilidades entre Estado e sociedade. Os secretários têm status de ministro e são escolhidos pelo presidente da República.²⁴³

Este elemento pode nos indicar três aspectos no tocante à ordem do discurso: (1) o protagonismo do Governo eleito na construção do discurso da delegação na OEA; (2) a possibilidade de maior representação dos interesses da sociedade civil, especialmente de grupos minoritários, visto a natureza das Secretarias, pautada em consolidar a participação social e a democracia; (3) a consolidação de enunciados acerca de Direitos Humanos que têm sido invocados na OEA, desde os primórdios da Organização com a criação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)²⁴⁴. Esta comissão monitora a questão humanitária no continente e também gere um Sistema de Petição Individual, possibilitador da efetivação do combate à violência doméstica, pela criação da supracitada Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Entendemos que ao considerar membros de seus governos que tratam das questões relativas a Direitos Humanos, como autorizados a falar pelo Brasil na

²⁴³ Governo Federal. 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/governo-federal-e-formado-por-ministerios-secretarias-e-orgaos-especiais>> Acesso em 10 de janeiro de 2019

²⁴⁴ Website da Comissão Interamericana de Direitos Humanos: <<http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/que.asp>> Acesso em 15 de janeiro de 2019

OEA, o Estado atesta e reconhece a Organização enquanto o espaço legítimo de debate para o tema.

A partir da observação deste vínculo institucional percebe-se a predominância da participação do MRE, configurando uma comunidade do discurso o que contribui para a continuidade. Nota-se também a participação esporádica pouco efetiva do Legislativo. Com relação as secretárias, sua participação ainda que minoritária é importante no sentido de consolidação dos direitos humanos.

3. 1. 2. Gênero

A outra variante selecionada diz respeito ao gênero dos membros da delegação, partindo da concepção de uma divisão sexual do trabalho em nossa sociedade, que relega as mulheres ao cotidiano doméstico, em detrimento do acesso ao espaço público e político²⁴⁵. Considerando o resultado de tal cenário na formação de sujeitos sociais e políticos distintos, coube responder: em que medida as mulheres estão incluídas e autorizadas a falar em nome do Estado no organismo?

A referida divisão de gênero, discutida nos trabalhos de Carole Pateman, elucida o campo de construção do discurso político como um espaço destinado ao enunciador masculino. Esta chave interpretativa quando utilizada para a compreensão dos problemas sociais possibilita uma nova forma de análise em diversos campos. A discrepância entre a participação masculina e feminina no campo político possui impacto direto nas formulações discursivas e enunciados propostos, haja visto que, se um grupo social não possui acesso ou autorização dentro de uma determinada ordem do discurso, essa dinâmica seguirá no sentido de excluir as perspectivas de vida dos mesmos.

²⁴⁵ PATEMAN, Carole. **The Sexual Contract**. Stanford, California: Stanford University Press. 1988.

Soma-se a tais considerações a relevância da teoria feminista nas Relações Internacionais nos trabalhos de Ann Tickner²⁴⁶, Carol Cohen²⁴⁷, Jean Bethke Elshtain²⁴⁸. As autoras com profundos esforços, em um campo especialmente masculino²⁴⁹, sob o título de “estudos de gênero” ou “teoria feminista das Relações Internacionais”, conquistaram o espaço de uma perspectiva válida para a compreensão da conjuntura internacional²⁵⁰. Seja em estudos de caso ou em discussões teóricas que visam uma revisão da própria Teoria Geral do Estado e da Guerra, o campo da política internacional foi desestabilizado pela desconstrução de suas características masculinas e os questionamentos levam a uma pluralização dos estudos e da compreensão das problemáticas internacionais. Os efeitos destas discussões teóricas podem ser constatados na criação de departamentos dedicados à promoção da igualdade de gênero em diversos organismos internacionais, sendo o mais atuante a ONU²⁵¹. Segundo Carole Pateman, há uma construção social que serve aos interesses econômicos dessa conformação social:

A separação da vida privada e doméstica das mulheres em relação ao mundo público dos homens foi constitutiva do liberalismo patriarcal já em suas origens e, desde meados do século XIX, a esposa economicamente dependente tem sido apresentada como o ideal para todas as classes respeitáveis da sociedade. [...] É claro que as mulheres nunca estiveram completamente excluídas da vida pública, mas a forma como elas são incluídas

²⁴⁶ TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. New York: Columbia University Press. 1992.

²⁴⁷ COHN, Carol. “**Wars, Wimps, and Women: Talking Gender and Thinking War.**” In *Gendering War Talk*, edited by M. Cooke and A. Wollacott, pp. 227–246. Princeton, NJ: Princeton University Press. 1993.

²⁴⁸ ELSHTAIN, Jean B. **Women and War**. New York: Basic Books. 1987

²⁴⁹ Em artigo, Ann Tickner discorre acerca dificuldades e “mal-entendidos” na inserção das perspectivas de gênero nos estudos de Relações Internacionais: “There are three types of misunderstandings embedded in the questions outlined above: first, misunderstandings about the meaning of gender as manifested in the more personal reactions; second, the different realities or ontologies that feminists and non-feminists see when they write about international politics, evident in comments that feminist scholars are not engaging the subject matter of IR; third, the epistemological divides that underlie questions as to whether feminists are doing theory at all.” (TICKNER, Ann. **You Just Don’t Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists** *International Studies Quarterly*, nº 41, 611–632. 1997. p. 614)

²⁵⁰ GRANT, Rebecca. NEWLAND, Kathleen. **Gender and International Relations**. Indianapolis: Indiana University Press. 1991

²⁵¹ A ONU possui um departamento intitulado Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, ou UN Women, fundado em 2010. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en>> Acesso em 13 de março de 2019. .

está baseada, tão firmemente quanto sua posição na esfera doméstica, em crenças e práticas patriarcais²⁵²

Para além das justificativas teóricas apresentadas, que localizam este trabalho em uma gama de estudos de perspectivas teóricas feministas, há um fator de orientação metodológica que nos levou a optar por uma análise desta natureza. Em nosso *corpus*, gênero é a única marca social passível de apreensão, além do vínculo institucional e dos cargos de delegados e delegadas. Nesta direção, não estão disponíveis informações sobre raça/cor, idade, faixa de renda, naturalidade ou outras que seriam pertinentes para consideração em nosso trabalho, contribuindo no sentido de melhor compreender quem são os sujeitos do discurso no fórum analisado. Para além destes fatores, consideramos que o próprio esforço desta pesquisa de questionamento do local ocupado pelos sujeitos políticos masculinos e/ou femininos contribui para a desnaturalização das relações desiguais expostas.

Pensando ainda na relevância atribuída à democracia nos discursos e nos mecanismos da OEA, como demonstrado durante o capítulo destinado a abordagem da história desta instituição e da política externa norte-americana, convém observar em que medida há uma igualdade - preceito basilar da democracia - de representação no órgão. Segundo as diretrizes da ONU para a promoção da democracia, a igualdade de representação entre os gêneros nos variados níveis de construção de políticas públicas é indicador fundamental da qualidade democrática e de sua efetivação no comportamento político²⁵³.

Dito isto, a diferença entre os representantes de gênero masculino e feminino que compõem a delegação sugere outra premissa necessária para ser “autorizado” a ocupar o posto na OEA: o gênero. Tal cenário, longe de ser uma característica percebida exclusivamente na participação do Brasil na OEA, está associado a uma latente desigualdade em todos os níveis de representação política. No corpo diplomático brasileiro, tal desigualdade surge na constatação que o número de postos ocupados por

²⁵² PATEMAN, Carole. **Críticas feministas a dicotomia público/privado**. In: BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política Feminista: textos centrais. Niterói: EdUFF, 2014. p. 71.

²⁵³ ONU MULHERES. Nota sobre democracia paritária. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Nota_Democracia-Paritaria_FINAL.pdf>. Acesso em 24 de maio de 2019.

mulheres não têm ultrapassado 25% de participação²⁵⁴. Nos cargos eletivos, circunscritos no âmbito da política doméstica, apenas 15% dos cargos de deputados federais são ocupados por mulheres, o que nos coloca na 133ª posição entre 193 países²⁵⁵; na esfera municipal, 1 em cada 7 postos de vereador é ocupado por mulheres, o que constituiu menos de 15%²⁵⁶. Em nosso mapeamento, com setenta (70) participantes, elas configuraram 24,7% da delegação brasileira na OEA. Um número que corresponde ao cenário desigual do Itamaraty já apontado por outros trabalhos, entretanto um número superior ao apresentado na política doméstica brasileira.

Em gráfico abaixo, observa-se a oscilação no recorte temporal analisado da participação masculina e feminina. Consta-se que em nenhum ano a participação das mulheres no organismo superou a de homens, aproximando-se apenas nos anos de 2002, 2011 e 2015. Também nota-se que o momento de membros masculinos tende acompanhar o número total de participantes da delegação, ou seja, o número de participantes homens aumenta proporcionalmente, em passo que o número de mulheres não tende ao crescimento proporcional quando a delegação foi incrementada. Resta ainda assinalar que a participação feminina não aumenta nos anos referentes à gestão de Dilma Rousseff, algo que poderia ser esperado, considerando que a eleição da primeira mulher a presidir o país gerou a expectativa da consolidação de um espaço político com menores desigualdades de gênero em variadas esferas.

Ainda no tocante à participação de mulheres na delegação, ao associarmos esta variável de gênero com vínculo institucional percebe-se que o percentual da presença feminina (24,7%) não possui a mesma incidência em todos os vínculos institucionais. A participação de mulheres nas Secretarias é proporcionalmente maior que a participação das mesmas em embaixadas e consulados, especialmente nos altos cargos da burocracia. A título de comparação, no decorrer do período analisado, foram convocados 65 embaixadores para constituir a delegação, em passo que embaixadoras cons-

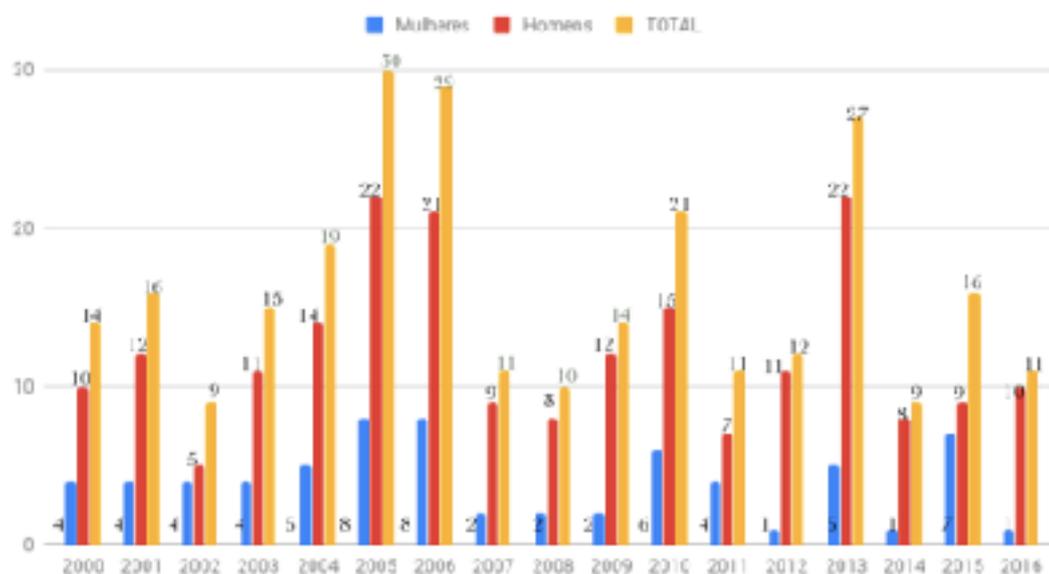
²⁵⁴ Fonte: BALBINO, Viviane Rios. **Diplomata Substantivo Comum De Dois Gêneros: Um Estudo Sobre A Presença Das Mulheres Na Diplomacia Brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 79

²⁵⁵ Segundo dados da Inter-Parliamentary Union, em fevereiro de 2019. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>> Acesso em 24 de maio de 2019.

²⁵⁶ Fonte Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

ta-se apenas 6²⁵⁷, representando um índice de 9% em relação aos homens de mesmo cargo. Enquanto, nas Secretarias, 80% da representação no período foi efetivada por mulheres.

Gênero dos membros da delegação (2000 - 2016)



As dificuldades sociais e econômicas para o ingresso de mulheres na carreira diplomática, bem como a ausência das mesmas nos cargos mais elevados do MRE foram aprofundadas por Viviane Rios Balbino. Em sua obra é apontado como principal fator explicativo a não identificação da diplomacia como uma função que se encaixa na construção do papel social destinado à mulher. A partir de entrevistas de mulheres que atuam no Itamaraty, algumas consideraram que não só a diplomacia não parece como espaço para as mulheres, como as mulheres possuem suposta dificuldade em desempenhar as funções. Segundo as próprias entrevistadas as mulheres não possuem “união” e instinto de cooperação entre si²⁵⁸, algo que pode ser identificado como a construção social e reprodução da rivalidade feminina, bem como resultante

²⁵⁷ Em Quito - Equador, em 2004, Embaixadora Vera Pedrosa Martins de Almeida. Na reunião ordinária de 2009, em San Pedro Sula - Honduras, a Embaixadora Maria Laura da Rocha. Em 2010 em Lima - Peru, 2011 em San Salvador - El Salvador e em 2012 na Cochabamba- Bolívia, Embaixadora Vera Barrouin Machado, que foi Chefe da Delegação nos dois últimos anos. Em 2013 na Guatemala, Gláucia Silveira Gauch, como diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais.

²⁵⁸ BALBINO, Viviane Rios. “A presença da mulher na diplomacia brasileira no início do século XXI. In: MATHIAS, Suzeley Kalil (org). Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: UNESP, 2009.

da maneira que somos incentivadas a compreender a vida social pelo ângulo do “pessoal”, não pelo panorama político²⁵⁹.

Ademais, como muitas abandonam a carreira, ou se contentam com cargos de menor poder administrativo para equilibrar a vida profissional com o trabalho doméstico, em especial a criação dos filhos, confirma-se a tese segundo a qual “enquanto as mulheres se identificarem com este trabalho 'privado', seu status público será sempre prejudicado”²⁶⁰. Esta tese, reforça o diagnóstico discutidos até o momento neste trabalho, onde a divisão igualitária e justa dos serviços domésticos e da criação dos filhos resultaria em uma mudança radical na esfera pública e no exercício da cidadania, possibilitando que mulheres fossem consideradas autorizadas a ocupar o posto de representante do Estado. Demonstra como não apenas o espaço político não é discursivamente construído para/por mulheres, como a mulher enquanto sujeito não é construída para inserção no espaço político²⁶¹.

Considerando isto e a alta representatividade do Itamaraty constatada na seção anterior, a partir dos dados discutidos é possível afirmar que a não-autorização da mulher, enquanto sujeito político, de formular a política externa e construir enunciados representando o Estado Brasileiro tem origens em instituições que precedem a formação da delegação e da própria OEA, bem como na desigualdade social entre os gêneros/sexos que conduz à subparticipação feminina. Portanto, enquanto a configuração institucional do Itamaraty, no tocante às estruturas sociais e burocráticas que regem a política de gênero permanecer, mulheres não serão consideradas como igual na ordem do discurso. Ressalta-se ainda que a maior possibilidade de inserção por outras vias institucionais, como as Secretarias, não serão capazes de transformar profundamente o cenário, haja visto sua baixa participação na delegação (3,6%) possui caráter esporádico.

²⁵⁹ PATEMAN, Carole. **The Sexual Contract**. Stanford, California: Stanford University Press. 1988. PATEMAN, Carole. **Críticas feministas a dicotomia público/privado**. In: BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política Feminista: textos centrais. Niterói: EdUFF, 2014. p. 75

²⁶⁰ PATEMAN, Carole. **Críticas feministas a dicotomia público/privado**. In: BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política Feminista: textos centrais. Niterói: EdUFF, 2014. p. 75

²⁶¹ PATEMAN, Carole. **Críticas feministas a dicotomia público/privado**. In: BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política Feminista: textos centrais. Niterói: EdUFF, 2014.

Apesar do cenário, a relação com a OEA e os direitos das mulheres no Brasil é notável, dado a supracitada Lei Maria da Penha, momento em que a organização multilateral vêm buscando a resolução de problemas sociais. Nesta direção, recentemente o grupo Geledés – Instituto Da Mulher Negra passou a integrar o grupo de organizações da sociedade civil, somando-se aos esforços do grupo Católicas Pelo Direito de Decidir, coletivo ativista brasileiro que atua na questão da defesa e autonomia dos direitos reprodutivos, todos os anos desde 2008, integrando as reuniões e outras atividades da organização como membro sociedade civil. Visando, segundo documento de solicitação de participação encaminhada à OEA em 2008:

a colaboração com organizações intergovernamentais e não-governamentais no Brasil e na região da América Latina em questões relacionadas à sexualidade e direitos reprodutivos da mulher, saúde e outras questões relacionadas ao gênero; compilação e distribuição de informações sobre questões interdenominacionais, sexualidade e direitos de procriação, discriminação contra grupos minoritários (como jovens, lésbicas, homossexuais, bissexuais e transexuais, etc.); e a capacitação e atualização de mulheres, jovens, líderes comunitários, estudantes e profissionais de saúde em temas relacionados à violência de gênero, religião, sexualidade e direitos de procriação, e saúde no Brasil e nas Américas, e pesquisa, redação e distribuição de relatórios e artigos para uso em workshops e seminários sobre direitos reprodutivos baseados em gênero e educação em saúde²⁶²

Considerando isto, nota-se que, apesar do notável e louvável consenso e empenho no debate para a promoção da igualdade de gênero na OEA, persiste na delegação brasileira sinais dessa desigualdade. Nestes termos, o referido debate não têm tido impacto direto na definição dos sujeitos autorizados a atuar na ordem do discurso no que tange ao gênero. Cabe considerar ainda que os anos de maior protagonismo de mulheres na produção dos enunciados brasileiros foram 2002, 2011 e 2015, os dois últimos coincidem com o período em que o posto de presidente também foi ocupado por uma mulher, Dilma Rousseff. Porém tal fato não nos fornece base para considerar um episódio como decorrência do outro, haja visto que não se concretizou enquanto uma política permanente, e nos outros anos da gestão de Rousseff (2012, 2013 e 2014) o quadro geral de desigualdade permaneceu.

²⁶² Ver documento: Solicitud De Participación Presentada Conforme Al Punto 6 De Las Directrices Para La Participación De Organizaciones De La Sociedad Civil En Las Actividades De La OEA [Cp/Res. 759 (1217/99)]

A observação do impacto de gênero nestes termos frustra as perspectivas de crescimento da participação feminina em esferas da política internacional. Uma pauta atrelada as discussões recentes de democratização da política externa, não parece ter vivenciado grandes avanços no caso brasileiro no âmbito da OEA neste período. Os fatores encontrados oriundos da composição do tecido social brasileiro possui também influência das instituições políticas responsáveis pela formulação da agenda internacional do Brasil, neste caso especificamente o MRE. A seguir, analisaremos a construção histórica da PEB e alguns elementos da instituição condutora da PEB, a fim de destacar os impactos da ação desta comunidade do discurso.

3. 2. A construção histórica da PEB (2)

O segundo fator de controle interno do discurso, referente à construção histórica da PEB, pauta-se no alinhamento do discurso com a identidade da política externa brasileira construída ao longo da história, independente do indivíduo e sujeito que o profere. É fundamental salientar que tal controle não opera de forma rígida e taxativa, o campo do discurso está sempre sujeito a derivação dos sentidos, ao efeito de produções discursivas outras e dos significados variantes. Entretanto, as instituições e as formações discursivas tendem a estabilizá-lo e compor o quadro do que será um permanente jogo de forças, entre enunciados que estarão em mesmo passo atrelados aos anteriores e constituindo novas possibilidades enunciativas. Não se pode aderir à concepção que não há rupturas discursivas, mas é preciso reconhecer os limites para que elas ocorram.

A trajetória da participação brasileira na OEA, mas não somente, estabelece pontos de partida para a construção dos enunciados neste contexto, visto que “pede-se que o autor preste contas da unidade de texto posta sob seu nome; pede-se-lhe que revele, ou ao menos sustente, o sentido oculto que os atravessa”²⁶³. Neste sentido, a interdição dar-se-á sobre o sujeito, pois não se pode fugir da materialidade das palavras atribuídas ao Estado brasileiro anteriores às proferidas hoje. Antes da enunciação já existe uma posição e um discurso esperados, que devem ser contemplados em mai-

²⁶³FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Loyola, São Paulo, Brasil, 1996. p. 27

or ou menor grau. Uma brusca mudança discursiva implicaria na perda de credibilidade do Brasil na ordem do discurso ou na formação de uma nova identidade que busca alcançar credibilidade, travando uma disputa no campo dos regimes de verdade.

Um exemplo neste sentido refere-se à reverberação da mudança de ênfase da política externa brasileira a partir de 2002, dada no sentido de valorizar e priorizar a cooperação regional, com países vizinhos. Tal período é reconhecido enquanto um momento de reformulação da agenda da política externa brasileira²⁶⁴, marcado por uma forte transformação discursiva que promoveu a mudança de termos, pautas, formas de linguagem e até mesmo idioma - considerando a maior utilização do espanhol para comunicação. As críticas dos partidos opositores direcionadas ao governo de então era que a diplomacia não correspondia à verdadeira identidade brasileira e não considerava os “reais interesses da nação”. Não representando a “voz do Brasil”, mas a voz de um partido político específico²⁶⁵.

Neste sentido, os críticos apontavam uma “ideologização” da política externa ou a “instrumentalização” para ganhos pessoais e político-partidários²⁶⁶. Ao formular esta crítica, a oposição buscava esvaziar os discursos da política externa enquanto uma política de Estado, associando a sua autoria ao corpo burocrático aos políticos, ou até mesmo indivíduos que o proferiam. Teria sido, segundo os críticos, adotada uma visão particular do Partido dos Trabalhadores (PT), algo que rompeu com o consenso anterior que instituía uma separação entre política de Estado e de governo²⁶⁷. O

²⁶⁴ LIMA, Maria Regina Soares de. **Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña**. *América Latina/Internacional*, v. 1, n. 2, p. 27-46, 1994.

²⁶⁵ Sintomático dessa crítica a orientação da PEB do período é a menção de uma nova diretriz, anunciada pelo Chanceler José Serra, em ocasião da emergência do governo Temer. “A diplomacia voltará a refletir de modo transparente e intransigente os legítimos valores da sociedade brasileira e os interesses de sua economia, a serviço do Brasil como um todo e não mais das conveniências e preferências ideológicas de um partido político e de seus aliados no exterior. A nossa política externa será regida pelos valores do Estado e da nação, não do governo e jamais de um partido. Essa nova política não romperá com as boas tradições do Itamaraty e da diplomacia brasileira, mas, ao contrário, as colocará em uso muito melhor. Medidas que, em outros momentos, possam ter servido ao interesse nacional, quero dizer, podem não ser mais compatíveis com as novas realidades do país e com as profundas transformações em curso no cenário internacional.” SERRA, José. Discurso do ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de estado das Relações Exteriores. Brasília, 18 de maio de 2016.

²⁶⁶ JAKOBSEN, Kjeld Aagaard. **Desventuras de alguns críticos da política externa do governo Lula**. *Revista Lua Nova*: São Paulo, n. 89. pp 275-295, 2013.

²⁶⁷ LAFER, Celso. “**Partidarização da política externa**”. *O Estado de S. Paulo*, 20/12.

Embaixador Rubens Ricupero, associou também a atuação do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva a um risco ao caráter “institucional” e “impessoal” da diplomacia brasileira, denunciando uma “diplomacia paralela” do PT²⁶⁸. O ex-ministro Luiz Felipe Lampreia alertou que a aproximação regional era uma influência do Foro de São Paulo²⁶⁹, politizando o debate sobre a ALCA que segundo sua crítica deveria ter sido feito de forma “mais pragmática”²⁷⁰.

Os críticos tratam a identidade brasileira do Estado como algo fixo, pré-construído e imutável, com base na discursividade anterior. Nestes termos a PEB seria pautada pela relação com os países do Norte, previsto na literatura como “alinhamento automático” aos Estados Unidos, ou relações que privilegiam os países desenvolvidos. Quando novas proposições surgem, tenta-se estabelecer novos caminhos enunciativos; entretanto, o risco é de perda de legitimidade do sujeito, até que se vença, em alguma medida, a disputa dos regimes de verdade. O ato político destes enunciados também atesta o funcionamento da ordem do discurso e a maneira de atuação do poder através dos enunciados.

A premissa deste tipo de discurso crítico considera grande diferença entre falar como “Estado” e como “Partido”. Parte do pressuposto que o Estado democrático de direito é a união de todos os interesses em uma única instituição, responsável por falar em nome de todos e todas, buscando bem-estar comum. Enquanto que o partido político é aquele solidificado em uma perspectiva de mundo, que não possui obrigação de corresponder ao interesse da nação como um todo, mas de representar seus partidários, correligionários e eleitores. Ao dizer que a política externa representa os interesses de um partido, ou de determinada elite política, ou até mesmo de um indivíduo (Lula ao invés de “Presidente da República”), ressalta-se como a diplomacia fugiu da supos-

²⁶⁸ RICUPERO, Rubens. **À sombra de Charles de Gaulle**: uma diplomacia carismática e intransferível. *Novos Estudos – Cebrap*, n. 87, pp. 35-58. 2010.

²⁶⁹ Foro de São Paulo é uma organização promovida pelo Partido dos Trabalhadores desde 1990. Organiza encontro anual em formato de seminário em que comparecem representantes e membros de partidos de esquerda e centro-esquerda de 26 países da América Latina, a qual participam mais de 100 partidos. Disponível em: <<http://forodesaopaulo.org/>> Acesso em 24 de maio de 2019.

²⁷⁰ LAMPREIA, L. F. **O Brasil e os ventos do mundo**: memórias de cinco décadas na cena internacional. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. s/p

ta “identidade verdadeira do Estado”, sendo agora o Estado corrompido e utilizado em benefício de uns em detrimento de outros²⁷¹.

No caso apresentado, a reverberação destes discursos, tanto da oposição, quanto da nova agenda que havia sido instituída na política externa brasileira, acabam por definir seus destinos na disputa do regime de verdade:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro²⁷²

Partindo dessa leitura de Foucault, percebe-se que conforme a sociedade civil aceita, reproduz ou se identifica com um destes discursos, a identidade nacional é consolidada ou modificada. Devemos considerar ainda que o desempenho da questão da integração na grande mídia brasileira é acompanhada de impasses. Os principais veículos de comunicação, tenderam a apresentar resistência a esta política, reverberando interesses de setores conservadores da elite nacional. Neste sentido podemos acrescentar a respeito do tema a percepção de Williams Gonçalves (2011), argumentando que “o fim do consenso desenvolvimentista que existiu até finais dos anos 1980, gerou uma corrente liberal cosmopolita com forte base na grande mídia, que atua sistematicamente objetivando desacreditar o projeto integracionista”²⁷³.

Esta breve digressão indica o que pode acontecer na Organização dos Estados Americanos caso a delegação brasileira surja com enunciados completamente distintos dos suscitados anteriormente. Prevê-se que a presença contínua do Ministério de Relações Exteriores - Itamaraty na delegação brasileira garante a estabilidade das produções discursivas brasileiras no tocante à condução de sua política externa, dado que estes sujeitos, nessa instituição, são forjados por uma determinada construção do

²⁷¹ Há um debate na literatura que mobiliza o conceito de política externa como política pública no caso brasileiro, para maiores detalhes consultar MILANI, Carlos R. S. and PINHEIRO, Leticia. **Política externa brasileira**: os desafios de sua caracterização como política pública. Contexto Internacional. 2013, vol.35, n.1, pp.11-41.

²⁷² FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p. 12.

²⁷³ GONÇALVES, Williams. **A Inserção do Brasil na América do Sul**. OIKOS, Rio de Janeiro, vol 10, n. 2. 2011. p.148

discurso e percepção do Estado Brasileiro; assim, uma certa continuidade é favorecida. Tal continuidade é atribuída a diversos fatores na estrutura burocrática do Itamaraty. Segundo Daniel Ricardo Castelan, há uma cultura organizacional que foi “construída em torno de legados dos grandes patronos da diplomacia, responsáveis por fundar uma tradição que se transmite ao longo das gerações”²⁷⁴. A construção desses patronos/mitos os solidificam enquanto referências na reprodução dos enunciados sobre política externa, Zairo Borges Cheibub atenta para o peso da figura de Barão do Rio Branco²⁷⁵ na instituição, por exemplo.

Observa-se, a partir das pesquisas de Maria Regina Soares de Lima²⁷⁶ que a estrutura do Itamaraty se assemelha ao *civil service* estadunidense, comparável ainda a carreira de militares baseada em progressão e valorização de trajetória e controle sobre o recrutamento. Nesta comparação com o civil service nossa diplomacia apresentaria uma conformação Para a autora, “tais recursos institucionais deram a seus membros uma forte identidade organizacional”, fatores que ela percebe como “capazes de desenvolver uma perspectiva estratégica, no sentido de focalizar a longo prazo, servindo antes aos interesses nacionais e de natureza mais permanente do que aos interesses eventuais de governos específicos”²⁷⁷. De modo geral, isto seria algo que a partir de uma perspectiva foucaultiana poderia ser aproximado das comunidades do discurso. Convergimos com esta leitura em relação à criação da identidade organizacional, mas não necessariamente a respeito da garantia que tal cenário favoreça a “defesa dos interesses nacionais” de forma democrática. Haja visto que estes interesses são construídos, pelo tecido social em sua complexidade de atores e níveis, mas nem sempre absorvidos na conformação do Ministério de Relações Exteriores. Dadas as limitações de tempo para desenvolvimento de presente estudo, caberia, em outra oport-

²⁷⁴ CASTELAN, Daniel Ricardo. **A Implementação do Consenso: Itamaraty, Ministério da Fazenda e a Liberalização Brasileira.** Revista Contexto Internacional. vol. 32, n. 2, julho/dezembro 2010. p. 568

²⁷⁵ CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica.** Dados, v. 28, n. 1, p. 113-131, 1985.

²⁷⁶ LIMA, Maria Regina Soares de. **Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña.** America Latina/Internacional, v. 1, n. 2, p. 27-46, 1994.

²⁷⁷ LIMA, Maria Regina Soares de. **Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña.** América Latina/Internacional, v. 1, n. 2, p. 27-46, 1994. p. 33. Tradução nossa.

tunidade a necessidade de explorar a construção dos sentidos destes ditos “verdadeiros interesses nacionais”, para melhor compreensão.

Não podemos, dada nossa abordagem atenta às relações de saber-poder, deixar de destacar que todo o corpo diplomático do Itamaraty passa por um processo de formação acadêmica, no Instituto Rio Branco (IRB), o que segundo Cheibub garante a existência de uma homogeneidade dos quadros, coesão e “espírito de corpo”. Isto condiciona todos os indivíduos ao processo disciplinar, os alinhando aos enunciados estabilizados no interior da Instituição. Ele ressalta ainda que a especialização dentro do IRB em determinados assuntos era pré-requisito subliminar para a promoção a alguns cargos, o que favorecia a reprodução e manutenção de determinados conceitos e concepções de políticas públicas em alguns grupos. Ainda segundo o autor, as novas formulações condicionadas pelas idéias vigentes²⁷⁸, diminuindo as chances da implementação de agendas completamente inéditas.

Vimos que a necessidade de corresponder ao discurso anterior, ou seja, à identidade já formulada pelos discursos anteriormente proferidos, interdita internamente a delegação brasileira. Por outro lado, a interdição externa ocorreu na ação da OEA que é dotada de estruturas de expressão e códigos aceitos e esperados nos discursos que circulam neste espaço, algo que será explorado no capítulo dedicado a análise específica das temáticas incluídas no discurso brasileiro.

Como observou-se nesta seção, o discurso da delegação brasileira é perpassado por uma série de aspectos que o condicionam e ajudam a explicar as possibilidades de emergência de sentido que são constituídos no âmbito da OEA. A seguir a discussão de temáticas específicas desempenhas no discurso brasileiro será efetuada, localizada na trajetória aqui formulação da construção histórica da PEB, somada ainda aos significados da trajetória da organização identificada no primeiro capítulo deste presente trabalho.

²⁷⁸ CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia e construção institucional**: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. Dados, v. 28, n. 1, p. 113-131, 1985. p. 129

CAPÍTULO 4 - O discurso do Brasil na OEA: O que é dito?

Neste capítulo discutiremos temáticas próprias a partir das atas das reuniões ordinárias da OEA, no período de 2000 a 2016. No sentido de abordar as rupturas e permanências de forma exploratória, executaremos uma análise acerca da associação da agenda de democracia, paz regional e integração na primeira seção. Perseguindo ainda a narrativa da democracia a segunda seção contará com uma análise do evento de contestação do regime democrático brasileiro por parte da delegação da Nicarágua, a respeito do Impeachment de Dilma Rousseff. Por fim, analisa-se a permanência discursiva da pauta das Ilhas Malvinas, identificada enquanto protagonista do discurso brasileiro.

4. 1. DEMOCRACIA, PAZ REGIONAL E INTEGRAÇÃO

Nesta seção discutiremos democracia, paz regional e integração no intuito de ver como tais questões foram desenvolvidas no período. Com o objetivo de traçar a materialidade da repetição dos enunciados do discurso brasileiro, haja visto que a democracia não foi historicamente a grande bandeira de nossa política externa cabe abordar a seguinte questão: como explicar a presença massiva do discurso democrático no âmbito da OEA? Esta pergunta é a que buscamos responder nesta seção, dada a impossibilidade de ignorar a regularidade e a especificidade com que o dito regime político é invocado pela delegação brasileira neste foro.

Michel Foucault dedicou uma parte significativa de sua obra ao estudo da produção e consolidação dos saberes, advogando que todo poder é calcado pelo saber, e todo saber é uma prática discursiva que busca instituir-se no regime de verdade. Para o autor francês,

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico; [...] um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; [...] um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; [...] finalmente, um saber se define

A relação entre saber, discurso e poder é não somente necessária, como também condicionante para o autor. Pois “o poder produz saber [...], não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”²⁸⁰. Sob esta perspectiva foucaultiana, é possível fornecer uma análise que insira a “teoria da paz democrática” na história da constituição da política externa norte-americana e do discurso da OEA.

A teoria da paz democrática, como mencionado anteriormente, possui seu marco teórico no trabalho de Doyle. Entretanto, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por uma série de outras publicações acerca da temática²⁸¹, influenciadas em maior ou menor grau pelo autor. Não coincidentemente, Mónica Salomón, em artigo aponta como neste período foi formulada a “Doutrina Clinton”, justamente ancorada nessa linha de trabalhos.

A autora Mónica Salomón, destaca que há uma ampla variação de abordagens das teorias da paz democrática. Nesta ótica podemos considerar aquelas que afirmam tendência a um comportamento mais pacífico dos países que adotam o regime²⁸² ou aquelas que afirmam que democracias nunca, ou quase nunca, entram em guerra com outra democracia, esta última predominante na academia atualmente, segundo a autora. No tocante à segunda abordagem, temos ainda os estudos que priorizam as justificativas institucionalistas (estrutural-institucional) que garantem a relação causal paz e democracia atrelando ao possível efeito desmotivador dos controles democráticos,

²⁷⁹ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p.220

²⁸⁰ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p.30

²⁸¹ International Security, Journal of Peace Research, Journal of Conflict Resolution, European Journal of International Relations. International Studies Quarterly, American Political Science Review, Reviews of International Studies, Millennium, entre outras (SALOMÓN, Mónica. El Debate Sobre La Paz Democrática: una Aproximación crítica Revista de Estudios Políticos Nueva Época. N 113. Julho-setembro. 2001)

²⁸² Payne, Rousseau, Kant, Wilson, Angell e Schumpeter, segundo Mónica Salomón (SALOMÓN, Mónica. **El Debate Sobre La Paz Democrática**: una Aproximación crítica Revista de Estudios Políticos Nueva Época. N 113. Julho-setembro. 2001. p. 238)

eleitorais e burocráticos nos chefes do executivo²⁸³. Além destes há os estudos normativistas-culturais pautados na ideia de que as democracias tendem a adotar as mesmas prerrogativas de sua política doméstica na política externa, buscando meios pacíficos de solucionar as diferenças com outros Estados²⁸⁴.

Apesar da diferença relativa na concepção de “democracia”, é possível formular uma ideia geral do que estes trabalhos compreendem pelo dito regime político, todas fortemente atreladas ao liberalismo: “Estados com alguma forma de democracia representativa, uma economia de mercado baseado em direitos de propriedade privada e proteção constitucional de direitos civis e políticos”²⁸⁵. O *Correlates of War*²⁸⁶ ao definir parte da ausência da guerra, definindo “guerra” como o choque armado entre dois combatentes, sendo um deles um governo, contabilizando a morte de no mínimo mil vítimas, sendo cem soldados no campo de batalha²⁸⁷.

O fundamento desses estudos tinha em comum, além das conceituações chave de guerra e democracia, a metodologia composta por um “uso exagerado de métodos quantitativos”²⁸⁸ com utilização de métodos matemáticos, tabelas de regressão e bases estatísticas. A utilização demasiada levou a comunidade acadêmica crítica a qualificar a relação entre paz e democracia como espúria, a metodologia forçada e pouco explicativa, além de despertar estranheza o tamanho esforço empreendido por alguns para

283 MAOZ, Zeev. RUSSETT, Bruce. **Normative and Structural Causes of Democratic Peace**, 1946-1986. *American Political Science Review*, 1993. p. 626. SIVERSON, Randolph. **Democracies and War Participation**. *In* Defense of the Institutional Constraints Argument, *European Journal of International Relations*, 1995, p. 483.

284 RUSSETT, Bruce: **Grasping the Democratic Peace**. Principles for a Post-Cold War World, Princeton University Press, Princeton, 1995, p. 40. RISSE-KAPPEN, Thomas. **Democratic Peace - War like Democracies?** A Social Constructivist Interpretation of the Liberal Argument, *European Journal of International Relations*, 1995. n.p

285 DOYLE, Michael. **Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs**. *Philosophy and Public Affairs*. 1983. s/p

286 *Correlates of War* disponível em: <<http://www.correlatesofwar.org/>> Acesso em 8 de janeiro de 2019.

287 SALOMÓN, Mónica. **El Debate Sobre La Paz Democrática**: una Aproximación crítica *Revista de Estudios Políticos Nueva Época*. N 113. Julho-setembro. 2001.

288 SALOMÓN, Mónica. **El Debate Sobre La Paz Democrática**: una Aproximación crítica *Revista de Estudios Políticos Nueva Época*. N 113. Julho-setembro. 2001. p.261

a utilização da matemática no campo da Ciência Política²⁸⁹ em assuntos que poderiam ser tratados por abordagens históricas, por exemplo. Outro ponto observado é o caráter universalizador da teoria, visto que nenhum dos teóricos apresentados reconheceu que poderiam haver especificidades acerca sua aplicação. Também não houve reconhecimento da possibilidade de maior ou menor capacidade de análise segundo o período histórico, a região geográfica ou contextos culturais. Buscou-se firmar uma teoria que atestasse a qualidade e superioridade da democracia liberal como regime político universalmente, com tamanho caráter fatalista que não é estranho a relação atribuída posteriormente destes trabalhos com a obra de Francis Fukuyama, o “Fim da História”²⁹⁰.

A teoria, longe de ser descolada do contexto político, como todo saber, possui intenções e beneficiados políticos claros, bem como *locus* geográfico determinado, visto que seus maiores representantes são estadunidenses ou cidadãos de países localizados ao norte do globo terrestre. Como aventado em capítulo anterior na história da política externa norte-americana vimos Clinton, em seu pronunciamento “*Confronting the Challenges of a Broader World*”, destacando que a estratégia de ampliação democrática serve aos interesses dos Estados Unidos porque “as democracias raramente fazem guerra entre si”²⁹¹. Não apenas consolidando instituições e políticas públicas baseadas na mesma, como utilizando-se dos mesmos enunciados por ela invocados,

²⁸⁹ El barniz “científico” de la tesis de la paz democrática se lo han dado, sobre todo, los análisis de regresión múltiple y las bases estadísticas que manejan sus defensores. Sin embargo, es poco lo que hay más allá de toda esa parafernalia matemática. Esto muestra que los métodos formales pueden ser excelentes auxiliares de la investigación, pero no son, por sí solos, una buena base para crear una teoría. En gran medida, la tesis de la paz democrática (o al menos sus versiones más difundidas) partió de una observación empírica que anteriormente había sido descartada por poco significativa. Fue el entusiasmo liberal lo que le dio un significado a una correlación probablemente espuria. (SALOMÓN, Mónica. **El Debate Sobre La Paz Democrática**: una Aproximación crítica Revista de Estudios Políticos Nueva Época. N 113. Julho-setembro. 2001. p. 261)

²⁹⁰ “La relación empírica entre democracia y paz está bien establecida y no necesita ser desarrollada aquí. Michael Doyle ha demostrado que, en los aproximadamente 200 años en que han existido democracias liberales modernas, no hay un sólo ejemplo de que una haya ido a la guerra con otra. De ello concluyó que todas las democracias tendrán cierto interés en preservar y expandir la esfera de la práctica democrática, aunque recomendó prudencia para hacerlo” (FUKUYAMA, 1992, p.16 apud SALOMÓN, 2001, p. 253).

²⁹¹ CLINTON, Willian. *Confronting the Challenges of a Broader World*, Dispatch, 4. US Department of State, Bureau of Public Affairs. 1993. p. 3 apud SALOMÓN, Monica. **El Debate Sobre La Paz Democrática**: una Aproximación crítica Revista de Estudios Políticos Nueva Época. n 113. Julho-setembro. 2001. p. 255

provando a sua materialidade repetível e sua reverberação para além dos ambientes acadêmicos:

A tese da paz democrática tem um corolário político claro: que a melhor maneira de manter uma ordem internacional na qual reina a paz e a cooperação é promover a democratização dos Estados. A dimensão prescritiva da tese (bem como os destinatários das prescrições) também é evidente no fato de que em várias das publicações de seus defensores mais proeminentes, as recomendações são incluídas para as autoridades dos EUA²⁹²

As críticas ao uso de dados e métodos quantitativos são diversas. Dentre elas, a codificação de democracia e de guerra que limita a compreensão dos fenômenos, além da crítica à maneira de seleção incluir ou excluir de forma arbitrária casos “duvidosos”. Também é vista como não é capaz de mensurar o grau de violência e responder se democracias são mais ou menos violentas que não-democracias. Além do fato que outros estudos mostram que democracias jovens vão mais à guerra do que não-democracias²⁹³.

Cabe aqui lançar um olhar ancorado nas percepções de Foucault sobre os caminhos históricos, políticos e metodológicos traçados pela teoria da paz democrática. Considerando que “verdade não é descoberta pela razão, mas sim inventada por ela”, encontramos possibilidades elucidativas a respeito da escolha pela forma matemática. Tal escolha é relacionada ao intento de comprovar a superioridade da “democracia liberal” para além de argumentos políticos passíveis de debate e com ela busca-se no campo do saber “incontestável” e “racional” matemático a garantia de verdade. O caráter universalizador buscou eliminar as especificidades históricas, sociais e econômicas, tornando possível não qualquer democratização do mundo, mas um tipo de democratização específica, estadunidense, atrelada às diretrizes do Banco Mundial, do FMI e da OMC. Isto significou ganhos incalculáveis para os Estados Unidos, visto

²⁹² *La tesis de la paz democrática tiene un corolario político claro: el de que la mejor manera de mantener un orden internacional en el que reine la paz y la cooperación es promover la democratización de los Estados. La dimensión prescriptiva de la tesis (así como los destinatarios de las prescripciones) es patente, además, en el hecho de que en varias de las publicaciones de sus defensores más prominentes se incluyen recomendaciones a las instancias de poder estadounidenses.* SALOMÓN, Mónica. El Debate Sobre La Paz Democrática: una Aproximación crítica Revista de Estudios Políticos Nueva Época. N 113. Julho-setembro. 2001.p. 253. Tradução nossa.

²⁹³ SALOMÓN, Mónica. **El Debate Sobre La Paz Democrática**: una Aproximación crítica Revista de Estudios Políticos Nueva Época. N 113. Julho-setembro. 2001.p. 253.

que a democratização foi traduzida em uma escalada de abertura de mercados em um contexto pós-Guerra Fria²⁹⁴.

A teoria da paz democrática e a defesa acadêmica da democracia liberal como um todo foi um dos saberes em circulação que permitiu que a década de 1990, no que se refere ao fluxo de capitais e investimentos internacionais, fosse marcada pelo crescimento de fusões e aquisições de empresas²⁹⁵, em muito devido à abertura de mercados possibilitada pela estrutura institucional adotada por essas novas democracias. Neste processo, a liderança norte-americana, seja na atuação de empresas ou bancos, modificou o *ranking* das 1.000 maiores empresas da *Fortune* na época. Em 1997, por exemplo as 40 maiores fusões nos Estados Unidos somaram US\$ 398 bilhões. O que, considerando o período anterior, representou “oportunidades extraordinárias para as grandes corporações consolidarem a reestruturação produtiva e gerencial iniciada nos anos 80”²⁹⁶.

A América Latina foi um dos destinos desse capital estadunidense. No caso brasileiro, as reformas estruturais na economia, capitaneadas pelo Estado “como privatização e liberalização do tratamento ao capital estrangeiro ampliaram o campo para esses processos de fusões e aquisições”²⁹⁷. Durante os anos de 1993 e 1996 predominou no Brasil a fusão e aquisição do setor de alimentos e bebidas; entretanto, em 1996 e 1997, setores estratégicos como o setor financeiro, telecomunicações, energia elétrica, autopeças e eletroeletrônico foram visados pelo capital estrangeiro. Das transações brasileiras do período, um total de 633, 64,1% significam aquisições de empresas-alvo por empresas estrangeiras, destas 27,3% norte-americanas, além das aquisições

²⁹⁴ SANTOS, Marcelo. O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria. São Paulo: Annablume, 2007. pp. 254.

²⁹⁵ MIRANDA, José Carlos; MARTINS, Luciano. **Fusões e aquisições de empresas no Brasil**. Economia e Sociedade, v. 9, n. 1, p. 67-88, jan. 2016.

²⁹⁶ MIRANDA, José Carlos; MARTINS, Luciano. **Fusões e aquisições de empresas no Brasil**. Economia e Sociedade, v. 9, n. 1, p. 67-88, jan. 2016.

²⁹⁷ MIRANDA, José Carlos; MARTINS, Luciano. **Fusões e aquisições de empresas no Brasil**. Economia e Sociedade, v. 9, n. 1, p. 67-88, jan. 2016. p. 69.

feitas por associações e consórcios com empresas brasileiras das quais 12,7% também foram norte-americanas²⁹⁸

Diante do exposto, se por um lado a teoria serviu para respaldar expansões econômicas, por outro lado, o debate criado pela teoria da paz democrática fomentou uma crescente de estudos sobre paz e democracia. Após a acusação dos críticos, que a democracia liberal não era fator significativo e de suficiente caráter explicativo para a manutenção e construção da paz, foi necessário responder: o que construiria a paz no sistema internacional? Outras teorias passaram a surgir, como “comunidade de segurança”, cuja os teóricos advogam que, para além do fator democracia, é necessário: compartilhamento de valores políticos, capacidade de responder a demandas de forma rápida e sem violência e alto grau de previsibilidade mútua dos aspectos relevantes do comportamento político²⁹⁹. Para além destas novas necessidades, trabalham com conceituações múltiplas de democracia, não considerando apenas a liberal. Em outros trabalhos, não a democracia, mas a homogeneidade política e cultural passaram a ser fatores determinantes, como nos estudos de Karen Remmer³⁰⁰ sobre o Mercosul.³⁰¹

Resta indagar como, a despeito de tantas fragilidades teóricas e direcionamentos políticos claros, a teoria da paz democrática foi capaz de formular e reger políticas públicas. Sob a perspectiva adotada neste trabalho, pode-se observar a forma que, mesmo sem comprovar a efetividade da relação entre paz e democracia, a reverberação na ordem do discurso foi suficiente para conferi-la relativa efetividade. A academia e o corpo político estadunidenses não apenas são dotados de credibilidade, como possuem meios materiais que garantem vantagens na disputa dos regimes de verdade. A materialidade de seu poderio econômico e militar, capilaridade nas mais diversas instituições, sejam elas empresas ou organismos multilaterais, garantem que seus

²⁹⁸ MIRANDA, José Carlos; MARTINS, Luciano. **Fusões e aquisições de empresas no Brasil**. Economia e Sociedade, v. 9, n. 1, p. 67-88, jan. 2016.

²⁹⁹ DEUTSCH, KARL. **Political Community and the North Atlantic Area**. Princeton University Press, Princeton, 1957. DEUTSCH, KARL: **The Analysis of International Relations**. Prentice Hall, Nueva Jersey, 1988. s/p

³⁰⁰ REMMER, Karen L. **Does Democracy Promote Interstate Cooperation?** Lessons From the Mercosur Region, 'International Studies Quarterly, Vol. 42. 1988. s/p

³⁰¹ SALOMÓN, Mónica. **El Debate Sobre La Paz Democrática: una Aproximación crítica** Revista de Estudios Políticos Nueva Época. N 113. Julho-setembro. 2001.p. 253.

enunciados sejam ouvidos e reverberados. Pensando em termos de formação discursiva, a concepção de democracia liberal norte-americana, com a tríade livre-mercado - propriedade privada - sistema representativo, foi bem sucedida em consolidar-se enquanto referencial dos enunciados “democracia”.

Esse regime de verdade, pelo qual os homens estão vinculados a se manifestar eles próprios com objeto da verdade, está vinculado a regimes políticos, jurídicos etc. Em outras palavras, a ideia seria de que do político ao epistemológico, a relação a estabelecer não deve sê-lo em termos de ideologia, não deve sê-lo tampouco em termos de utilidade. Ela não deve se fazer através de noções como a de lei, de interdito, de repressão, mas em termos de regime, de regimes de verdade articulados com regimes jurídicos-políticos³⁰²

No que tange à ordem do discurso da Organização dos Estados Americanos, a teoria da paz democrática operou como em somatório à retórica existente desde os primórdios da instituição. Isto atesta a reprodução indefinida dos enunciados democráticos na política externa norte-americana, contribuindo para a solidificação desta pauta na OEA. Vemos no discurso brasileiro a associação das duas agendas, segurança e democracia, com uma frequência significativa. Rafael Duarte Villa afirma que a aceitação da democracia como valor universal, no corpo diplomático, contribuiu para a associação da mesma com integração regional e desenvolvimento³⁰³, o que gerou uma convergência entre o setores autonomista e pragmático do Itamaraty.

Entretanto, argumentamos que a ação discursiva brasileira, ao evocar a associação paz e democracia, tanto solidifica a relação existente, quanto cria enunciados novos. Aplica-se para tal compreensão o princípio do comentário e considera-se que “a repetição indefinida dos comentários é trabalhada do interior pelo sonho de uma repetição disfarçada”³⁰⁴. A delegação do governo brasileiro, como as teorias de Remmer e Deutsch supracitadas, insere a integração regional na abordagem de segurança. Utiliza integração como sinônimo de compartilhamento de valores políticos e homogeneidade política e cultural na região. Com isto, o Brasil foi capaz de operar a defesa

³⁰² FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.p. 93

³⁰³ VILLA, R. D. **Brasil: Política externa e agenda democrática na América do Sul**. Trabalho apresentado no 4º Encontro Nacional da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política. Área: Relações Internacionais. Painel: Política Externa Brasileira. 21-24 de julho de 2004 – PUC – Rio de Janeiro.

³⁰⁴ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 25

de uma seguridade distinta ao ligá-la a “um lugar de memória”³⁰⁵, enquanto cria uma memória para o futuro.

Neste sentido, a mobilização e construção de uma agenda democrática é observada em frequente associação aos mais variados objetivos e propósitos das políticas públicas construídas pelo governo brasileiro. Este é um discurso que opera em rede: “O caminho é complexo, mas isso não nos impediu de chegar até aqui com significativos níveis de integração regional. E a história recente nos mostra que se a democracia fortalece a integração, a integração também, por sua vez, fortalece a democracia”³⁰⁶. É possível notar que ao mesmo tempo em que a democracia é articulada como estrutura das decisões e forma ideal da tomada de decisão dos processos políticos - meio -, ela é convocada enquanto acontecimento e objetivo específico a ser atingido - fim. A seguir, destacam-se alguns excertos dos discursos brasileiros com o propósito de demonstrar a mobilização de tais noções nas formações discursivas:

É reconhecido que os países da região têm atuado para fortalecer as instituições democráticas, nossa cultura política valoriza as liberdades públicas, o equilíbrio de poderes e o respeito aos direitos humanos. No Brasil são indiscutíveis os avanços alcançados, em particular no terreno da adoção de legislações específicas, cabendo menção especial ao Plano Nacional de Direitos Humanos. Ressalte-se que qualquer **exercício sobre democracia e direitos humanos e sobre a proteção do homem em geral poderá ser substancialmente enriquecido se contemplada adequadamente a questão do direito ao desenvolvimento**. Por outro lado, é importante um amplo debate a respeito daqueles aspectos da globalização financeira e econômica que incidem adversamente sobre indivíduos, sua segurança e bem-estar, sobretudo nos países em desenvolvimento. **Tampouco deve ser negligenciada a questão do racismo e de toda forma de discriminação e de intolerância racial e correlata nas discussões sobre democracia**, direitos humanos e a proteção do homem em geral. Foi pensando nisso que o Brasil decidiu submeter à consideração desta Assembleia a ideia de um projeto de convenção interamericana específica sobre este assunto. O Brasil atribui a maior importância ao sistema interamericano de direitos humanos e, por isso, acolhe com satisfação iniciativas recentes nas esferas regional e nacional que apontam na direção de seu fortalecimento.”³⁰⁷

³⁰⁵ “um lugar de memória: um dispositivo discursivo que organiza, para qualquer sujeito enunciador que toma a fala em seu interior, tanto a lembrança, a repetição e o encaixamento argumentado do que convém dizer quanto ao esquecimento do que convém calar” (COURTINE, Jean Jacques. **Discursos sólidos, discursos líquidos**: a mutação das discursividades contemporâneas. In SARGENTINI, Vanice. GREGOLIN, Maria do Rosário. *Análise do discurso: heranças, discursos e objetos*. São Carlos: Claraluz, 2008. p.13)

³⁰⁶ BRASIL, Ata da Reunião Ordinária da OEA, 2010, p. 47

³⁰⁷ BRASIL, Ata da Reunião Ordinária da OEA, 2000, p. 59 Grifo nosso

Tal articulação discursiva brasileira opera na concepção de integração regional na medida em que nota-se a aproximação dos elementos em diversos enunciados, colocando a integração e a democracia no mesmo lado dos objetivos políticos estratégicos. Em elogio ao Chanceler boliviano, por ocasião da realização da assembleia anual de 2002, a delegação brasileira enuncia: “Nós sempre o admiramos no Brasil pelo seu apego aos ideais da democracia, mas sobretudo em respeito ao que falou aqui o Chanceler da Bolívia, sua profunda visão de futuro da necessidade da integração sul-americana e da nossa região, da qual ele foi um grande paladino”³⁰⁸.

Esta utilização da democracia, enquanto valor comum, opera unificando pautas e interesses no discurso referente aos países latino-americanos, inserida na organização; porém, mobiliza também o campo de memória de luta recente em prol de regimes democráticos, dado o fato histórico de implementação de regimes ditatoriais na região no decorrer dos anos 1960, 1970 e 1980, quando afirma que “a democracia tem sido um tema constante na agenda hemisférica”³⁰⁹ e que “essa preocupação ganhou ímpeto com a redemocratização da América Latina e com a consolidação das instituições democráticas na região”³¹⁰. O discurso brasileiro evidencia uma história e um processo político comuns, aos quais confere chave positiva. Em outros momentos, quando ressalta a paz e a segurança “como pressupostos a democracia e o desenvolvimento econômico com justiça social”³¹¹, resgata as dificuldades regionais compartilhadas com a pobreza extrema, a desigualdade e a má distribuição de recursos econômicos, naturais e humanos. Novamente, a democracia é apresentada como solução: “na América Latina, segmentos historicamente excluídos dos processos políticos encontram, pela via democrática, uma forma legítima e eficaz de fazer valer seus interesses, suas demandas e seus valores”³¹². Em outra ocasião o Brasil reforça a similitude somando a pauta das desigualdades sociais:

³⁰⁸ BRASIL, Ata da Reunião Ordinária da OEA, 2002, p. 215

³⁰⁹ BRASIL, Ata da Reunião Ordinária da OEA, 2000. p. 59

³¹⁰ BRASIL, Ata da Reunião Ordinária da OEA, 2000. p. 59

³¹¹ BRASIL, Ata da Reunião Ordinária da OEA, 2010. p. 45

³¹² BRASIL, Ata da Reunião Ordinária da OEA, 2010. p. 45

Os países da América Latina e do Caribe têm sido uníssonos na defesa de uma ordem internacional mais democrática que reflita a diversidade de perspectivas e na qual os países em desenvolvimento tenham maior participação nos processos decisórios. Podemos e devemos dar o exemplo de nosso compromisso em transformar nossa região em um modelo de luta contra as desigualdades sociais.³¹³

Retornando às questões de paz, a mesma tendência é evidenciada na temática securitária quando o corpo diplomático brasileiro opera duplo movimento. Primeiro de ampliação dos problemas de segurança para além das problemáticas tradicionais da guerra/paz, armamento e políticas militares, o que confere centralidade a aspectos sociais como violência racial e étnica, além de trazer para a agenda o cerceamento de liberdades individuais. Por esta lógica o Brasil pondera na OEA que “é fundamental que as ameaças à segurança sejam enfrentadas assegurando-se respeito pleno aos valores compartilhados que estão na base do sistema interamericano: a democracia, a diversidade, a tolerância, os direitos humanos, o repúdio ao racismo e à xenofobia, o respeito às liberdades individuais e ao valor intrínseco da vida humana”³¹⁴. Para em seguida afirmar o antídoto de um sistema e uma concepção política democrática: “sem isso, nossa luta perderá legitimidade. Não há melhor antídoto para a violência do que a democracia.”³¹⁵

Ainda na temática da segurança, a experiência sul-americana e as atuações específicas de determinadas instituições da conformação regional são referidas e valorizadas: “distante dos principais eixos de tensão mundial, livre de armas nucleares e com baixos índices de despesas militares, os países sul-americanos conduzem um bem sucedido processo de integração regional, impulsionado pelo MERCOSUL e pela Comunidade Andina”³¹⁶, atrelada a uma concepção de “identidade”: “América do Sul, continente no qual se insere geograficamente o Brasil, possui identidade estratégica própria”³¹⁷. As ditas condições de fragilidade, como ausência de armas nucleares e baixos índices de gastos com armamentos, que outrora foram considerados como

³¹³ BRASIL, Ata da Reunião Ordinária da OEA, 2015, p. 50. Grifo nosso.

³¹⁴ BRASIL, Ata da Reunião Ordinária da OEA, 2002, p. 40

³¹⁵ BRASIL, Ata da Reunião Ordinária da OEA, 2002, p. 40

³¹⁶ BRASIL, Ata da Reunião Ordinária da OEA, 2002, p. 38

³¹⁷ BRASIL, Ata da Reunião Ordinária da OEA, 2002, p. 38

sinais de baixa seguridade, passam a ser revertidos como propulsores positivos e condicionantes de “uma zona de paz, onde a cooperação e a busca conjunta da estabilidade e da prosperidade levem à superação definitiva de rivalidades do passado, criando uma teia irreversível de interesses e oportunidades”³¹⁸.

O reforço das características de similitude são exaustivamente convocadas nos enunciados para apoiar essa identidade estratégica. Quando não o fazem pela retomada da história através do mecanismo da memória discursiva, pela referência às instituições atuantes dentro de outros organismos multilaterais destinados à integração, o fazem pela valorização de fragilidades mútuas. Neste ponto, observa-se a constituição das identidades calcadas em uma ressignificação do que outrora eram signos de negatividade para os países sul-americanos. Por este ângulo, há uma desestabilização na retomada do discurso e sua memória.

A noção de memória discursiva (PÊCHEUX, 1999) é muito importante para pensarmos a questão da **produção de identidades**. Como não existe enunciado que apareça pela primeira vez, o processo de produção de identidade decorre do fato de cada enunciado colocar em cena o sujeito, por ele significado, [...] a memória do dizer. Essa possibilidade que a memória tem de emergir em determinados momentos caracteriza a descontinuidade entre o discurso e a história. A identidade vai, pois, sendo construída a partir da memória que emerge em determinados momentos, sempre lembrando que em cada emergência há a produção de um novo sentido, nunca o mesmo.³¹⁹

Em consorcio a esses aspectos relacionados a memória discursiva, a delegação brasileira evoca-se, em reforço a esta identidade, a noção de uma “circunstância geográfica de uma mesma vizinhança [que] leva-nos a trabalhar em torno de uma agenda comum de temas, oportunidades e preocupações”³²⁰. A utilização contínua do discurso de paz e a ênfase dada ao anseio de que “Buscamos consolidar na América do Sul uma zona de paz”³²¹, remetem ao esforço enunciativo estudado por Waever na Escola

³¹⁸ BRASIL, Ata da Reunião Ordinária da OEA, 2002, p. 38

³¹⁹ NAVARRO, Pedro. **O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História**. In SARGENTINI, Vanice. NAVARRO, P. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Editora Claraluz, 2004. p.121. Grifo nosso.

³²⁰ BRASIL, Ata da Reunião Ordinária da OEA, 2002. p. 38

³²¹ BRASIL, Ata da Reunião Ordinária da OEA, 2002. p. 38

de Copenhague sobre securitização e *speech act*³²², bem como a inserção de novas agendas corroboram a tese da mesma perspectiva que presenciamos uma redefinição do conceito de segurança.

Tal construção enunciativa de paz, segurança e políticas públicas alude a teoria de Lupovici. Segundo este autor o processo de pacificação de uma região exige a criação de valores intersubjetivos e compartilhados, arraigada a condições sociais e históricas, algo que converge com a conceituação de “identidade estratégica” comum proferida pela delegação brasileira neste contexto. A formulação pautada na ideia de paz enquanto construção social, sugere ainda que este conceito pode ser mobilizado em prol de políticas que a principio são desconectadas dela, como, por exemplo, na associação entre integração e a paz da região³²³.

Sugiro que a pacificação é um processo de enquadrar uma questão relacionada à “paz” para justificar a tomada de certas medidas. O sucesso da pacificação ocorre quando o público-alvo aceita o enquadramento da paz e apóia a política resultante. Em outras palavras, a apresentação de uma questão como relacionada à paz é uma tentativa de pacificação, enquanto o sucesso da pacificação requer a criação de um entendimento intersubjetivo entre o enunciador e o público sobre o status dessa questão. Diferentes tipos de atores podem servir como enunciadores. Eles podem ser políticos, mas também jornalistas ou ativistas da paz e sociais. O público também pode ser variado. A pacificação pode atingir todo o público em um determinado país, ou um grupo dentro de um país (cidadãos de uma cidade ou região, um grupo étnico, uma tribo ou uma elite / burocrata de tomada de decisão específica). Além disso, a pacificação pode ter como

³²² WÆVER, Ole. Security. **The Speech Act**. Analyzing the Politics of a Word. Working Paper COPRI, n 19. 1989.

³²³"As I will discuss further below, pacification may be attempted in three different phases through which enunciators may use the peace-related frame: framing the preconditions for achieving peace ; framing an agreement as a peace treaty ; and framing issues as enhancing a state of peace . I assert that while the framing of peace may be used in all these phases to advance peace, it may also be used to promote policies that are not related to peace at all. Therefore, while at times pacification may help to promote or enhance peace or alternatively have no effect on the chances of achieving peace, at other times it may burden a peace process." (LUPOVICI, Amir. **Pacification**: Toward a Theory of the Social Construction of Peace. *International Studies Review*, 15(2). 2013. p.210)

público-alvo internacional, por exemplo, cidadãos ou burocratas de um estado vizinho ou da comunidade internacional.³²⁴

O corpo diplomático brasileiro atrela as temáticas de democracia, segurança, pobreza e questões sociais umas às outras, com intensidade relativa e especificidades discursivas, mas as remetendo à identidade da integração regional. Em exemplo ainda mais latente de tal operação nas Reuniões Gerais da OEA, o governo brasileiro referenda diretamente variados esforços sul-americanos na agenda de segurança, reiterando esta identidade. Este discurso também é replicado em outras instituições como a ONU, bem como em acordos e declarações que acabam por ganhar notoriedade. Além disso, destaca-se outra esfera de desenvolvimento desta temática, através da criação do Conselho Sul-Americano de Defesa no âmbito da Unasul. Tal órgão suscita valores que se entrelaçam com a perspectiva democrática, novamente resgatando a memória recente de regimes autoritários, afirma:

Senhor Presidente, temos obtido avanços importantes na UNASUL no campo da defesa e da segurança. O Conselho Sul-Americano de Defesa, constituído em dezembro de 2008, busca estabelecer **uma identidade de defesa sul-americana fundada em valores e princípios convergentes**, como a solução pacífica de controvérsias, o respeito à soberania, a subordinação dos militares ao poder democraticamente constituído – e noto que hoje em dia, com poucas exceções na América do Sul, todos os ministros de defesa são ministros civis – e o objetivo maior de contribuir **para o processo de sedimentação da América do Sul como espaço de paz e democracia**. Sedimentar a América do Sul como zona de paz significa dar sentido concreto aos consensos políticos aprovados na região desde o final da década passada: a Declaração Política do MERCOSUL, Bolívia e Chile como Zona de Paz, a Declaração sobre Zona de Paz Sul-Americana adotada na Segunda Reunião de Presidentes da América do Sul, em 2002, e ratificada por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, e a Declaração de São Francisco de Quito sobre o Estabelecimento e Desenvolvimento da Zona de Paz Andina, de 2004, também ratificada por resolução da Assembleia Geral da ONU.³²⁵

³²⁴ *I suggest that pacification is a process of framing an issue as related to “peace” in order to justify taking certain measures. Pacification success occurs when the target audience accepts the framing of peace and supports the ensuing policy. In other words, the presentation of an issue as related to peace is a pacification attempt, while pacification success requires the creation of an intersubjective understanding between the enunciator and the audience regarding the status of that issue. Different kinds of actors can serve as enunciators. They may be policymakers, but also journalists or peace and social activists. The audience may also be varied. The pacification may target the entire public in a certain country, or a group within a country (citizens of a city or a region, an ethnic group, a tribe, or specific decision-making elite/bureaucrats). In addition, pacification may target an international audience, for example, citizens or bureaucrats in a neighboring state or the international community.* LUPOVICI, Amir. **Pacification: Toward a Theory of the Social Construction of Peace.** *International Studies Review*, 15(2), 204–228. 2013. Tradução nossa.

³²⁵ BRASIL, Ata da Reunião Geral Ordinária da OEA, 2010, p. 47. Grifo nosso

Tecendo conceitos, conjunturas e níveis múltiplos de forma direta como no enunciado: “O Brasil está convictamente engajado na busca de caminhos que articulem a democracia ao desenvolvimento”³²⁶, ou de forma mais branda, como nos exemplos supracitados, a integração regional incorpora-se à agenda internacional, começando a operar como direcionador de políticas, controle do espaço social mundial, ao passo que institui um conjunto de regras do que “convém dizer e convém calar”. O mais interessante nesse movimento discursivo é sua construção, a qual exclui a necessidade e a prerrogativa de ingerência militar norte-americana na região, haja visto que, a despeito da capacidade interventora deste país e seu histórico de interferências, cada vez mais a segurança e a paz regional são tratadas como problemas a serem solucionadas internamente e preferencialmente por intermédio da diplomacia.

No decorrer de nossa análise foi possível averiguar a mobilização de conceitos distintos em conjunto: democracia, segurança e integração regional. Ao agregar o último elemento o Brasil assegurou uma maior autonomia de sua política externa e uma derivação de sentidos que proliferou as abordagens possíveis para a solução da problemática de segurança na região. Essa capacidade associativa foi identificada como uma ação discursiva que partiu de pontos comuns institucionalizados no debate na OEA e seguiu em direção aos interesses nacionais brasileiros, versando ainda sobre interesses coletivos sub-regionais de demais membros do Mercosul.

4. 2. IMPEACHMENT E DEMOCRACIA: RARIDADES E DESLIZAMENTOS DISCURSIVOS

Em seção anterior nossa análise debruçou-se sobre a apropriação das temáticas de democracia, segurança e paz pela delegação brasileira. Foi constatado que, quando combinadas com o conceito de integração regional, sofreram a transformação de sentidos. Sendo assim, ocorreu o favorecimento da delegação brasileira na busca de seus próprios interesses nacionais, em contraponto aos interesses primários a que estas discussões serviam. Interesses estes ligados a diretriz norte-americana. Nesta seção, ainda no sentido de observar os deslizamentos de sentidos em relação aos usos e aborda-

³²⁶ BRASIL, Ata da Reunião geral Ordinária da OEA, 2007. p. 42

gens possíveis do sistema democrático, observa-se a forma que os deslizamentos de sentido acerca de democracia colocaram em xeque a postura brasileira.

Por ocasião da Reunião Ordinária da OEA realizada em Santo Domingo, República Dominicana, entre 13 e 15 de junho de 2016, a delegação brasileira deparou-se com um momento inédito dentro do período analisado. Nessa oportunidade irrompeu, por parte da delegação da Nicarágua, manifestação referente ao Processo de Impeachment tachando como “*un inescrupuloso golpe de Estado técnico-parlamentario*”³²⁷. Tal enunciação emergiria por ocasião da primeira reunião após o início do processo envolvendo sua mandatária, o que geraria pontos de discussão. Com isto, constitui-se uma posição de fragilidade e acusação, outrora esta posição foi ocupada pela Delegação Venezuelana, quando em todos os anos, particularmente no fim do período, o de Governo de Hugo Chávez e de Nicolás Maduro fora classificado como não-democrático, sendo seu regime posto sob análise, crítica e defesa em Reunião Geral.

De antemão, cabe apontar que tal cenário só foi possível dado o caráter da própria OEA, a qual institui a democracia como cerne de sua razão política e permanente tópico nas discussões e nos arcabouços jurídicos e institucionais. A partir disto, os debates acerca de processos eleitorais, mudanças de governo, conflitos internos, ações militares e direitos humanos tornaram-se corriqueiras. Criou-se assim, a oportunidade de ingerência internacional nos procedimentos políticos domésticos dos países membros, mesmo que não haja uma ação efetiva que abale a soberania dos mesmos, tal prática e forma de condução da ordem do discurso garantem, ao menos, a possibilidade de uma interferência discursiva que pode pressionar instituições e ações em outros fóruns, considerando que o discurso constrói práticas, como afirmou Wae-
ver, “estruturas no âmbito do discurso condicionam políticas possíveis”³²⁸. Cabe ainda destacar que, para além de permitir tais debates na ordem do discurso, a Organização

³²⁷ NICARÁGUA, Ata da Reunião da OEA, 2016, p. 48-49

³²⁸ WAEVER, Ole. **European integration and security**: analyzing French and German discourse on State, Nation, and Europe. In: HOWARTH, David; TORFING, Jacob. *Discourse theory in European politics: identity, policy and governance*. London: Palgrave Macmillan, 2005. p. 35

também conta o Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral³²⁹, autorizado a fornecer pareceres sobre a legalidade dos processos eleitorais dos países membros.

Observou-se que o Brasil, desde o princípio do recorte deste trabalho, até a declaração em questão, não havia testemunhado momento em que a legitimidade de sua democracia e de seus processos políticos fossem colocados sob suspeição ou julgamento. Pelo contrário, a solidificação dos ideais e das instituições democráticas do país se deram de forma intensiva, pelas bandeiras dos avanços econômicos e sociais, como programas de promoção de igualdade racial, de combate à fome ou de combate à violência contra a mulher. Nota-se que o Processo de Impeachment perpetrado contra a então Presidente da República Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, criou fissuras na narrativa de “consolidação democrática” em nível doméstico e internacional, como a declaração da Nicarágua demonstra. Analisaremos, nesta seção, a manifestação da delegação brasileira em resposta às seguintes denúncias da Nicarágua:

Senhor presidente, na espiral intervencionista em curso na América Latina e no Caribe, no Brasil, a presidente Dilma Rousseff é vítima de um golpe técnico-parlamentar inescrupuloso que pode ser revertido se a justiça exigida por amplos setores prevalecer do povo brasileiro. O desenvolvimento é um processo que também implica justiça; Também é justo continuar exigindo que o governo dos EUA ponha um fim ao bloqueio desumano contra Cuba, um resquício anacrônico da Guerra Fria, e que Guantánamo seja restituído à irmã República de Cuba, que é parte de sua soberania³³⁰

Considerando o passado recente latino-americano, de golpes e ditaduras militares, que resultaram em movimentos populares pela redemocratização da região, e o amplo resgate desse histórico na OEA, utilizar o termo “golpe” suscita um campo de memória, possui um sentido profundamente degradante. A trajetória dos países latino-

³²⁹ Website Oficial do Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral: <<http://www.oas.org/es/sap/deco/>> Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

³³⁰. "Señor Presidente, en la espiral injerencista que se desarrolla actualmente en América Latina y el Caribe, en el Brasil, la Presidenta Dilma Rousseff, es víctima de un inescrupuloso golpe de Estado técnico-parlamentario que puede ser revertido si prevalece la justicia exigida por amplios sectores del pueblo brasileño. El desarrollo es un proceso que también implica justicia; es justo también continuar exigiendo que el Gobierno norteamericano ponga fin al inhumano bloqueo contra Cuba, anacrónico remanente de la guerra fría, y se restituya Guantánamo a la hermana República de Cuba, que es parte de su soberanía." NICARÁGUA, Ata da Reunião Geral Ordinária da OEA, 2016, p. 48-49. Tradução nossa.

americanos tem em comum processos históricos de usurpação do poder, os quais apontam para um passado de torturas e mortes, perdas irreparáveis de direitos e vidas que deixaram cicatrizes nas conformações sociais e políticas até os dias de hoje.

Em resposta a Nicarágua, a delegação brasileira negou. Ressalta-se que a delegação neste momento já era composta por membros do governo interino, cuja a competência do MRE cabia ao Chanceler Jose Serra, com reflexos diretos sobre a delegação chefiada por Fernando Simas Magalhães; composta ainda por José Luis Machado e Costa³³¹, escolhido em 2015 para compor a delegação enquanto representante permanente com o apoio do PSDB³³². A estes soma-se a presença de Clemente de Lima Baena Soares, Paulino Franco de Carvalho Neto, Bernardo Paranhos Velloso, Aurélio Romanini de Abranches Viotti, Hélio Forjaz Rodrigues Caldas, Felipe Correa Nasser Silva, Johnny Shao Chi Wu, Maria Cristina Pereira da Silva e Arthur Nobre Mendes.

A classificação “golpe de Estado”, afirmando que se trataria de um processo que ocorria sob a observação da Suprema Corte e do Congresso, com espaço garantido de defesa. Desta forma, buscando afirmá-lo enquanto um processo dentro da ordem jurídica e legal:

De maneira muito pontual e objetiva e com o respeito que todos nós merecemos na Assembleia Geral e levando em conta, de maneira atenta, as palavras que o Ministro da Nicarágua nos dirigiu, eu simplesmente queria dizer que, do ponto de vista da minha Delegação, rejeitamos o esforço aqui, a iniciativa de querer caracterizar o processo político que ocorre no Brasil como uma espécie de golpe parlamentar. O processo está a decorrer no Brasil está sob o escrutínio do Supremo Tribunal, votou por ambas as

³³¹ Destaca-se que a participação de Costa na construção da narrativa de de legalidade do processo de impeachment foi significativa. Em diversas comunicações internas do MRE, disponibilizadas devido a Lei de Acesso a Informação, sob pedido da Agência Pública, há uma série de menções de pronunciamentos seus na OEA acerca do evento. Como exemplo, nota-se a comunicação internacional distribuída em 08 de setembro de 2016, ao fornecer relatório de suas atividades para as demais embaixadas dos países da América, Costa afirma “Ao final da sessão ordinária do Conselho Permanente da OEA (CP) de 7 de setembro corrente, pronunciei intervenção, cujo teor transcrevo ao final deste expediente, pela qual expus brevemente o processo de impeachment que levou à destituição da Presidente Dilma Rousseff e rechacei as críticas formuladas por Bolívia, Equador, Nicarágua e Venezuela, objeto do telegrama de referência. Além de expor a incoerência de governos que defendem, para si, e violam, para outros, o princípio da não ingerência nos assuntos internos, a depender das circunstâncias, ressaltei que o procedimento conduzido de modo totalmente pacífico pelo Congresso Nacional observou o devido processo legal e os valores e princípios do Estado Democrático de Direito brasileiro.” Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/18sxcqbG3oaS1kdwCZ2NEvygjG0ULUZVX>> Acesso em 24 de maio de 2019.

³³² Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/senado-aprova-nome-do-embaixador-jose-luiz-machado-costa-para-oea-16776098>> Acesso em 24 de maio de 2019.

Casas, da Câmara e do Senado, dentro do qual existe espaço contraditório defesa Senhora Presidente Rousseff. Ela manteve suas prerrogativas como Chefe de Estado, que inclui o uso da residência oficial, mantém sua segurança, mantém sua equipe de trabalho.

Então, eu queria pedir aos meus colegas e amigos aqui da mesa da Assembleia, tendo em conta que esta iniciativa para caracterizar a situação no Brasil como uma espécie de golpe de Estado, é completamente rejeitado pela nossa delegação.³³³

O mesmo discurso evidenciado na passagem acima foi detectado em uma série de comunicações internas do Ministério de Relações Exteriores, disponíveis para o acesso público devido a ação movida pela Agência Pública³³⁴, utilizando o mecanismo da Lei de Acesso a Informação. Logo após a assunção de Serra, o corpo diplomático foi orientado a sustentar a narrativa de legalidade do processo de impeachment em todos os fóruns de participação brasileira. As instruções afirmam que as manifestações internacionais contrárias a narrativa defendida pelo governo interino são “mal informadas” e de “caráter impróprio”, “geradores de percepções erradas”, configurados como “equivocos”. Solicita ainda que os embaixadores e membros do MRE reajam contra tais alegações de forma “ativa”, encaminhando neste comunicado as acusações internacionais e as devidas orientações para respondê-las em cada caso. Neste caso evidencia-se a intervenção direta na construção da narrativa sobre o evento político estudado, evidenciando ainda mais o caráter de disputa de verdades que esta seção visa explorar.

³³³ “De una manera muy puntual y objetiva y dentro del respeto que nos merecemos todos en la Asamblea General y teniendo muy en cuenta, de una forma atenta, las palabras que nos ha dirigido el señor Ministro de Nicaragua, yo quería simplemente decirles que, desde el punto de vista de mi Delegación, rechazamos el esfuerzo aquí, la iniciativa de querer caracterizar el proceso político que transcurre en el Brasil como una suerte de golpe parlamentario. El proceso que está transcurriendo en el Brasil está bajo el escrutinio de la Suprema Corte, votado por las dos Cámaras, la Cámara Baja y el Senado, dentro del cual hay un total espacio del contradictorio de defensa de la señora Presidenta Rousseff. Ella ha mantenido sus prerrogativas de Jefe de Estado que incluye el uso de la residencia oficial, mantiene su seguridad, mantiene su equipo de trabajo. De manera que yo quería pedirles a mis compañeros y amigos de la mesa aquí de la Asamblea, que tengan en cuenta de que esta iniciativa de caracterizar la situación en el Brasil como un tipo de golpe, es completamente rechazada por nuestra Delegación.” BRASIL, Ata da Reunião Geral Ordinária da OEA, 2016, p. 49-50. Tradução nossa.

³³⁴SILANO, Ana Karolina. FONSECA, Bruno. Como o Itamaraty Instruiu Embaixadores a defender o Impeachment de Dilma Rousseff. Agência Pública. 30 de abril de 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/04/como-o-itamaraty-instruiu-embaixadores-a-defender-impeachment-de-dilma-rousseff/>> Acesso em: 24 de maio de 2019

Dentro da comunicação interna encontra-se menção a outras declarações do mesmo teor da delegação da Nicarágua, aqui explorada. Destaca-se as declarações de El Salvador, Venezuela, Cuba, Aliança Bolivariana, Equador, além de uma série de alegações proferidas no âmbito da UNASUL. Aqui convém expor um excerto de semelhança com o pronunciamento brasileiro em Reunião Geral da OEA que será analisado e foi apresentado anteriormente:

De início, é fundamental esclarecer - com elementos factuais e jurídicos sólidos - que o processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff observa rigorosamente os ditames e ritos previstos na legislação brasileira. O devido processo legal está sendo observado com todo o rigor, como deve ser, sob a supervisão atenta do Supremo Tribunal Federal, instância judiciária máxima do País e guardião da Constituição da República. Declarações vagas e sem fundamento sobre a inobservância da legislação brasileira, sobretudo emanadas de autoridades governamentais ou de dirigentes de organismos internacionais, precisam ser enfrentadas com rigor e proficiência, a fim de evitar que continuem a fomentar dúvidas infundadas sobre a lisura do processo político no Brasil.³³⁵

Considerando a afirmação de Foucault que a verdade “é objeto de debate político e de confronto social”³³⁶, compreendemos a situação como uma disputa de narrativas/verdades entre duas abordagens possíveis do mesmo evento político - o Processo de Impeachment, buscando instituir-se no regime de verdade. Tal disputa não esteve circunscrita ao espaço da OEA e ocorreu em outros fóruns da sociedade internacional³³⁷, mas de forma ainda mais intensa na sociedade brasileira, onde a nomenclatura usual ao processo legal foi substituída por denominações de “golpe” em discursos enunciados produzidos por veículos midiáticos, trabalhos acadêmicos e movimentos sociais com o intento de deslegitimar e denunciar a ação que, como a própria delegação brasileira salienta, ocorreu em acordo ao rito jurídico previsto pela Constituição. Nos interessa aqui, não escrutinar a legitimidade de tais narrativas, atestar a suposta

³³⁵ EXTERIORES, Ministério das Relações. Comunicado interno: Brasil processo de impeachment da Presidente da Republica. Informações. 24 de maio de 2016. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/18sxcqbG3oaS1kdwCZ2NEvygiG0ULUZVX>> Acesso em 24 de maio de 2019.

³³⁶ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p.12-13

³³⁷ A respeito dos desdobramentos do processo na comunidade internacional ver matéria do Brasil de Fato, publicada em abril de 2016, intitulada “Governos latino-americanos não reconhecem governo Temer”. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/16/governos-latino-americanos-nao-reconhecem-gestao-temer/>> Acesso em 17 de janeiro de 2019.

veracidade de uma ou outra, mas analisar a exploração dos significados atribuídos às duas concepções não apenas distintas, mas opostas.

Desde sua reeleição, em 2014, conquistada com uma pequena margem de votos (51,64% contra 48,36% do candidato Aécio Neves, do PSDB), Dilma Rousseff enfrentou problemas de governabilidade. Tais dificuldades poderiam ser associadas aos seguintes fatores conjunturais: baixa adesão do Congresso à agenda do Partido dos Trabalhadores; cenário de crise econômica mundial; e, por fim, a discursivização negativa do ambiente político nos veículos midiáticos de grande circulação nacional, especialmente no tocante ao Partido dos Trabalhadores, gestando um clima de descontentamento generalizado e insatisfação popular, sob a bandeira do combate à corrupção³³⁸. É interessante observar que a oposição participou ativamente da construção desta conjuntura, atuou através veículos de mídia tradicional. Neste cenário, a estabilidade política do governo foi abalado, pela migração do PMDB para o quadro da oposição, bem como a de seu vice-presidente Michel Temer. Diante disto, o impeachment surgiu como forma reverter o resultados das urnas, possibilitando que outra agenda política fosse posta no comando do Executivo, sem a devida passagem pelo crivo eleitoral, basilar na democracia. O processo foi iniciado em dezembro de 2015, pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e encerrado em 31 de agosto de 2016, condenando Dilma Rousseff pelos crimes de responsabilidade fiscal e pela emissão de créditos suplementares sem autorização legislativa.

O termo impeachment foi cogitado, pela primeira vez, em 24 de outubro de 2014 pelo o jornalista Merval Pereira, em seu *blog* vinculado ao jornal O Globo³³⁹, antes que houvesse qualquer indício de crime fiscal. Já a primeira aparição da classificação do referido processo enquanto “golpe” surgiu em publicação de Expedito Solaney no *site* oficial da Central Única de Trabalhadores: “Neste março de 2015 estamos na iminência não de um golpe militar, como ocorreu em 64, mas em médio prazo, de um golpe branco [...]. Aqui se fala no *impeachment*, ou impedimento da presi-

³³⁸ A respeito da atuação midiática na construção discursiva da pauta anti-corrupção ver: SOUZA, Jesse. **A Radiografia do Golpe**. LeYa: São Paulo, 2016

³³⁹ PEREIRA, Merval. **Tendências e denúncias**. O Globo, Rio de Janeiro, 24 out. 2014. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira/post/tendencias-denuncias-553108.html>>. Acesso em: 01 janeiro de 2019.

denta”³⁴⁰. Em seguida, como ressaltam Mariana Rezende dos Passos e Érica Anita Baptista, em artigo que se debruça a esmiuçar estas disputas de narrativas, o próprio Partido dos Trabalhadores passou a adotar a narrativa do golpe, a utilizando a partir de nota publicada em em 7 de junho de 2015, direcionada à Câmara dos Deputados, onde afirma-se que: “A Bancada do PT na Câmara repudia veementemente as manobras flagrantemente golpistas conduzidas pela oposição, com o PSDB à frente”³⁴¹.

Dentro desta disputa, houve a associação de uma agenda de defesa da democracia, constatada por Renato Duarte Caetano e Marina Martins Chebly, os quais atestaram a presença da mesma em 89 falas na ocasião da votação do processo na Câmara dos Deputados, por meio análise dos discursos proferidos na sessão de julgamento, disponíveis na transcrição oficial da sessão deliberativa, realizada no dia 17 de abril de 2016³⁴². A conexão criada entre a agenda de contestação ao golpe a defesa do regime democrático foi fruto da percepção que o impeachment não significava apenas a culpabilização de crimes da Presidente, mas a substituição de um projeto político e econômico, escolhido pelas urnas, por outro projeto que não havia passado pelo crivo popular. Em contrapartida, destes 89 deputados, 14 votaram a favor do impeachment, consequentemente contra a narrativa de golpe, invocando também a democracia, visto que, dentro dos estatutos jurídicos e democráticos da Constituição, o processo seguiu o rito legal. Tal situação nos permite observar, mais uma vez, como a enunciação de defesa do regime democrático pode ser mobilizada para corroborar formações discursivas e vontades políticas divergentes, legitimando propensões completamente distintas e contraditórias ao ideal democrático e/ou umas as outras.

Outra leitura deslegitimadora do Processo de Impeachment foi ancorada em perspectivas de gênero, atrelando a palavra golpe ao fato de a presidenta ser “mulher”. Estas abordagens consideram que destituir a primeira presidenta eleita consolidou a

³⁴⁰ SOLANEY, Expedito. **Março de 2015 não é Março de 1964**. Central Única dos Trabalhadores - CUT. 1 de abril de 2015. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasili-en/13249.pdf>> Acesso em 20 de janeiro de 2019.

³⁴¹ PASSOS, Mariana Rezende. BAPTISTA, Érica Anita. **Impeachment versus golpe**: a disputa de narrativas no contexto político brasileiro de 2016. Revista Eptic, Vol. 20, no 2, maio-agosto, 2018.

³⁴² CAETANO, Renato Duarte. CHEBLY, Marina Martins. **Democracia em Disputa**: atravessamentos discursivos na sessão de julgamento do Impeachment de Dilma Rousseff. Trabalho preparado para sua apresentação no 9o Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideu, 26 ao 28 de julho de 2016. s/p

percepção que o respectivo cargo, e o espaço político como um todo, não seria o local do sujeito mulher, uma argumentação que converge com a discussão proposta por Carole Pateman, já debatida neste trabalho. Estas abordagens incluem, além da crise política, econômica e midiática, a própria condição de sujeito-político mulher da presidenta na fórmula do golpe³⁴³. Analisando que o processo, além de agravar a desigualdade de direitos sociais das mulheres, também tem seu germe nestas próprias desigualdades. Outras colocam o Processo de Impeachment como uma violência contra a “mulher”³⁴⁴.

Caso consideremos que a narrativa do golpe foi relativamente bem sucedida no interior da sociedade brasileira, dada sua reverberação, apesar da sua baixa capacidade de reverter o cenário, percebemos contudo que ela não conseguiu se solidificar na ordem do discurso da OEA. Esta percepção é corroborada pelo fato do movimento enunciativo da Nicarágua ser singular e não suscitar outros pronunciamentos que percorram o mesmo sentido. A resposta da delegação brasileira, que poderia ser considerada como uma abertura para a discussão e contestação por demais delegações, não é contestada pelos demais membros. Este fato opera consolidando no regime de verdade narrativa brasileira e tendendo para a entendimento do impeachment enquanto processo não apenas legal, como também dotado de legitimidade, um efeito que não fica restrito a esta OEA, mas retroalimenta as construções domésticas acerca do evento. Todavia, a ausência de questionamentos não significa a concordância dos demais membros do organismo com a narrativa, muito menos um alinhamento automático com a posição brasileira, mas provoca a aparência de estabilidade discursiva no tocante à temática. Outras possíveis explicações surgem para este caso como, por exemplo, os membros eventualmente não considerarem o espaço da OEA um local adequado ou dotado de eficiência para debater o tema. Ademais pode-se cogitar a existência de re-

³⁴³ Para uma abordagem detalhada do tema consultar: RUBIN, Linda; ARGOLLO, Fernanda. **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018. Em especial: artigo de Céli Regina Jardim Pinto, intitulado “Dilma - Uma mulher política”; “Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política”, de Flávia Biroli; e “Sobre o golpe e as mulheres no poder”, de Olivia Santana.

³⁴⁴ ACCARINI, André. **O golpe foi contra as mulheres trabalhadoras**. CUT, 05 de março de 2018. s/p Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/golpe-foi-contra-as-mulheres-trabalhadoras-7f23>> Acesso em 21 de janeiro de 2019.

sistência a criticar o governo brasileiro em fóruns multilaterais assumindo o risco de desgastar a relação com o país, a maior potência do sul do continente.

No entanto, a insurgência da narrativa do golpe ressalta a dubiedade da formação discursiva democrática, dotada de aparente estabilidade e consolidação no órgão. Como foi possível perceber em declarações vistas anteriormente neste trabalho, do governo da Jamaica em 2005, em ocasião da 35ª Reunião Geral, que não há apenas uma forma de democracia; e ainda nas declarações da Venezuela, em 2003 na 33ª Reunião Geral, que não há um modelo único de governabilidade democrática. Há uma disputa também dos enunciados democráticos, todos calcados em interesses, projetos políticos e visões de mundo distintos. Nesta direção ressalta-se como o termo “democracia” possuiu uma infinidade de sentidos que são dotados de maior ou menor aderência junto à comunidade internacional³⁴⁵. Rafael Duarte Villa atenta para as dificuldades que organismos multilaterais como a OEA sofrem ao tentar replicar significados e instituições democráticas ao molde europeu na conformação dos países latinos. Essas ações possuem grandes possibilidades de fracasso e não aderência³⁴⁶.

No contexto da OEA, a abordagem da democracia com forma e sentido único enfatiza as características processuais e as exigências de ordem constitucional. Desta forma, pouca há espaço para narrativas que questionem a efetividade da participação popular e a penetração dos valores democráticos na estrutura cultural dos países membros. Uma posição que inviabiliza uma perspectiva que considere a qualidade de vida e a igualdade econômica enquanto preceitos democráticos, tendendo a servir aos interesses norte-americanos e as suas respectivas diretrizes econômicas.³⁴⁷ Tal forma de condução do debate e de produção dos significados acerca da democracia é apon-

³⁴⁵ Para acompanhar o debate da comunidade acadêmica, que busca compreender as construções sociais e históricas de democracia e instituições modernas, ver: HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda: A Democratização no Final do Século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

³⁴⁶ VILLA, Rafael Duarte. **A questão democrática na agenda da OEA no Pós-Guerra Fria**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 20, p. 55-68, jun. 2003. p. 58. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a6>> Acesso em 16 de março de 2019.

³⁴⁷ KRAUTHAMMER, Charles. *Democratic realism: an American foreign policy for a unipolar world*. Washington DC: The AEI Press, 2004

tada por Francisco Ferraz³⁴⁸ como um fator de grande perda do potencial democrático, decorrente de uma lacuna no funcionamento da democracia em todas as suas dimensões. No caso do debate do Processo de Impeachment, a defesa de uma concepção limitada de democracia não apenas corroboraria a interpretação norte-americana acerca desse regime, como favoreceria a legitimação do governo que assumiu o Estado brasileiro pós-impeachment.

³⁴⁸ FERRAZ, Francisco. **A infra-estrutura social da democracia americana**. Porto Alegre: Instituto de Ciências Sociais, Políticas e Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1971. s/p

4. 3. CONTINUIDADES DISCURSIVAS: ILHAS MALVINAS

Em todos os anos, compreendidos entre 2000 e 2016, o Brasil apresentou em Reuniões Ordinárias da OEA propostas de votação para projeto intitulado “Declaração sobre a Questão as Ilhas Malvinas”. Em seu discurso, os enunciados acerca da temática eram em todos os anos praticamente idênticos. Nestes pronunciamentos, a delegação nomeia o projeto, retoma resoluções anteriores. Em seguida, enuncia “firme” e claro apoio à Argentina pela soberania das Ilhas Malvinas contra o Reino Unido. Utilizando-se de enunciados diretos, como: “o Governo brasileiro presta apoio firme e explícito ao pleito da Argentina”, o classificando como uma pauta “justa e legítima”, ressaltando como o posicionamento brasileiro é de longa data: “o Brasil mantém historicamente uma posição de reconhecimento inequívoco da completa soberania”³⁴⁹, tratando a questão sempre como uma disputa de soberania e não de territorialidade.

Sintomático desta posição brasileira acerca do tema, seria o pronunciamento da Chefe da Delegação, Embaixadora Vera Lúcia Barrouin Crivano, quando o país se posicionou da seguinte forma:

A Delegação do Brasil tem a honra de submeter à consideração deste plenário o projeto de Declaração sobre a Questão das Ilhas Malvinas.

Trata-se de declaração que, em sua parte introdutória, retoma mandatos aprovados em Assembleias anteriores, como a resolução AG/RES. 928 (XVIII-O/88), que solicita aos Governos da Argentina e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte que retomem as negociações com vistas a encontrar uma solução para o assunto.

Recorda, ainda, a resolução AG/RES. 1049 (XX-O/90), pela qual a Assembleia Geral expressou sua satisfação pelo reconhecimento das relações diplomáticas entre os dois países dentre outros mandatos importantes desta Organização e das Nações Unidas.

O Brasil mantém uma posição de reconhecimento inequívoco da completa soberania da Argentina sobre as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul. Em todos os foros multilaterais pertinentes, e em especial nas Nações Unidas, nesta Organização e na União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em que o tema é considerado, o Governo brasileiro presta apoio firme e explícito ao pleito da Argentina.

A adoção desta declaração pela Assembleia Geral representará, mais uma vez, um estímulo aos governos da Argentina e do Reino Unido para que retomem os esforços negociadores de modo construtivo com vistas a encontrar uma solução pacífica e definitiva para esta controvérsia.

³⁴⁹ BRASIL, Ata da Reunião Geral Ordinária da OEA, 2010 p. 109

O Brasil espera que os países aqui representados somem-se a esse apoio e a uma reivindicação justa e legítima da Argentina, cujo reconhecimento contribuirá também para o fortalecimento das relações entre a Argentina e o Reino Unido no interesse do nosso continente e das relações entre a Europa e nossa região.³⁵⁰

O documento é reiteradamente proposto pela delegação brasileira, no tópico destinado à discussão e votação intitulado: “*La Cuestión de las Islas Malvinas*”, visando costurar o pleito pelo território na agenda da Organização. A representação brasileira reafirma a urgência em solucionar o problema através de vias pacíficas e celebra as ações do governo argentino para o encaminhamento diplomático da reivindicação. O documento destaca a necessidade de continuar a examinar o pleito nos próximos períodos, até que a solução seja definitiva. Repetidamente, ano após ano nas reuniões de junho, esta reedição do texto cumpre a função de promover o salto da ordem dos procedimentos burocráticos para assumir a ordem dos discursos pronunciados em Reunião Geral, tomando proporções de ato político.

O tópico de discussão, *La Cuestión de las Islas Malvinas*, possui uma configuração discursiva própria, posta em funcionamento regularmente. A primeira fala é destinada à delegação argentina, haja visto que o tema é, em primeira instância, concernente a seu próprio território. Esta representação utiliza o espaço para efetuar uma narrativa e uma construção histórica da questão das Ilhas Malvinas, apoiada em conceitos como: soberania³⁵¹, direito internacional³⁵², princípio de autodeterminação dos povos³⁵³, integridade territorial³⁵⁴ e colonização³⁵⁵. A partir do pronunciamento da delegação argentina, abre-se o espaço para as falas de todos os membros da OEA seguida sempre pela representação brasileira, a qual, como mencionado, é responsável por apresentar o documento “Declaração sobre a Questão das Ilhas Malvinas”. Em seguida os demais países manifestam-se em apoio ao documento proposto, não há

³⁵⁰ BRASIL, Ata da Reunião Geral Ordinária da OEA, 2011, p. 122

³⁵¹ ARGENTINA, Ata da Reunião Geral Ordinária da OEA, 2007 s/p

³⁵² ARGENTINA, Ata da Reunião Geral Ordinária da OEA, 2003 s/p

³⁵³ ARGENTINA, Ata da Reunião Geral Ordinária da OEA, 2010 s/p

³⁵⁴ ARGENTINA, Ata da Reunião Geral Ordinária da OEA, 2011 s/p

³⁵⁵ ARGENTINA, Ata da Reunião Geral Ordinária da OEA, 2006 s/p

uma única menção de rechaço. Entretanto, longe de apenas referendar o documento, os países utilizam o espaço para, assim como Brasil, marcar a sua própria visão e construção discursiva acerca da Questão das Malvinas. Nesta ocasião, Venezuela, Chile, Uruguai, Equador, Paraguai, Bolívia e Peru manifestam seu apoio ao pleito argentino, regularmente, sem exceção no período analisado. Outros países o fazem de maneira esporádica, como Honduras³⁵⁶, Panamá³⁵⁷ e Nicarágua³⁵⁸.

A Guerra das Malvinas mobiliza campos de memórias controversos, dada sua relação com a ditadura militar ocorrida na Argentina. As discursividades acerca da mesma são múltiplas e variantes não apenas no cenário internacional, mas na própria sociedade argentina. Neste sentido, Federico Lorenz, historiador argentino, faz um trabalho de resgate e exploração da disputa e seus desdobramentos políticos-sociais, de pertinente consideração. As abordagens que o autor mobilizou são muitas, como entrevistas com soldados, diários de viagem que o mesmo fez às Ilhas Malvinas³⁵⁹, até os métodos tradicionais, como estudos de documentos e levantamento de dados³⁶⁰ acerca do que foi considerado um dos episódios mais trágicos da história da Argentina.

Segundo Lorenz, o fracasso da Guerra das Ilhas Malvinas foi responsável por colocar a sociedade argentina em uma grande encruzilhada. A derrota em um conflito seria capaz de redefinir as relações sociais entre os indivíduos, pois para o autor “guerras são situações que colocam estados e seus habitantes em diálogo sobre suas identidades sociais e suas ideias de nação”³⁶¹. Este quadro foi especialmente dramático dada a combinação dos fatores: associação de transição democrática; violação de

³⁵⁶ OEA, 2009, s/p

³⁵⁷ OEA, 2005, s/p

³⁵⁸ OEA, 2010, p.112

³⁵⁹ LORENZ, Federico. **Fantasmas de Malvinas**. Un libro de viajes. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2008.

³⁶⁰ LORENZ, Federico. **Las guerras por Malvinas**. Buenos Aires: EDHASA, 2006

³⁶¹ “guerras son situaciones que ponen a los estados y a sus habitantes en diálogo acerca de sus identidades sociales y sus ideas de nación” LORENZ, Federico. **Testigos de la derrota**. Malvinas: los soldados y la guerra durante la transición democrática argentina, 1982-1987. Buenos Aires: Anne Pérotin-Dumon, 2007.

direitos humanos; fim de um governo ilegítimo; e diversas consequências da guerra. Apesar do conflito ter iniciado de forma irresponsável, sem diálogo com a população, sob regime ditatorial, a guerra foi capaz de arraigar-se a determinados valores de defesa de soberania e luta anticolonial. Entretanto, a imagem extremamente negativa confinada à classe militar infligiu uma imensa injustiça aos “*chicos de la guerra*”, os jovens soldados de 20 anos enviados sem preparo ao *front*.

Dito isto, observando o discurso brasileiro, nota-se na Questão das Ilhas Malvinas o predomínio da narrativa da Guerra como uma questão de disputa de soberania: “O Brasil mantém historicamente uma posição de reconhecimento inequívoco da completa soberania da Argentina sobre as Ilhas Malvinas”³⁶². Há de se perguntar: por que o termo “soberania” e não outro em seu lugar? Podemos associar o uso dessa conceituação com três fatores essenciais: (1) a busca pela resolução do conflito de forma pacífica pelas vias diplomáticas (2) a capacidade de manter viva a discussão a respeito do litígio quando o termo é invocado e (3) a forma que o mesmo possibilita a crítica ao Reino Unido, a partir da associação incômoda com a colonização.

A Guerra das Malvinas, travada entre Reino Unido e Argentina (entre abril de 1982 e 14 de junho de 1982) resultou na morte de 649 soldados argentinos e 255 britânicos. Ao fim, com a derrota da Argentina, o território foi anexado ao Reino Unido, como já ocorria desde 1833, sob o nome de Ilhas Falkland. A ditadura militar da Argentina, sob o comando do tenente-general Leopoldo Galtieri, líder da Junta Militar argentina na época, tentou retomar a posse das Ilhas por vias belicosas. Tal tentativa não apenas foi mal recebida pelos países vizinhos e pela comunidade internacional, como contrariou a agenda internacional vigente de paz e solução de conflitos pela mediação diplomática, herdeira de um século que presenciou duas Guerras Mundiais. Os danos causados por estes conflitos armados e outros foram não apenas dramáticos, como dramaticamente discursivizados de maneira que a paz internacional e regional passaram a ser concebidas como bens coletivos³⁶³.

³⁶² BRASIL, Ata da Reunião Geral Ordinária da OEA, 2009, p. 155. Tradução nossa.

³⁶³ CORTRIGHT, David. **The Price of peace**: Incentives and International Conflict Prevention. Lanham: Rowman & Littlefield, 1997.

Outra possibilidade de abordagem seria invocar a questão como “disputa de território”, o que consumiria a resolução da mesma por intermédio de um conflito armado. Pois ao compreender a questão desta forma, o espaço geográfico seria esvaziado de sentidos históricos, jurídicos e políticos, sua posse restaria àquele que o ocupa e possuiria meios físicos e materiais de continuar a ocupá-lo, destinado à aqueles que conclamam o direito sobre tal território, ao disputar a territorialidade do mesmo, com o uso da força. Nota-se ainda que persistiria a impossibilidade já comprovada de uma ofensiva armada argentina capaz de atingir os fins almejados, somada ao descontentamento regional generalizado por parte dos países vizinhos, que buscam e defendiam a área como uma zona de paz e segurança³⁶⁴.

Por outro lado, construir discursivamente a questão como “disputa de soberania” atrai o debate para o campo do diálogo. Pede-se a regência do Direito Internacional, uma ferramenta amplamente utilizada nas últimas décadas³⁶⁵. Assistida pela comunidade global, esta narrativa atrai a prerrogativa que soberania é, para além de um status, resultado de um processo de reconhecimento. No que tange a posição histórica do Brasil, a busca dessa forma de solução de conflitos, mostra-se largamente utilizada e não se restringe à questão das Ilhas Malvinas, configurando-se como uma das características de nossa política externa e agindo de acordo com as formações discursivas já estabelecidas da mesma³⁶⁶.

Na contramão do que ocorreria caso a questão fosse tratada como disputa de território, a soberania situa o litígio em uma complexa rede de memórias de sentidos, históricos, jurídicos e políticos. Nisto, abre-se ampla margem para a discussão e o de-

³⁶⁴ delegação brasileira: “Sedimentar a América do Sul como zona de paz significa dar sentido concreto aos consensos políticos aprovados na região desde o final da década passada: a Declaração Política do MERCOSUL, Bolívia e Chile como Zona de Paz, a Declaração sobre Zona de Paz Sul-Americana adotada na Segunda Reunião de Presidentes da América do Sul, em 2002, e ratificada por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, e a Declaração de São Francisco de Quito sobre o Estabelecimento e Desenvolvimento da Zona de Paz Andina, de 2004, também ratificada por resolução da Assembleia Geral da ONU” (OEA, 2010, p. 47)

³⁶⁵ Destaca-se o Acordo Camp David (1978) e o Acordo de Oslo (1993). Na América Latina, destaca-se ainda o acordo de cessar-fogo entre o Governo da Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), firmado em 2016.

³⁶⁶ O papel do Brasil na consolidação da paz mundial e sua atuação no tocante ao tema nas Nações Unidas é abordado em livro editado pela Fundação Alexandre Gusmão, intitulado “Comissão das Nações Unidas para Consolidação da Paz – Perspectiva Brasileira”, escrito por Gilda Motta Santos Neves e publicado em 2010. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/916-Comissao_das_Nacoes_Unidas_para_Consolidacao_da_Paz_Perspectiva_Brasileira.pdf> Acesso em 16 de janeiro de 2019.

bate de uma problemática que poderia ser dada como já resolvida, haja visto que a Argentina perdeu a Guerra das Malvinas e o Reino Unido segue ocupando o território desde 1833. Invocar reiteradamente a soberania argentina é, por si, um ato de questionamento e dúvida acerca da soberania inglesa, pois o discurso afirma que existem outras construções históricas, sociais e políticas que contestam esta hegemonia discursiva acerca do território em questão. Com base nestas outras realidades e compreensões das Ilhas Malvinas, torna-se possível ao governo argentino reivindicar e problematizar o que poderia, por outra via, ser dado como algo inquestionável.

Para encerrar as reflexões acerca da utilização do termo soberania, convém aventar a conformação histórica da região considerando a geopolítica global, e a reverberação do discurso que destaca o Sul do continente como uma área colonizada. Nestes termos, esta seria uma área, composta por países explorados, em contra-face aos países centrais, colonizadores e desenvolvidos por conta da exploração dos países periféricos³⁶⁷. Diante disto, apreender o cenário de disputa pelas Ilhas Malvinas como uma “violação da soberania argentina” é compreender o Reino Unido como o protagonista de uma “*situación de anacronismo colonial*”³⁶⁸, como menciona a delegação argentina. Atenta-se que a história destas nações sul-americanas é atravessada pela luta de emancipação e conquista da própria soberania, além de uma confluência global no esforço para o fim de processos colonizatórios³⁶⁹,

Esta presença inglesa no continente é suscitada no debate do tema também por Honduras, em 2009, classificando a postura britânica como “um ato claro de colonialismo”³⁷⁰ e Equador, em 2007, que afirma “a rejeição de qualquer pretensão colonialista no continente americano e, claro, a solução pacífica de controvérsias internacio-

³⁶⁷ WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System**. New York: Academic Press, 1974.

³⁶⁸ “Situação de anacronismo global”. (ARGENTINA, Ata da da Reunião Geral Ordinária OEA, 2006, p. 163. Tradução nossa)

³⁶⁹ Como o Comitê de Descolonização da ONU, criado em 1960 pela resolução 1516 da Assembléia Geral. Website disponível em: <<http://www.un.org/en/decolonization/specialcommittee.shtml>> Acesso em 14 de janeiro de 2019.

³⁷⁰ “*un acto claro de colonialismo*” HONDURAS, Ata da Reunião Geral Ordinária da OEA, 2009. s/p. Tradução nossa.

nais”³⁷¹, Venezuela em 2011 afirma: “A solidariedade com a Argentina é solidária conosco e contra o colonialismo”³⁷². Entretanto, este tipo de referência não aparece nos pronunciamentos brasileiros neste tópico de discussão. Pode-se interpretar a posição brasileira de não utilizar o termo colonialismo como uma tentativa de conduzir o tema com suposta neutralidade e imparcialidade, buscando ocupar a figura de mediador capaz, ao invés de um partidário no conflito. Entretanto, a convergência de interesses com a pauta da Argentina, além dos laços diplomáticos e econômicos muito fortes entre estes dois países³⁷³, podem ser identificados como fatores que levaram o Brasil a pender pelo pleito argentino. A permanência contínua do Brasil como a delegação escolhida para apresentação da declaração que defende a causa Argentina atesta isto. A própria Argentina não hesitou em buscar aproximar seus interesses das pautas brasileiras, como é possível observar em trecho do discurso da delegação argentina, em que ela contesta o argumento que a zona das Ilhas Malvinas seria de interesse mundial, supostamente devido à sua riqueza em recursos naturais:

Lembro-me de um ex-presidente muito querido por todos nós que rimos porque queriam declarar a Amazônia uma área de interesse global, algo como abrir mão de sua soberania, porque era uma área muito importante para a vida do planeta. E o Presidente Lula disse: "Por que não declaramos patentes medicinais de interesse mundial ou de interesse humano porque elas também são de interesse para todos?"³⁷⁴

³⁷¹ “*el rechazo a cualquier pretensión colonialista en el continente americano y, por supuesto, la solución pacífica de las controversias internacionales*” EQUADOR, Ata da Reunião Geral Ordinária da OEA, 2007, p. 117

³⁷² “*solidaridad con Argentina es solidaridad con nosotros mismos y en contra del colonialismo*” VENEZUELA, Ata da Reunião Geral Ordinária da OEA, 2011, p. 128. Tradução nossa.

³⁷³ A respeito ver: BUENO, Clodoaldo. **Passado e Presente das relações Brasil-Argentina**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/passado-e-presente-das-relacoes-brasil-argentina>> Acesso em 21 de janeiro de 2019. Em site oficial do Itamaraty, o governo brasileiro descreve a República da Argentina da seguinte maneira: “um dos principais parceiros políticos e econômicos do Brasil. As relações bilaterais são estratégicas para a inserção do Brasil na região e no mundo. A construção de uma relação política de confiança e cooperação com a Argentina contribui para a constituição de um espaço regional de paz e de cooperação. Somadas, as capacidades de Brasil e Argentina representam cerca de dois terços do território, da população e do PIB da América do Sul.” Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/fichas-pais/4785-republica-argentina>> Acesso em 15 de janeiro de 2019

³⁷⁴ “*Recuerdo a un ex Presidente muy querido por todos nosotros que se reía porque querían declarar al Amazonas una zona de interés mundial, algo como que se entregaba su soberanía porque era una zona muy importante para la vida del planeta. Y el Presidente Lula dijo: ¿“Por qué no declaramos de interés mundial o de interés humano las patentes medicinales porque esas también son de interés para todos?”*” ARGENTINA, Ata da Reunião Geral Ordinária da OEA, 2012. p. 151

Por fim, o último elemento que gostaríamos de destacar no desempenho discursivo brasileiro nesta questão é o resgate das ações de outros organismos multilaterais:

Em todos os foros multilaterais pertinentes, e em especial nas Nações Unidas, nesta Organização e na União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em que o tema é considerado, o Governo brasileiro presta apoio firme e explícito ao pleito da Argentina.³⁷⁵

Ao mencionar os outros organismos e atestar seu apoio brasileiro ao pleito argentino nos mesmos, o Brasil os fortalece perante a OEA, também ocasionando o respaldo da causa argentina no órgão, visto que legitima a discussão da questão em outros organismos multilaterais reconhecidos. Destaca-se ainda que mencionar a UNASUL e o MERCOSUL possui outra valoração positiva na ordem do discurso, destinada ao reforço da noção de comunidade Sul-Americana, marcando o espaço da especificidade regional que é constantemente suscitada. Cabe ainda observar que esta remissão frequente opera por evitar que uma identidade “americana” única, que congregue América do Norte, América Latina e América do Sul, se consolide. Nesta linha, os membros insistem em uma retórica que os aproxime da concepção regional, de América do Sul ou América Latina, buscando respaldar suas ações nas instituições criadas nestas zonas político-geográficas ou citando diretamente decisões e declarações tomadas nestes âmbitos. Como fazem, além do Brasil, o Panamá, ao citar o comunicado do Grupo do Rio de 2005³⁷⁶; ou o Chile, ao fazer a leitura do documento "*Declaración del Grupo de Río sobre Actividades Militares del Reino Unido en las Islas Malvinas, adoptada en Santiago el 15 de octubre de 2010*"³⁷⁷; até mesmo a própria Argentina resgata as decisões da CELAC, a afirmando como um “organismo que privilegia como nenhum outros interesses comuns da América Latina e Caribe que fizeram das Malvinas uma causa própria”³⁷⁸.

³⁷⁵ BRASIL, Ata da Reunião Ordinária da OEA, 2013. p. 134.

³⁷⁶ OEA, 2005. s/p

³⁷⁷ OEA, 2010. s/p

³⁷⁸ “organismo que privilegia como nadie los intereses comunes de América Latina y el Caribe ha hecho de Malvinas una causa propia”(ARGENTINA, Ata da Reunião Ordinária da OEA, 2013. p. 131. Tradução nossa)

No tocante à regularidade discursiva, pode-se assumi-la enquanto um indicativo da ineficiência da plataforma da OEA para solucionar ou produzir consensos produtivos na disputa de soberania pelas Ilhas Malvinas. A cada ano que a declaração é aprovada, com conteúdo muitas vezes idêntico ao anterior, atesta-se a incapacidade da Organização em protagonizar ações efetivas no tocante ao tema. Tal evidência é levada em consideração por algumas delegações que manifestam, apesar do apoio à causa argentina, sua contrariedade em desempenhar o mesmo rito todos os anos, sem que um acordo seja efetivado entre os envolvidos³⁷⁹. As delegações de diversos países corroboram a tese que a permanência desta pauta no discurso brasileiro possui âncora na ineficiência da organização em solucionar a problemática. Estas manifestações sustentam as perspectivas aqui suscitadas, onde o discurso acerca das Ilhas Malvinas é operado de forma simbólica, ao mesmo tempo, dada a repetição monótona, o tema tende a possuir ares de mero rito. Operacionalmente, Organismo pouco pode oferecer para solucionar o conflito, considerando que o Reino Unido não é membro da OEA, mas espera-se que a discursivização do tema na instituição gere acúmulo e pressão na agenda internacional, com vistas a conduzir o país à mesa de negociações. O cenário atual resume-se à ausência de soluções, bem como falta de interesse do país europeu de estabelecer acordos a respeito.

³⁷⁹ Neste sentido, em 2004, a Delegação do Uruguai declara: “*Ritualmente, desde 1983, todos los años aprobamos una resolución sobre este tema, pero esa suerte de ritualidad podría inducir a error, a hacer creer que es un tema testimonial, que es un tema emblemático, que es un tema simbólico. Lejos de ello, es un tema real. Han pasado más de 20 años y hubo, además, una guerra en el medio. Entonces, uno siente que esta cuestión de decir que se “DECIDE continuar examinando” tiene algo de concesión a las palabras y poco de retribución a los hechos. El Canciller Bielsa, con claridad, con precisión –él apela a la precisión de los papeles, lo que yo envidio–, ha dicho que este tema está desde 1983, primera sesión en la que se trató en la OEA, y evocó una resolución de la Asamblea de las Naciones Unidas en 1994, en donde se incluye el tema de las Malvinas, y luego puso una serie de ejemplos de situaciones, de acciones unilaterales cumplidas por el Reino Unido que, lejos de auspiciar esa mesa común, no hacen sino reafirmar una voluntad excluyente. Creo que tenemos aquí una obligación. Digo esto con especial énfasis -no en vano nuestras banderas son tan parecidas-, porque todo testimonio de presencia colonialista en la región está fuera de los tiempos. No es que esté fuera de la agenda bilateral o multilateral, está fuera de los tiempos, y como estas cosas fuera de los tiempos son una contradicción con el concepto de la modernidad misma, como concepto político, yo creo que la OEA no tiene que limitarse, y lo digo con mucho respeto, a aprobar todos los años en esta Asamblea una resolución como ésta o parecida a ésta. Tiene que ensayar también algún tipo de relevamiento de cuáles son los componentes de este tema, y hacerlo desde ese belvédere que tiene la Organización y que le permite mirar hacia la región y mirar el mundo, y también verse a sí misma y su relación con el mundo exterior” (OEA, 2004). Destaca-se a comparação da ação discursiva acerca da questão com uma “belvédere”, aludindo a um certo tipo de construções arquitetônicas isoladas em jardins, como pequenos mirantes e pontos de observação.*

Acerca de nosso objetivo específico, resta-nos perguntar acerca do efeito da supremacia estadunidense na dinâmica do discurso brasileiro: de que maneira a posição norte-americana influencia este episódio?

A Guerra das Malvinas foi um dos episódios que começou a demonstrar sinais de ruptura do alinhamento automático dos países do sul com o “irmão do norte”. Durante esta guerra, havia expectativa de que os Estados Unidos acionassem o TIAR, que garantiria a defesa dos interesses Argentinos, haja visto que o maior benefício para os países da região na assinatura do Tratado seria a possibilidade de ter a maior potência bélica do mundo como aliada. Entretanto, o governo Estados Unidos também signatário da OTAN, acordo que partilha com o Reino Unido dentre outros países, optou por manter a aliança do tratado com as potências europeias em detrimento do acordo firmado com seus vizinhos continentais. Com isto, o poder do TIAR foi praticamente anulado, já que a existência do acordo não garantiu a assistência recíproca prevista, a razão de ser do tratado em si.

A postura norte-americana foi justificada pelo fato de que se indispor com o Reino Unido e com outros parceiros comerciais robustos traria perdas econômicas e políticas significativas. Entretanto, tal linha de pensamento serviu para evidenciar que o discurso de união entre os povos das Américas, “América para os americanos”, solidariedade continental e o conjunto de outros enunciados que indicavam uma confluência de interesses, não possuía materialidade já que os Estados Unidos estavam inclinados a adotar posturas pragmáticas de acordo com a conjuntura global. Algo que desfavorece especialmente os países do Sul, já que estes pouco têm a barganhar e influenciar a economia e a política estadunidenses.

Dito isto, a permanência do pleito pelas Ilhas Malvinas nas discussões da Reunião Geral podem ser interpretadas enquanto uma forma de enfrentamento à postura norte-americana de se abster ou até mesmo se opor perante a questão. Uma forma de exigir que o discurso a respeito do tema tenha local cativo de discussão em um órgão que os Estados Unidos participam. Nota-se que a mesma postura não é adotada em outros órgãos em que não há a presença dos norte-americanos, fato que corrobora ainda mais essa leitura.

Destaca-se também, que apesar do esforço de manter a pauta, em nenhuma ocasião no período estudado os Estados Unidos se pronunciaram acerca do tema. Outros países que historicamente apresentam um alinhamento com a política externa norte americana, como Canadá e México, também se abstiveram. Nesta perspectiva, marcar um espaço de fala destinado a apoiar as pretensões argentinas, mesmo diante destes países da América do norte, membros que sistematicamente se abstiveram ou se opuseram, configura o estabelecimento de um espaço de confronto e eventual insurgência.

De modo geral, observando o discurso da política externa brasileira no período, ressalta-se a constância da questão das Ilhas Malvinas. O Brasil historicamente sustentou os pleitos argentinos na ordem global; entretanto, cabe destacar a assertividade e continuidade desta temática na OEA o que levou a escolha de dedicar uma seção deste trabalho aos elementos expostos, bem como recorrer a variadas enunciações de outros membros dentro do organismo para uma compreensão melhor localizada e ancorada. Agrega-se a isso, a indicação que esta esfera da OEA constitui-se enquanto espaço de potencial tensionamento com os Estados Unidos, haja visto seu posicionamento histórico acerca da questão das Ilhas Malvinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na parte final deste trabalho de caráter exploratório, pretende-se pontuar algumas considerações finais a respeito dos objetos, dados e temáticas aqui expostos. A presente dissertação estruturou-se a partir de um questionamento acerca da configuração do discurso do Brasil na Organização dos Estados Americanos, tendo por recorte analítico os anos de 2000 a 2016. Nesse sentido, o trabalho buscou perseguir a seguinte questão: como o discurso brasileiro é conduzido no organismo? De modo mais específico, também procurou-se discutir: em que medida há, ou não, um tensionamento do discurso brasileiro devido à presença norte-americana na OEA?

De antemão, nota-se que o movimento de análise iniciou-se sem uma pré-definição dos caminhos e objetos que seriam encontrados nos dados coletados. A partir do momento em que as atas selecionadas das Reuniões Gerais Ordinárias foram alçadas ao posto de *corpus*, as temáticas deste trabalho foram definidas. Como esperado de democracia, segurança, paz e integração, constituíram-se em pontos de grande relevância nesta esfera. Por outro lado, temáticas comuns à política externa brasileira que inicialmente se imaginava encontrar, como desenvolvimento por exemplo, não foram verificadas na materialidade do discurso do Brasil no organismo. Isto reorientou a pesquisa para análise de temáticas próprias ao âmbito da OEA, com a exploração dos significados atribuídos a questão das Ilhas Malvinas, bem como a abordagem pontual do Impeachment de Dilma Rousseff.

Para compreender o discurso brasileiro mostrou-se fundamental a busca pelo distanciamento do objeto analisado e a procura pelas respostas nos caminhos históricos de outros atores, membros e períodos. O ponto de maior evidência desta escolha talvez tenha sido a abordagem da Questão das Malvinas, momento em que recorreu-se a enunciados de diversas delegações. Uma análise centrada exclusivamente no posicionamento do Estado brasileiro certamente não daria conta de examinar os significados de democracia, tampouco ponderar o papel das Ilhas Malvinas contexto internacional. Neste item, reafirma-se a necessidade de guiar o olhar ao discurso no sentido de “determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mos-

trar que outras formas de enunciação exclui”³⁸⁰. Devemos ainda considerar que uma perspectiva exclusivamente linguística não permitiria compreender, por exemplo, a influência dos fatores econômicos que levaram os Estados Unidos a buscar consolidação do regime democrático na OEA.

No Capítulo 1, intitulado “História da OEA”, a pesquisa norteou-se pelo intento de demonstrar como a política externa estadunidense estava conectada a história da Organização dos Estados Americanos. Para perseguir esta interrogação o capítulo procurou abordar o processo histórico da constituição da OEA e da política externa estadunidense de forma a contribuir para a análise do desempenho discursivo brasileiro na instituição em foco. Por esse viés, destacou-se o quanto a institucionalização como diretriz da diplomacia norte-americana, adotada no governo de Woodrow Wilson, somada à Política da Boa Vizinhança de Franklin Delano Roosevelt foram identificadas enquanto as primeiras formulações que forjaram os ideais de unidade hemisférica no continente americano. Os caminhos da pauta democrática começaram a ser tracejados ainda na oitava conferência quando decidiu-se, pela primeira vez, pela inclusão da democracia no currículo escolar. Na conferência seguinte, em Bogotá em 1948 seria firmada a resolução sobre Preservação e Defesa da Democracia.

No caldar deste processo, em 1949, a criação da OEA converge com o momento em que a tríade democracia, livre mercado e anticomunismo predominavam na agenda política norte-americana. Neste contexto, a organização pode ser entendida enquanto um mecanismo de influência na região, em parte frustrado com a Revolução Cubana em 1959. Este evento político alertou os norte-americanos para a necessidade de uma ação ostensiva, com vistas a barrar a insurgência de modelos políticos diferentes no hemisfério. Esta mudança de forma de atuação norte-americana foi traduzida no apoio aos regimes militares na América Latina, quando a organização perde sua centralidade e importância. Tais circunstâncias atestam como a OEA tendeu a produzir ganhos e decisões coletivas apenas na medida em que os Estados Unidos as percebem como capazes de beneficiá-lo diretamente.

Ainda neste primeiro capítulo, discutiu-se como ao cabo deste período ditatorial foi estabelecido o Protocolo de Cartagena, uma emenda que fundiu a democracia

³⁸⁰ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 31

aos valores da instituição. Este documento afirmaria que “a democracia representativa é a condição indispensável para a estabilidade, a paz e o desenvolvimento da região”. Somou-se a ele o movimento de Unidade Para a Promoção da Democracia protagonizado pelo Canadá. A partir de meados da década de 1980 a OEA voltaria ao funcionamento efetivo e à condição de organismo capaz de tomar decisões coletivas. A derrocada da União Soviética favoreceu ação norte-americana, pois o fim do bloco comunista significou a queda de um modelo de organização social e econômica alternativo. Sendo assim, restava aos estadunidenses incrementar sua participação em todos os mecanismos e organismos multilaterais, a fim de oferecer um modelo econômico que servisse aos seus interesses gerais e fosse aderido pela comunidade global, incluindo seus vizinhos de continente. Além disto, tal conjuntura é marcada pela expansão do neoliberalismo, o qual seria implementado, acompanhado e apoiado por diretrizes democráticas.

Para o encaminhamento da análise pretendida, o Capítulo 2 buscou sumarizar as diretrizes do campo da análise do discurso, particularmente a partir de uma perspectiva foucaultiana. Nesta linha houve a preocupação em aprofundar uma reflexão em torno do conceito de formação discursiva, partindo do pressuposto que tal ferramenta teórico metodológica seria essencial para esta proposta de análise. A partir dessa discussão teórica os dois últimos capítulos deste trabalho objetivaram uma análise do corpus visando responder uma dupla questão: quem fala e o que fala?

No Capítulo 3, “Quem fala” o norte de nossa discussão foi examinar os sujeitos responsáveis pela enunciação do discurso brasileiro na OEA, nesta direção foi realizado um levantamento e análise de duas variáveis possíveis: vínculo institucional e gênero dos delegados e delegadas. Os resultados referentes à primeira variável atestaram que 89,7% da delegação no período correspondeu a membros do Ministério de Relações Exteriores, seguido de 4,6% de assessores, 3,6% de parlamentares do âmbito das secretarias e 2,1% de membros do legislativo. Nos anos de 2005, 2006, 2010 e 2013 foram os anos em que as delegações brasileiras tiveram mais participantes, sendo possível verificar também que nestes anos o número de membros do Ministério das Relações Exteriores tendeu a acompanhar o aumento total, o que indica uma certa permanência destas instituições na produção do discurso brasileiro na OEA. Desses

2,1% da esfera legislativa - um total de 6 delegados - concentrados nos anos de 2003, 2004 e 2005.

Observou-se que a participação de membros das Secretarias e do Legislativo ocorreram apenas nos anos em que no governo havia enquanto diretriz de política externa a conceituação da mesma enquanto política pública, urgindo para uma maior democratização da mesma e maior oxigenação. Durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva vigorou uma política de ampliação de atores na formulação da PEB, encabeçada pelo seu então Ministro Celso Amorim que em diversas ocasiões presidiu a delegação perante as Reuniões Gerais Ordinárias da Organização.

Por outro lado, a alta permanência de membros do Itamaraty, algo já esperado, constatou a existência de uma “comunidade do discurso” instituída enquanto a capaz de formular os enunciados que conduzem o desempenho do discurso do país no cenário internacional. Estes 89,7%, composto por chanceleres, embaixadores, cônsules e oficiais de chancelaria, configuram a maior parte do quadro da representação brasileira. Estes são submetidos ao processo de formação acadêmica no Instituto Rio Branco, a qual vivenciam os mesmos processos disciplinares, o que segundo Cheibub garante “espírito de corpo”. Tal fato aponta diretamente para a dificuldade da oxigenação da política externa, outrora mencionada e cogitada pela gestão de Lula. Dada a estabilidade dessa comunidade do discurso e sua legitimidade assegurada enquanto produtora da PEB, percebe-se que a participação de delegados oriundos de Secretarias e da Esfera Legislativa é de impacto nulo. Apesar de sinalizar uma tentativa importante, além de romper com alguns procedimentos, em nenhum momento eles foram os responsáveis diretos para proferir os discursos em nome do Brasil no fórum.

Pensando ainda nos termos de democratização da PEB, tal estabilidade do Itamaraty coopera para manter os resultados negativos da participação feminina estabilizados. Os estudos de Balbino apontam as dificuldades institucionais e sociais para a participação de mulheres no Itamaraty. Logo, como o MRE é a maior responsável para a produção de discursos brasileiros na esfera internacional, enquanto não houver uma reforma profunda de inclusão social nas estruturas do Instituto Rio Branco, o baixo índice de participação feminina na OEA (24,7%) permanecerá, provavelmente com resultados similares em outros órgãos. Nestes estudos considera-se que há uma

divisão do trabalho entre doméstico/privado e político/público, em que a mulher fica relegada aos primeiros, de forma que a identidade da mulher não é construída para ocupar cargos de representação na máquina estatal, bem como este aparato não é construído com o intento de por ela ser dirigido. A permanência de tal marca na condução de nossa política externa atesta uma profunda dificuldade de garantir a democracia no sentido de igualdade de oportunidades e direitos, bem como resulta na formulação de políticas públicas que a contemplem e considerem cada vez menos.

Neste tópico, é interessante observar que a OEA produz políticas notáveis no consenso e empenho de políticas para a promoção da igualdade de gênero desempenhadas pelo órgão, porém tal ato não têm impacto direto na definição dos sujeitos autorizados a atuar na ordem do discurso. Cabe considerar ainda que os anos de maior protagonismo de mulheres na produção dos enunciados brasileiros foram 2002, 2011 e 2015, os dois últimos coincidem com o período em que o posto de presidente no Brasil também foi ocupado por uma mulher, Dilma Rousseff, mas tal fato não nos fornece base para considerar um episódio como decorrência do outro, haja visto que não se concretizou enquanto uma política permanente. Além de que nos outros anos da gestão de Rousseff (2012, 2013 e 2014) o quadro geral de desigualdade permaneceu.

No quarto e último capítulo, “O que é dito”, foi empreendida uma análise mais específica em torno do discurso da delegação brasileira na OEA, a partir de uma ótica exploratória dos principais temas suscitados no período. Neste momento houve a preocupação em identificar continuidades e rupturas envolvendo o desenvolvimento destas temáticas no discurso estudado. A primeira seção apontou no campo da produção dos saberes a teoria da paz democrática foi desenvolvida reunindo todos estes valores que norteavam as instituições norte-americanas com a noção de paz, atribuindo a eles relação causal.

Na seção destinada a exploração da relação dos temas da paz regional, democracia e integração foi elaborada uma digressão ancorada no conceito de saber-poder para expor a atuação dessa teoria nas diretrizes econômicas e nos pronunciamentos da gestão de Clinton. Seu caráter universalista pautado no uso de métodos matemáticos tidos como exagerados na perspectiva de Monica Salomon, além de seus valores in-

dissociáveis de demandas estadunidenses nos levaram a questionar como houve um relativo sucesso em seu estabelecimento na ordem do discurso. Houve a percepção de que a efetividade não estava apenas ancorada na coerência teórica, mas na credibilidade de seus partidários ao implementá-la, estando diretamente relacionada aos meios materiais que aqueles que a adotam possuem para convencer instituições e países de aderi-la.

Apesar desta constatação anterior, seu sucesso no impacto do discurso brasileiro pode ser comprovado na medida em que foi eficaz em estabelecer enunciados que perpetuam essa relação de paz e democracia. Entretanto, foi notável a maneira com que o Brasil foi capaz de derivar sentidos dessa relação, colocando-a em uma chave de interpretação indissociável das relações regionais entre os países da América do Sul. Considerando que uma aliança entre estes países é um contraponto ao alinhamento automático com os Estados Unidos, pode-se dizer que a derivação de sentidos destes enunciados sobre paz e democracia no discurso brasileiro criam fissuras na relação de saber-poder notada nos primórdios da criação da teoria.

Estas ditas derivações de sentido encontraram materialidade em outras teorias sobre segurança suscitadas como a noção de “comunidade de segurança”. Ou ainda aquela desenvolvida por Lupovici que identificou a paz como resultante de um processo de criação de valores intersubjetivos compartilhados. Pontuou-se ainda como a construção discursiva brasileira da região enquanto uma zona de democracia e paz exclui a necessidade e possibilidade de uma intervenção militar norte-americana na região, haja visto que a despeito da capacidade interventora deste país e seu histórico de ingerências militares, cada vez a segurança e a paz regional são tratadas como problemas a serem solucionados por intermédio da diplomacia e da construção de valores comuns, segundo a perspectiva do governo brasileiro.

Em outra seção de nosso trabalho, a segunda do quarto capítulo, estas derivações de sentido foram protagonistas de nossa análise, tendo a democracia novamente como central no debate. A declaração do Governo da Nicarágua em Reunião Ordinária realizada em 2016, cujo conteúdo era a denúncia de um golpe no Brasil, levou a exploração dos sentidos atribuídos ao Impeachment perpetrado contra a então presidenta Dilma Rousseff. A análise proposta recorreu ao cenário doméstico, local o qual

a disputa de narrativas acerca do evento fervilhou ainda mais que no cenário internacional. Foi percebido que tanto o Impeachment quanto o Golpe eram narrativas defendidas em prol da “defesa da democracia”. Esta constatação demonstrou como a democracia é um sistema político longe de possuir significado estabelecido, algo que já era levantado por outros membros da OEA em ocasião das Reuniões Gerais, especialmente nos casos envolvendo a Venezuela.

Para tal, considera-se a afirmação de Foucault que a verdade “é objeto de debate político e de confronto social”³⁸¹ e aplica-se a compreensão do evento como uma disputa de narrativas/verdades entre duas abordagens possíveis do mesmo fato político - o Processo de Impeachment. Foi evidenciado que ambos os termos foram cunhados muito antes do início do processo. Além disso, observada a associação de problemáticas de gênero que consideravam que o Impeachment foi perpetrado contra uma presidente mulher, o que pode significar a anulação de mulheres na esfera política. No sentido de observar as correlações de força, identificou-se que a narrativa do Golpe favoreceria o governo eleito, retirando a legitimidade do processo e promovendo a retomada de significados pejorativos alicerçados na memória coletiva, considerando o passado recente da Ditadura instituída através de Golpe Civil-Militar em 1964.

Em contrapartida, a narrativa de Impeachment possibilitou a modificação do resultado das urnas através do uso de um mecanismo legal e constitucional, ou seja, a mudança do poder sem a devida passagem pelo crivo direto da população, favorecendo a oposição como um todo. Este favorecimento e disputa ficou ainda mais claro somado a observação dos documentos publicizados pela Agência Pública. Tais comunicações internas do MRE apresentam orientações para rechaçar manifestações que busquem deslegitimar o processo conduzido contra a Presidente Dilma Rousseff.

No que tange a ordem do discurso da Organização, o movimento do governo da Nicarágua foi solitário e não houve aderência de outros países em relação a denúncia de que o Brasil passava por um “inescrupuloso golpe de Estado”. Tal fato demonstra que não houve rompimentos profundos na legitimidade democrática construída pelo Brasil ao longo das últimas décadas, entretanto não é possível afirmar os motivos pelos quais tal fato ocorreu. Considera-se que os outros países membros podem - ou

³⁸¹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p.12-13

não - aderir a perspectiva da Nicarágua. Mas por inúmeros motivos não considerar o fórum o espaço adequado para tal, ou ainda, possuir receio de questionar o Brasil, um parceiro econômico fundamental para os países da região, acerca de seus processos políticos internos. Independente da ausência de reverberações outras, é atestado que a declaração rompe com uma construção discursiva desempenhada anteriormente do Brasil enquanto país de democracia consolidada.

Se até aqui nota-se a abordagem das rupturas discursivas no discurso brasileiro, a Guerra das Malvinas foi o elemento que exaltou a regularidade em nosso corpus. Foi verificado que em todos os anos o Brasil cumpria um rito discursivo ao propor em Reunião Geral Ordinária a assinatura de documento “Declaração sobre a Questão das Ilhas Malvinas” sobre o pleito argentino na disputa das Ilhas Malvinas. O tópico de discussão, “*La Cuestión de las Islas Malvinas*”, possui uma configuração discursiva própria posta em funcionamento regularmente. A primeira fala é sempre destinada à Delegação Argentina, a mais interessada, haja visto que o tema é, em primeira instância, concernente a seu próprio território. Ela utiliza o espaço para efetuar uma narrativa e uma construção histórica da questão das Ilhas Malvinas, apoiada em conceitos como: soberania, direito internacional, princípio de autodeterminação dos povos, integridade territorial e colonização. Não há uma menção de rechaço ao documento.

No tocante a abordagem escolhida para o tema, notou-se que utilizava-se o termo “disputa de soberania” para referir-se ao entrave diplomático. Dada esta constatação, restou-nos indagar “porque este enunciado e não outro em seu lugar?”. Nota-se que ao escolher abordar o ponto enquanto disputa de soberania três fatores foram identificados (1) a busca pela resolução do conflito de forma pacífica, (2) a capacidade de argumentação a respeito do litígio quando o termo é invocado e (3) a forma que o mesmo possibilita a associação incômoda com a colonização. Na contramão do que ocorreria caso a questão fosse tratada como disputa de território, a soberania situa o litígio em uma complexa rede de memórias de sentidos, históricos, jurídicos e políticos.

Buscando responder nosso objetivo específico, coube também situar os Estados Unidos e sua política externa diante do tópico. Notou-se que em nenhum dos anos analisados houve pronunciamento do membro no momento de discussão do tema. Ob-

servou-se que o país desempenhou uma postura delicada no momento do conflito, pois havia uma expectativa de que os norte-americanos fornecessem suporte militar a Argentina, tendo em vista o TIAR, entretanto preferiu manter-se fiel a OTAN, acordo que partilha com o Reino-Unido. Dito isto, a permanência do pleito nas discussões da Reunião Geral podem ser interpretadas enquanto uma forma de enfrentamento a postura norte-americana de se abster ou até mesmo se opor diante da questão. Uma forma de exigir que o discurso a respeito do pleito tenha local cativo de discussão em um órgão que o mesmo participa, já que notou-se que o mesmo não é feito em outros órgãos em que não há a presença dos Estados Unidos de forma tão centralizada, fato que nos direciona ainda mais à essa leitura.

Por outro lado, a permanência do tópico também atesta a ineficiência do organismo. Não é usual ou prolífico no sentido de produzir demandas e políticas que em todos os anos o mesmo discurso seja proferido, propondo o mesmo documento. Pelo contrário, quando há um consenso de um número relativo de membros, é desejável e comum que transforme-se em alguma política pública para solucioná-lo. Entretanto, o discurso brasileiro e argentino parecem possuir maior efeito restrito à ordem do discurso do que na produção de *outputs*. Algo já esperado considerando que o período é apontado como um momento de baixa efetividade da Organização, assim como a década de 1950 e 1960. Ainda nesta toada, observa-se que o Brasil sempre tendeu a sustentar apoio aos pleitos argentinos na ordem global, entretanto, raros são os eventos de tamanha assertividade e continuidade em organismos multilaterais diversificados.

No que concerne a responder nosso objetivo específico, destacando a influência da correlação de forças da ordem global de supremacia estadunidense no funcionamento do discurso brasileiro em vistas de evidenciar se há ou não há um tensionamento, notou-se uma oposição de perspectivas e o movimento de derivações de sentido dos significados tidos como “estabilizados” pelos norte-americanos. Entretanto, não evidenciou-se embates diretos no campo do discurso. O fundamento desses resultados pode estar alocado na percepção brasileira de que não há ganhos em tensionar e afrontar os Estados Unidos no organismo. Além do próprio fato de que quando a OEA tende a não convergir com as posições dos norte americanos sua postura é de distanciamento e utilização de outras abordagens bilaterais para atingir seu fim. Entretanto, a

oposição brasileira é evidente durante este período. Pois os valores e objetivos que regem a PEB durante os anos de 2000 e 2016 são diametralmente opostos aos norte-americanos. Idéia que se afirma ao considerarmos as agendas de integração, de democratização da política externa, cooperação sul-sul e fortalecimento diante do cenário internacional, ações que resultam em uma perda relativa de influência dos Estados Unidos sobre a América do Sul como um todo.

Por fim, a análise do discurso brasileiro na OEA possibilitou um panorama de alguns aspectos da política externa no período, bem como a apreensão das linhas de força e das disputas de narrativas que consolidam diversas políticas públicas. Foi elucidado que muito das escolhas estratégicas de cunho econômico e militar podem ser compreendidas com um olhar atento às práticas discursivas. Ao observar as temáticas propostas é possível também compreender as escolhas e caminhos traçados na história da inserção internacional do país, bem como apontar direções futuras.

FONTES DOCUMENTAIS

EXTERIORES, Ministério das Relações. Comunicado interno: Brasil processo de impeachment da Presidente da Republica. Informações. 24 de maio de 2016. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/18sxcqbG3oaS1kdw-CZ2NEvygjG0ULUZVX>> Acesso em 24 de maio de 2019.

OEA. 32º PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES Windsor, Canadá (4-6 de junho, 2000) Atas e documentos, vol 2. Washington: Secretaria Geral-OEA, 2000. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/council/AG/Minutes/>> (acesso em 15 de abril de 2018)

OEA. 33º PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES San José, Costa Rica (3-5 de junho, 2001) Atas e documentos, vol 2. Washington: Secretaria Geral-OEA, 2001. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/council/AG/Minutes/>> (acesso em 15 de abril de 2018)

OEA. 34º PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES Bridgetown, Barbados (3-5 de junho, 2002) Atas e documentos, vol 2. Washington: Secretaria Geral-OEA, 2002. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/council/AG/Minutes/>> (acesso em 15 de abril de 2018)

OEA. 35º PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES Santiago, Chile (8-10 de junho, 2003) Atas e documentos, vol 2. Washington: Secretaria Geral-OEA, 2003. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/council/AG/Minutes/>> (acesso em 15 de abril de 2018)

OEA. 36º PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES Flórida, Estados Unidos (5-7 de junho, 2005) Atas e documentos, vol 2. Washington: Secretaria Geral-OEA, 2005. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/council/AG/Minutes/>> (acesso em 15 de abril de 2018)

OEA. 37º PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES Santo Domingo, República Dominicana (4-6 de junho, 2006) Atas e documentos, vol 2. Washington: Secretaria Geral-OEA, 2006. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/council/AG/Minutes/>> (acesso em 15 de abril de 2018)

OEA. 38º PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES Cidade do Panamá, República do Panamá (3-5 de junho, 2007) Atas e documentos, vol 2. Washington: Secretaria Geral-OEA, 2007.

OEA. 39º PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES Medellín, Colômbia (1-3 de junho, 2008) Atas e documentos, vol 2. Washington: Secretaria Geral-OEA, 2008. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/council/AG/Minutes/>> (acesso em 15 de abril de 2018)

OEA. 40º PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES São Pedro Sula, Honduras(2-4 de junho, 2009 Atas e documentos, vol 2. Washington: Secretaria Geral-OEA, 2009. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/council/AG/Minutes/>> (acesso em 15 de abril de 2018)

OEA. 41º PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES Lima, Peru (6-8 de junho, 2010) Atas e documentos, vol 2. Washington: Secretaria Geral-OEA, 2010. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/council/AG/Minutes/>> (acesso em 15 de abril de 2018)

OEA. 42º PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES São Salvador, El Salvador (5-7 de junho, 2011). Atas e documentos, vol 2. Washington: Secretaria Geral-OEA, 2011. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/council/AG/Minutes/>> (acesso em 15 de abril de 2018)

OEA. 43º PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES. Jun 2012, Cochabamba-Bolívia. Atas e documentos, vol 2. Washington: Secretaria Geral-OEA, 2012. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/council/AG/Minutes/>> (acesso em 15 de abril de 2018)

OEA. 44º PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES La Antigua, Guatemala (4-6 de junho, 2013) Atas e documentos, vol 2. Washington: Secretaria Geral-OEA, 2013. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/council/AG/Minutes/>> (acesso em 15 de abril de 2018)

OEA. 45º PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES Assunção, Paraguai (3-5 de junho, 2014); Atas e documentos, vol 2. Washington: Secretaria Geral-OEA, 2014. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/council/AG/Minutes/>> (acesso em 15 de abril de 2018)

OEA. 46º PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES Washington, Estados Unidos (15-16 de junho, 2015); Atas e documentos, vol 2. Washington: Secretaria Geral-OEA, 2015. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/council/AG/Minutes/>> (acesso em 15 de abril de 2018)

OEA. 47º PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES Santo Domingo, República Dominicana (13-15 de junho, 2016). Atas e documentos, vol 2. Washington: Secretaria Geral-OEA, 2016 Disponível em: <<http://www.oas.org/es/council/AG/Minutes/>> (acesso em 15 de abril de 2018)

ROOSEVELT, Theodore. Mensagem Anual ao Congresso. 1904. Disponível em <<https://www.infoplease.com/homework-help/us-documents/state-union-address-theodore-roosevelt-december-6-1904>> Acesso em 04 de novembro de 2018

OASD. The Base Structure Report (BSR). Washington: 2016. Office of the Assistant Secretary of Defense. Disponível em: <https://www.acq.osd.mil/eie/Downloads/BSI/Base%20Structure%20Report%20FY17.pdf> Acesso em 08 de novembro de 2018.

OEA. AG/RES. 1080 (XXI-O/91), de 5 de junho de 1991. Disponível em: <https://www.oas.org/xxxiiga/portugues/documentos/democracia_repres.pdf> Acesso em 06 de novembro de 2018.

NSS, 1991. Disponível em: <<http://nssarchive.us/NSSR/1991.pdf>> Acesso em 06 de novembro de 2018.

OEA, AG/DEC. 8 (XXV-O/95). Declaração De Montrouis: Uma Nova Visão Da OEA. 7 de junho de 1995. Disponível em: <www.oas.org/consejo/pr/AG/Documentos/ag00979p11.doc> Acesso em 8 de novembro de 2018.

OEA, AG/RES. 1501 (XXVII-O/97) Solidariedade Global Em Assuntos Hemisféricos. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/portuguese/docres1501.asp>> Acesso em 08 de novembro de 2018.

OEA, Carta Democrática Interamericana. 2001. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/r.Carta.Democr%C3%A1tica.htm> Acesso em: 13 de janeiro de 2019.

The President's News Conference With President Vicente Fox in San Cristobal, Mexico', 16 Fevereiro de 2001, Weekly Compilation of Presidential Documents, pp. 299–304. Disponível em: <<https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.fedreg/wcpd03702&div=1&src=home>> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

OIG - Office of Inspector Geral, Relatório 02-OIG-003, A Review of U.S. Policy toward Venezuela. Novembro , 2001- Abril , 2002. Disponível em: <<https://www.stateoig.gov/system/files/13682.pdf>> Acesso em 13 de janeiro de 2019.

GRUPO DO RIO, "Declaración especial sobre la situación en Honduras." XXVIII Reunión de Ministros de Relaciones Exteriores del Mecanismo Permanente de Consulta y Concertación Política, Grupo de Río, November 5. 2009

UNASUL, Declaração Conjunta. San Carlos de Bariloche, 28 de agosto de 2009, Disponível em: <http://walk.sela.org/attach/258/EDOCS/SRed/2010/10/T023600004360-0-DeclaraciOn_conjunta_de_la_UNASUR_Bariloche_28_de_agosto_de_2009.pdf> Acesso em 14 de janeiro de 2019.

OEA. Carta da Organização dos Estados Americanos Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm#ch9> Acesso em 03 de janeiro de 2019

OEA, CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR. Solicitud De Participación Presentada Conforme Al Punto 6 De Las Directrices Para La Participación De Organizaciones De La Sociedad Civil En Las Actividades De La Oea [Cp/Res. 759 (1217/99)]

CLINTON, Willian. "Confronting the Challenges of a Broader World", Dispatch, 4. US Department of State, Bureau of Public Affairs. 1993.

REFERÊNCIAS

ARNOUX, E. N. **La agenda Glotopolítica contemporánea**. Hacia la integración sudamericana. In: ARNOUX, E. N.; BEIN, R. (org.), La regulación política de las prácticas lingüísticas. Buenos Aires: Eudeba, 2008. pp.1-15

BALBINO, Viviane Rios. **Diplomata Substantivo Comum De Dois Gêneros: Um Estudo Sobre A Presença Das Mulheres Na Diplomacia Brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011

BALBINO, Viviane Rios. **A presença da mulher na diplomacia brasileira no início do século XXI**. In: MATHIAS, Suzeley Kalil (org). Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: UNESP, 2009.

BETHELL, Leslie. **Verbetes da Primeira República**. São Paulo: CPDOC Faculdade Getúlio Vargas, 2007. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONFER%C3%84NCIAS%20PAN-AMERICANAS.pdf>> Acesso em 01 de novembro de 2018.

CAETANO, Renato Duarte. CHEBLY, Marina Martins. **Democracia em Disputa: atravessamentos discursivos na sessão de julgamento do Impeachment de Dilma Rousseff**. Trabalho preparado para sua apresentação no 9o Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideú, 26 ao 28 de julho de 2016.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CARDOSO, Evorah Lusci. “**Demandas do Legislativo pela condução da política externa brasileira: constituição de um novo veto player?**” Artigo elaborado para a disciplina Análise de Política Externa, ministrada no Departamento de Ciência Política da Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (USP). 2006. Disponível em: <http://sbdp.org.br/arquivos/material/38_CARDOSO,%20Evorah%20-%20Demandas%20do%20Legislativo%20pela%20conducao%20da%20política%20externa%20brasileira%20-%20constituicao%20de%20um%20novo%20veto%20player.pdf> Acesso em 10 de janeiro 2019.

CARTA, Catherine. FRÉDERIC-MORIN, Jean. **EU Foreign Policy through the Lens of Discourse analysis: Making Sense of Diversity.** Farnham: Ashgate, 2013

CASTELAN, Daniel Ricardo. **A Implementação do Consenso:** Itamaraty, Ministério da Fazenda e a Liberalização Brasileira. *Revista Contexto Internacional*. vol. 32, n. 2, julho/dezembro 2010. p. 568

COHN, Carol. **Wars, Wimps, and Women:** Talking Gender and Thinking War. In *Gendering War Talk*, edited by M. Cooke and A. Wollacott, pp. 227–246. Princeton, NJ: Princeton University Press. 1993.

COURTINE, Jean Jacques. **Discursos sólidos, discursos líquidos:** a mutação das discursividades contemporâneas. In SARGENTINI, Vanice. GREGOLIN, Maria do Rosário. *Análise do discurso: heranças, discursos e objetos.* São Carlos: Claraluz, 2008. p.13

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUfscar, 2014.

COURTINE, Jean-Jacques. **El concepto de formación discursiva.** In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva.* São Paulo: Pedro & João Editores, 2007

COX, M. **Wilsonianism Resurgent?** The Clinton Administration and the Promotion of Democracy. In: COX, M.; IKENBERRY, G. J.; INOBUCHI, T. (Ed.). *American Democracy Promotion : Impulses, Strategies and Impacts.* Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 227

CURCINO, Luzmara. PIOVEZANI, Carlos. SARGENTINI, Vanice. **Presenças de Foucault na Análise do Discurso.** São Carlos: EdUfscar, 2014

CÂMARA, Irene Pessoa de Lima. **Em Nome da Democracia:** a OEA e a crise haitiana – 1991 – 1994. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos, 1998.

DEUTSCH, KARL. **Political Community and the North Atlantic Área.** Princeton University Press, Princeton, 1957. DEUTSCH, KARL: *The Analysis of International Relations,* Prentice Hall, Nueva Jersey, 1988,

DOYLE, Michael. **Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs.** *Philosophy and Public Affairs.* 1983.

- ELSHTAIN, Jean B. **Women and War**. New York: Basic Books. 1987
- FAWCETT, Louise. **Regionalism in historical perspective**. In FAWCETT, Louise. HURRELL, Andrew. *Regionalism in World Politics: Regional Organization and International Order*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1995.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2001. p. 17
- FICO, Carlos. **O Grande Irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a Análise do Discurso em Educação**. Cadernos de Pesquisa CEDES, on-line, [S.1.], vol. 114, p. 197-223, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742001000300009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 de dezembro de 2019
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Loyola, São Paulo, Brasil, 1996. 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 3
- FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder-Saber. Ditos e Escritos (Vol. IV)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 253
- FOUCAULT, Michel. **Sobre a Arqueologia das Ciências**. Resposta ao Círculo de Epistemologia. *Arqueologia das ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Ditos e Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2008, p. 82-118.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FURTADO, Celso. **A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- GONÇALVES, Williams. **A Inserção do Brasil na América do Sul**. OIKOS, Rio de Janeiro, vol 10, n. 2. 2011.

GRANT, Rebecca. NEWLAND, Kathleen. **Gender and International Relations**. Indianapolis: Indiana University Press. 1991

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **A mídia e a espetacularização da cultura**. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos, SP: Claraluz, 2003. pp. 09-17.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Formação discursiva**, redes de memória e trajetões sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto Leiser. *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007. pp. 155-168.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos e duelos. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2006.

GREEN, James N.; JONES, Abigail. **Reinventando a história**: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 67-89, June 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882009000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 março de 2019

GUILHAUMOU, Jacques. MALDIDIER, Denise. ROBIN, Régine. **Discurso e arquivo** - Experimentações em Análise do Discurso. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. **Efeitos do arquivo**: a análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). *Gestos de leitura da história no discurso*. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2010 p.162

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Produção Biopolítica**. In: HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001. p. 41-60.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita** - Língua, sujeito e discurso. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

HERMANN, Margaret. KEGLEY, Charles. **Rethinking Democracy and International Peace**: Perspectives from Political Psychology”, *International Studies Quarterly*, 39, 1995. 511-533

HINDESS, B. **Politics as Government: Michel Foucault's Analysis of Political Reason.** Alternatives: Global, Local, Political. 2005.

HOFFMAN, Andrea Ribeiro. **As Organizações Regionais E A Promoção E Proteção Da Democracia:** reflexões a partir das práticas de intervenção democrática na América do Sul. Caderno C R H, Salvador, v. 29, n. SPE 03, p. 47-57, 2016. Disponível em: <cobalten.com/afu.php?zoneid=1407888&var=1862194> Acesso em 05 de novembro de 2018.

JAKOBSEN, Kjeld Aagaard. **Desventuras de alguns críticos da política externa do governo Lula.** Revista Lua Nova: São Paulo, n. 89. pp 275-295, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n89/11.pdf>>. Acesso em 13 de março de 2019.

KEATING, Elizabeth. **Outlook Grim in Latin America for Relations Under Trump.** 24 de janeiro de 2018. Disponível em: <<https://news.gallup.com/poll/226193/outlook-grim-latin-america-relations-trump.aspx>> Acesso em 21 de janeiro de 2019.

LAMPREIA, L. F.. **O Brasil e os ventos do mundo:** memórias de cinco décadas na cena internacional. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

LARSEN, Henrik. **Foreign Policy and discourse analysis:** France, Britain and Europe. London and New York: Routledge, 1997.

LEOGRANDE, William M. **A Poverty Imagination: George W. Bush's Policy in Latin America** Journal, Latin America Studies 39, Cambridge University Press, pp 355–385. 2007.

LIMA, Maria Regina Soares de. **Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña.** America Latina/Internacional, v. 1, n. 2, p. 27-46, 1994. Disponível em: <http://www.institutorio Branco.itamaraty.gov.br/images/pdf/CAD/LXVII/Bibliografia/politica-externa-brasileira/leitura-obrigatoria/Maria-Regina--Ejes-Analiticos.pdf>> Acesso em 21 de janeiro de 2019.

LORENZ, Federico. **Las guerras por Malvinas.** Buenos Aires: EDHASA, 2006.

LORENZ, Federico. **El malestar de Krimov.** Malvinas, los estudios sobre la guerra y la historia reciente argentina. Revista Estudios N° 25, janeiro-junho 2011.

LORENZ, Federico. **Fantasma de Malvinas**. Un libro de viajes. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2008.

LORENZ, Federico. Malvinas. **Una guerra argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

LORENZ, Federico. **Testigos de la derrota**. Malvinas: los soldados y la guerra durante la transición democrática argentina, 1982-1987. Buenos Aires: Anne Pérotin-Dumon, 2007. Disponível em: <http://etica.uahurtado.cl/historizarelpasadovivo/es_contenido.php> Acesso em 21 de janeiro de 2019.

LUPOVICI, Amir. **Pacification**: Toward a Theory of the Social Construction of Peace. *International Studies Review*, 15(2), 204–228.

MARTIN, Lisa. **Democratic Commitments**: Legislatures and International Cooperation. Princeton, Princeton University Press, 2000.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. **Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos**. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 28-42, Março de 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572015000100028&lng=en&nrm=iso> Acesso em 15 de janeiro de 2019.

MILANI, Carlos R. S. PINHEIRO, Leticia. **Política externa brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública**. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 35, nº 1, janeiro/junho, p. 11-41, 2013.

MILANI, Carlos R. S. PINHEIRO, Leticia (orgs). **Política externa brasileira: As práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 33-70. 2012

MILNER, Helen. **Interests, Institutions, and Information**: Domestic Politics and International Relations. Princeton, Princeton University Press. 1997.

MIRANDA, José Carlos; MARTINS, Luciano. **Fusões e aquisições de empresas no Brasil**. *Economia e Sociedade*, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 67-88, jan. 2016. ISSN 1982-3533. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643121/10671>>. Acesso em 15 de janeiro 2019.

MIRANDA, Samir Perrone. **A integração da América do Sul no discurso da política externa brasileira (1992-2010)**. (Tese de doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. 2013.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

NAVARRO, Pedro. **O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História**. In SARGENTINI, Vanice. NAVARRO, P. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Editora Claraluz, 2004.

OLIVEIRA, Jéssica da Silva. **The place of the Region in IR**. Revista Contexto Internacional v. 39, n. 1, Jan/Abr 2016.

ORLANDI, Eni P. (Org.). **Gestos de Leitura - da História no Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

PASQUARELLI, Bruno Vicente Lippi. **Política Externa como Política Pública: uma análise da atuação diplomática brasileira durante o Governo Lula**. Revista Política Hoje, Vol. 19, n. 1, 2010. p. 195

PATEMAN, Carole. **Críticas feministas a dicotomia público/privado**. In: BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política Feminista: textos centrais. Niterói: EdUFF, 2014.

PATEMAN, Carole. **The Sexual Contract**. Stanford, California: Stanford University Press. 1988.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves do. **O Brasil e a América do Sul**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

POGGI, Tatiana. **A política é a arma do negócio: o papel dos EUA e das Corporations na construção da ditadura chilena**. Estudos Ibero-Americanos, v. 42, n. 2, pp. 633-660, 2016.

PREBISCH, Raul. **O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Economia, v. 3, n. 3. 1949.

PUTNAN, Robert. **Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games**, International Organization, 1988. v. 42, no 3, pp. 231-252. 1988.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

QUEIROZ, Guilherme; BAGNO, Marcos; MONTEIRO, Júlio César Neves. **A tradução como política linguística: o caso da Unasul**. Trabalhos em Linguística Aplicada, [S.l.], v. 57, n. 1, p. 127-154, mar. 2018. ISSN 2175-764X. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8651609/17740>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

RABINOW, P. DREYFUS, H. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.

REMMER, Karen L. **Does Democracy Promote Interstate Cooperation? Lessons From the Mercosur Region**. International Studies Quarterly, Vol. 42. 1988.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

RICUPERO, Rubens. **À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível**. Novos Estudos – Cebrap, n. 87, pp. 35-58. 2010

ROSATI, Jerel A. SCOTT, James. **The Politics of United States Foreign Policy**. United States: Thomason Wadsworth, 2007.

SALOMÓN, Mónica. **El Debate Sobre La Paz Democrática: una Aproximación crítica** Revista de Estudios Políticos Nueva Época. n 113. Julho-setembro. 2001.

SAMPAIO JR. Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado**. Petrópolis: Vozes, 1999. p.15-60.

SANTOS, Fabiano. **Integração regional e as eleições presidenciais de 2006 no Brasil**. Análise de Conjuntura, Rio de Janeiro, n. 2, fev 2006. ONUKI, Janina.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge. Eleições, política externa e integração regional. Curitiba: Revista de Sociologia Política, n. 27, nov. 2006. p. 145-155.

SCHMITTER, Philippe C. **Military Rule in Latin America: Functions, Consequences, and Perspectives**. London: Sage Publications, 1973.

SELBY, Jan. **Engaging Foucault: Discourse Liberal Governance and the limits of Foucauldian IR**. International Relations, n 2, 2007.

SERRA, José. **Discurso do ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de estado das Relações Exteriores**. Brasília, 18 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

SILVA, Suylan de Almeida Midlej. **Democracia participativa e processo decisório de políticas públicas: a influência da campanha contra a Alca**. Revista Sociedade e Estado. Brasília: vol.28, n.1, jan-abr 2013

SMITH, Tony. **National Security Liberalism**. In: COX, M.; IKENBERRY, G. J.; INOBUCHI, T. American Democracy Promotion : Impulses, Strategies and Impacts. Oxford: Oxford University Press, 2000.

SOUZA, Jessé de. **A Radiografia do Golpe**. LeYa: São Paulo, 2016

THÉRIEN, Jean-Philippe; GOSSELIN, Guy. **A democracia e os direitos humanos no hemisfério ocidental: um novo papel para a OEA**. Contexto Internacional. v.19, n. 2, 1997. p. 201

TICKNER, Ann. **You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists**. International Studies Quarterly, nº 41, 611–632. 1997.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. New York: Columbia University Press. 1992.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VANDERBUSH, Walt. **The Bush Administration Record in Latin America: Sins of Omission and Commission.** *New Political Science*, 31. 2009.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIEIRA, Ronaldo. **Foucault em CASA: aspectos discursivos da construção da Comunidade Sul-Americana de Nações (2004 – 2006).** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

VIGGIANO, Juliana Lyra. **Análise do Contexto Intersubjetivo: A política Diplomática de Promoção da Democracia dos Estados Unidos para a América Latina no Pós-Guerra Fria (Tese de Doutorado)** Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-12112010-121057/publico/2010_JulianaLyraViggianoBarroso.pdf> Acesso em 08 de novembro de 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System.** New York: Academic Press, 1974.

WEIGLEY, Russell Frank.. **The American way of war: a history of United States military strategy and policy.** Indiana University Press, 1977

WEISBROT, Mark. **Commentary Obama's Latin America Policy: Continuity Without Change.** *Latin American Perspectives*, Vol. 38, No. 4, Obama and Latin America. 2011. pp. 63-72

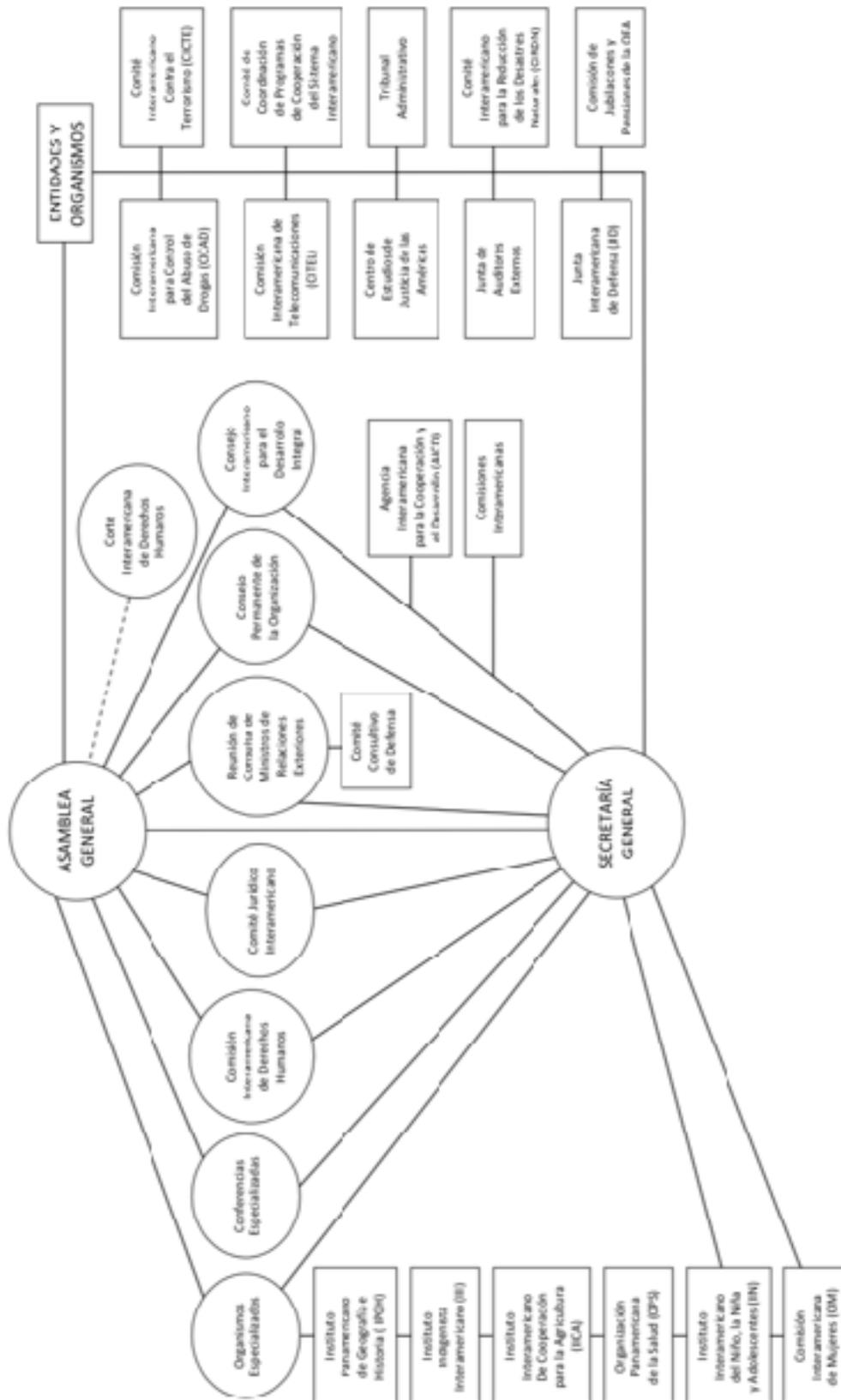
WÆVER, Ole. Security. **The Speech Act.** Analyzing the Politics of a Word. Working Paper COPRI, n 19. 1989.

ANEXOS

Anexo 1. Presidentes de esquerda e centro-esquerda no período analisado

País	Presidente	Partido	Período
Argentina	Nestor Kirchner Cristina Kirchner	Partido Justicialista (PJ)	2003 - 2007 2008 - 2015
Bolívia	Evo Morales	Movimento para o Socialismo - IPSP	2006 - atual
Brasil	Luiz Inácio Lula da Silva Dilma Rousseff	Partido dos Trabalhadores (PT)	2003 - 2010 2011 - 2016
Chile	Ricardo Lagos Michelle Bachelet	PSCH (Concertación)	2000 - 2006 2006 - 2010
Equador	Rafael Corrêa	Alianza PAÍS	2007 - 2016
Paraguai	Fernando Lugo	Frente Guasú	2008 - 2012
Uruguai	Tabaré Vasquez José Mujica	Frente Amplio	2005 - 2010 2010 - 2015
Venezuela	Hugo Chávez Nicolás Maduro	PSUV	1999 - 2013 2013 - atual

Anexo 2. Organograma da OEA



Anexo 3. Resolução 1080

AG/RES. 1080 (XXI-O/91)

DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

(Resolução aprovada na quinta sessão plenária,
realizada em 5 de junho de 1991)

A ASSEMBLÉIA GERAL,

CONSIDERANDO:

Que o preâmbulo da Carta da Organização dos Estados Americanos estabelece que a democracia representativa é condição indispensável para a estabilidade, a paz e o desenvolvimento da região;

Que, segundo estabelece a Carta, um dos propósitos fundamentais da OEA é promover e consolidar a democracia representativa, respeitado o princípio da não-intervenção;

Que é preciso observar o devido respeito pelas políticas de cada Estado membro em matéria de reconhecimento de Estados e governos;

Que, levando em conta a existência generalizada de governos democráticos no Hemisfério, é necessário dar efetiva aplicação ao princípio consignado na Carta de que a solidariedade dos Estados Americanos e os altos fins a que ela visa requerem a organização política dos mesmos com base no exercício efetivo da democracia representativa; e

Que subsistem na região sérios problemas políticos, sociais e econômicos que podem ameaçar a estabilidade dos governos democráticos,

RESOLVE:

1. Instruir o Secretário-Geral a que solicite a convocação imediata do Conselho Permanente caso ocorram fatos que causem interrupção abrupta ou irregular do processo político institucional democrático ou do legítimo exercício do poder por um governo democraticamente eleito, em qualquer dos Estados membros da Organização para, no contexto da Carta, examinar a situação, decidir e convocar uma reunião *ad hoc* de Ministros das Relações Exteriores, ou um período extraordinário de sessões da Assembleia Geral, tudo isso no prazo de 10 dias.

2. Expressar que a reunião *ad hoc* de Ministros das Relações Exteriores ou o período extraordinário de sessões da Assembleia Geral tenha por objetivo analisar coletivamente os fatos e adotar as decisões que forem consideradas apropriadas, de conformidade com a Carta e com o Direito Internacional.

3. Encarregar o Conselho Permanente de elaborar um conjunto de propostas de incentivo à preservação e fortalecimento dos sistemas democráticos, com base na solidariedade e na cooperação internacional, e de informar a Assembleia Geral no seu Vigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões.